



TRANQUILIDADE / T-VIDA'06  
RELATÓRIO E CONTAS



TRANQUILIDADE



VIDA

Incontornável na história da arte contemporânea, a fotografia é hoje uma forma de expressão artística notável.

Um vasto e rico universo de linguagens e recursos que questionam e alteram os conceitos tradicionais da expressão plástica, permitindo, novos olhares, novas visões, novas formas de sentir.

O Grupo BES tem vindo assumir um papel central no desenvolvimento desta realidade, assumindo-se, cada vez mais, como Mecenas da Fotografia em Portugal. Tal estratégia constitui uma aposta no futuro e o reflexo da orientação pela modernidade que caracteriza o posicionamento da marca BES e a cultura do Grupo.

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

**BES**  
**art** Colecção  
Lisboa  
Espinho, Porto

# TRANQUILIDADE / T-VIDA'06

RELATÓRIO E CONTAS



Colectção BESart - Váiter Vinagre  
Da série 'Variações para um fruto', 'S' / título #17', 2003 • Cybochrome s/ alumínio • 100 x 125cm • Edição: 1/3 • Créditos: Cortesia VPFCream Arte



TRANQUILIDADE



VIDA



# TRANQUILIDADE / T-VIDA'06

## RELATÓRIO E CONTAS

Fundada em 1871, a Companhia de Seguros Tranquilidade há muito que ocupa um lugar de relevo na economia portuguesa. Com um volume de prémios, em 2006, de 361,3 milhões de euros e uma quota de mercado de 8,3%, a Tranquilidade assenta a sua estratégia na qualidade, inovação e orientação para o cliente.

A T-Vida, Companhia de Seguros foi constituída em 2006, na sequência da reorganização da actividade seguradora do Grupo Espírito Santo, na qual a Companhia de Seguros Tranquilidade reforça o seu papel de especialista em protecção financeira e retoma a exploração directa do ramo Vida. A T-Vida ficou com a carteira de seguros não bancário da antiga Tranquilidade Vida e desenvolve o seu negócio através dos pontos de venda e rede de mediadores da Tranquilidade.

Presente em todos os segmentos de mercado, com uma oferta completa e especializada para particulares, micro e pequenas empresas e médias e grandes empresas, e com uma distribuição multi-canal, a Tranquilidade assume-se como especialista em protecção. A sua integração num grande grupo financeiro – o Grupo Espírito Santo – permite-lhe beneficiar de importantes sinergias e de disponibilizar uma oferta global aos seus clientes.

650.000 clientes confiam na Tranquilidade para proteger os seus bens e assegurar o seu futuro. 876 colaboradores estão fortemente empenhados em prestar um serviço de qualidade. 51 delegações próprias, uma rede de lojas em regime de franchising, em expansão, e uma vasta rede de corretores e mediadores em todo o país garantem profissionalismo, proximidade e rapidez. Um centro de atendimento telefónico, com horário alargado e serviço personalizado, e um site na Internet, com diversas funcionalidades, oferecem conveniência e comodidade.

136 anos de história demonstram um percurso de experiência e competência e, sobretudo, uma base de sabedoria e acção para o futuro, que permite à Tranquilidade garantir o essencial: a tranquilidade dos seus clientes.



# TRANQUILIDADE / T-VIDA'06

## RELATÓRIO E CONTAS

### COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

01' Órgãos Sociais	10
02' Relatório do Conselho de Administração	14
03' Demonstrações Financeiras	22
04' Anexo às Demonstrações Financeiras	
Imóveis	28
05' Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	54
06' Quadros Directivos	59
07' Rede de Delegações	62
08' RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS	66
Relatório do Conselho de Administração	68
Demonstrações Financeiras Consolidadas	78
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	82
Relatório dos Auditores	129

### T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS

01' Órgãos Sociais	136
02' Relatório do Conselho de Administração	140
03' Demonstrações Financeiras	148
04' Anexo às Demonstrações Financeiras	154
05' Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único	170







**TRANQUILIDADE**  
GRUPO ESPIRITO SANTO





Colecção BESart • Valter Vinagre  
Da série Variações para um fruto, "S/ título #19", 2003 • Cychochrome s/ alumínio • 100 x 125cm • Edição: 1/3 • Cortesia VPFCreamArte



# 01'

## ÓRGÃOS SOCIAIS

INOVAÇÃO E COMPETÊNCIA.  
O COMPROMISSO NUMA GESTÃO EFICAZ.  
**TRANQUILIDADE'06**

# 1.0 Órgãos Sociais

## Assembleia Geral

Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura (Presidente)  
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (Vice-Presidente)

## Conselho de Administração

Luís Frederico Redondo Lopes (Presidente)  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Vogal)  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)  
António Miguel Natário Rio-Tinto (Vogal)  
Eduardo Antunes Stock (Vogal)  
João Carlos Neves Ribeiro (Vogal)  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno (Vogal)  
Miguel Luís Kolback da Veiga (Vogal)  
António José Baptista do Souto (Vogal)  
Manrico Iachia (Vogal)  
António Manuel Rodrigues Marques (Vogal)

## Comissão Executiva

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
João Carlos Neves Ribeiro  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Eduardo Antunes Stock

## Conselho Fiscal

Fernando Aguiar Branco (Presidente)  
António Maria Pereira (Vogal)  
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Vogal)  
Isidro Valente (Vogal)  
José Manuel Macedo Pereira – R.O.C. (Vogal)

João Augusto & Associados (Vogal suplente)  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado

# Comissão Executiva



Peter de Brito e Cunha



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



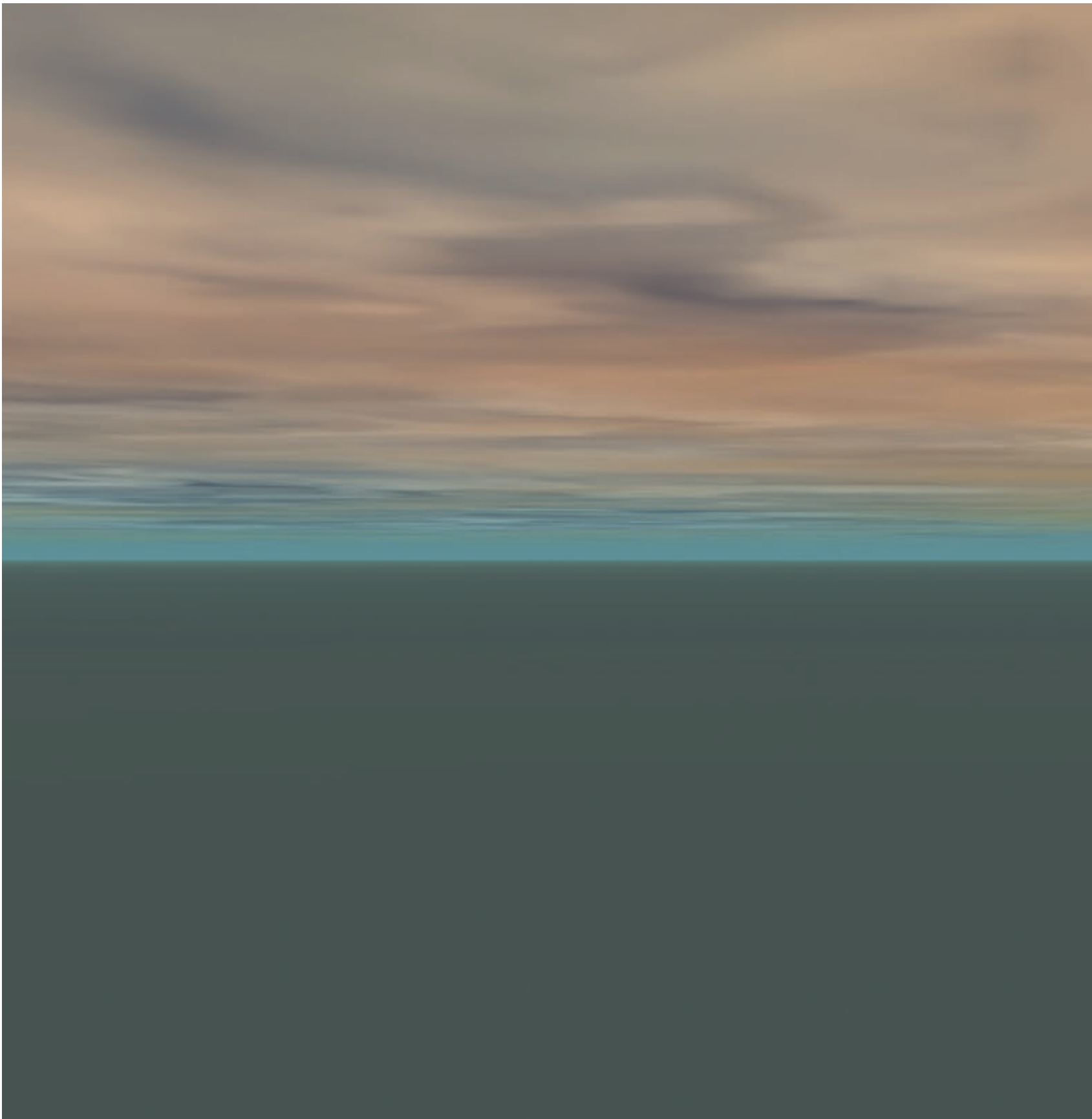
João Ribeiro



Miguel Moreno



Eduardo Stock



Colecção BESart • MATT MULLICAN

"Untitled (Default Atmosphere) #15", 2006 • 70 x 100 cm • Impressão digital



# 02'

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UM CAMINHO DINÂMICO E  
CONSOLIDADO QUE GERA CONFIANÇA.

**TRANQUILIDADE'06**

## 2.0 Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Ex<sup>as</sup> o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, respeitantes ao exercício de 2006.

### 2.1 Enquadramento Macroeconómico

#### 2.1.1 Situação Económica Nacional

Em termos macroeconómicos, e de acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, verificou-se em 2006 uma recuperação da economia portuguesa face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,4% para 1,3%. O maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das Exportações de bens e serviços, com uma variação real ligeiramente acima dos 8% (0,9% em 2005). Para além da manutenção de um crescimento do PIB elevado em Espanha, parceiro comercial privilegiado, Portugal beneficiou da recuperação da actividade observada no conjunto da zona Euro, em particular na Alemanha. Registaram-se também fortes crescimentos das Exportações para destinos menos tradicionais, com destaque para Angola. Neste contexto, o contributo das Exportações líquidas para o crescimento aumentou, em 2006, de -0,3 p.p. para cerca de 1,1 p.p..

A Procura Interna, por seu lado, viu o seu contributo para o crescimento diminuir de 0,7 p.p. para 0,2 p.p.. O Consumo Privado acentuou a tendência de desaceleração observada desde 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,1% em 2005 para 1,2% em 2006. Com um rendimento disponível inferior à expansão do Consumo Privado, a Taxa de Poupança das famílias deverá ter registado uma ligeira descida, de 9,2% para cerca de 8,5% do rendimento disponível.

A Formação Bruta de Capital Fixo voltou a registar o comportamento mais negativo entre as componentes da Procura Interna, embora com uma queda real inferior à observada em 2005 (-2,1% contra -3,8%).

A melhoria do sentimento económico nas empresas traduziu-se, contudo, numa evolução favorável no mercado de trabalho, com a Taxa média anual de Desemprego a descer de 7,6% para 7,5% da população activa.

O Consumo Público caiu 0,1%, devido à diminuição das despesas com o pessoal e das despesas em bens e serviços. Em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e

não fiscais, contribuiu para uma diminuição do défice global das Administrações Públicas, de 6% para 4,6% do PIB, um valor em linha com o previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento.

A moderação do crescimento da Procura Interna e o forte dinamismo das exportações de bens e serviços resultaram numa melhoria do Saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital, com as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa a reduzirem-se de 8,1% para 7,6% do PIB.

A Taxa de Inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3%. Este valor encontra-se afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do IPC, com impacto apenas em 2006. Sem esta alteração, a Taxa de Inflação média teria subido para 2,5%. A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento dos preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos.

O Mercado de Capitais em 2006 apresentou um desempenho positivo, tendo acompanhado a tendência verificada nas principais praças europeias, com o índice PSI-20 a registar uma valorização de 29,8% contra 13,4% em 2005.

#### 2.1.2 Mercado Segurador

No Ano 2006, o mercado segurador foi envolvido directamente por uma intensa actividade político-legislativa. Além de alguns importantes diplomas, muitas outras iniciativas, ainda em fase de projecto ou simples reflexão, justificaram uma atenta preocupação do sector dadas as repercussões que delas se antevêem para o mercado segurador.

Numa fase em que o sector está, portanto, empenhado em lidar com todos estes desafios, o ano de 2006 veio, em paralelo, revelar evidências de uma inversão do ciclo económico da actividade, nomeadamente o declínio da produção e o agravamento ou, pelo menos, a estagnação da taxa de sinistralidade.

O mercado segurador em 2006, no que concerne à produção de seguro directo, evidenciou um comportamento negativo. Com efeito, o total de prémios no valor de 13 122 milhões de euros, foi inferior ao obtido no ano anterior em 2,5%. O peso da actividade seguradora no PIB desceu para 8,6% (9,1% em 2005).

Esta evolução foi influenciada pelo comportamento do mercado Vida o qual, com uma produção de 8 762 milhões de euros apresentou uma taxa de variação homóloga de - 4,1%. No entanto, em 2005 os produtos Vida tiveram uma expansão próxima dos 50%, pelo que o seu crescimento, comparativamente a 2004, ainda é significativo (+40%). Destaque para o crescimento das contribuições para PPR's e



Operações de Capitalização, evidenciando a importância destes produtos no aforro das famílias. O peso relativo do ramo Vida diminuiu mas, ainda assim, representa 67% do total dos prémios emitidos (68% em 2005).

O mercado Não Vida em 2006 continuou a evidenciar a tendência de desaceleração dos anos anteriores. O volume de prémios no montante 4 360 milhões de euros, cresceu 1,2% (crescimento inferior à inflação) em relação a 2005 e representa 33% do total dos prémios emitidos no sector segurador e 3% do PIB. A sua evolução reflecte a conjugação das dificuldades de recuperação da economia portuguesa com ajustamentos tarifários em diversos ramos, particularmente naqueles que têm apresentado melhorias significativas na taxa de sinistralidade nos últimos anos. Os ramos com maior relevo obtiveram taxas de variação homólogas muito baixas ou até negativas, como é o caso de Acidentes de Trabalho (-0,7%), Incêndio e Outros Danos (+0,5%) e Automóvel (+0,3%). Por outro lado, os seguros de Saúde (+9,7%) e Acidentes Pessoais (+5,0%) apresentaram uma evolução bastante positiva, indicador de uma importância crescente deste tipo de produtos como complemento aos sistemas de saúde públicos.

## 2.2 Factos Relevantes em 2006

Em 27 de Junho de 2006, e no âmbito da reestruturação das operações de seguros da Espírito Santo Financial Group, SA, o Credit Agricole, SA alienou a sua participação na Tranquilidade, ficando esta a ser detida a 100% pela ESFG, através da Partran.

Em simultâneo, a Tranquilidade alienou a sua participação de 25% na BES Vida (ex-Tranquilidade Vida). Consequência deste processo de reestruturação, uma nova seguradora surgiu no mercado, T-Vida, detida a 100% pela Tranquilidade. Esta nova empresa dedicada ao ramo Vida, constituída em 28 de Julho de 2006 e com início de actividade em Agosto de 2006, adquiriu à BES Vida a carteira de apólices angariada pelo canal de mediadores, delegações e outros canais da Companhia de Seguros Tranquilidade.

Após a reestruturação, a Companhia manteve a notação de *rating* "A -" definido pela Fitch Ratings.

Em 2006, o mercado de seguros não-vida foi fortemente influenciado pelo abrandamento do crescimento e pela introdução da nova Lei das Cobranças. A conjugação destes dois factores levou a um forte aumento da competitividade e a uma elevada rotação de clientes.

Face a este enquadramento de mercado, a Tranquilidade desenvolveu um esforço de retenção de clientes, reduzindo, em termos médios, o prémio por cliente e abdicando de alguns grandes negócios em que a pressão concorrencial retirava a sua margem de lucro.

Como resultado, a Companhia acabou o ano de 2006 com uma quota de mercado de 8,3%.

Em 2006, a Tranquilidade reforçou a sua orientação para a segmentação de Clientes, criando estruturas dedicadas para médias empresas e private. A Companhia desenvolveu, também, a área de canais para uma maior proximidade e serviço ao Cliente, onde se destacam a criação do conceito de lojas urbanas e o *cross-segment*.

Na área de sinistros, a Companhia lançou, em 2006, um programa de revisão contínua de processos, que permite aumentar a eficiência e a eficácia da gestão de sinistros, conjugada com a adopção de novas ferramentas e metodologias de gestão.

No final de 2006 a Tranquilidade alterou a sua imagem corporativa. Sem mudar o essencial dos seus valores e dos seus 136 anos de história, a Tranquilidade rejuvenesceu e preparou-se para enfrentar os novos desafios de um mercado cada vez mais competitivo.

A última mudança de imagem tinha ocorrido há mais de uma década e 2006 foi o momento adequado para mudar. A auditoria realizada à marca e consequente trabalho de análise e reflexão deram origem ao novo símbolo: uma nova volumetria e um verde mais luminoso fazem do logótipo da Tranquilidade um paradigma de protecção.

A natureza constituiu, por outro lado, a principal fonte de inspiração desta mudança de imagem. Daí nasceu o conceito de "Protecção Natural", com o qual se pretende transmitir aos clientes e colaboradores sensações de rejuvenescimento, confiança, conforto, bem-estar e protecção.

## 2.3 Objectivos Estratégicos

Nos últimos dois anos, a Tranquilidade focalizou-se na infra-estruturação e consolidação do seu modelo organizacional e comercial – corporizado no Programa Turbo – através de um vasto e transversal conjunto de medidas, num forte e claro investimento.

Este esforço terá de traduzir-se em resultados e 2007 será um ano centrado no crescimento, mantendo-se, em simultâneo, o controlo dos rácios de custos e de sinistralidade, com um rácio combinado abaixo dos 100%, à semelhança dos anos anteriores.

Os resultados do *assurfinance* continuam a ser um motor de desenvolvimento da rede de agentes e de envolvimento dos clientes, tendo a Companhia o objectivo de aumentar os agentes produtores regulares de *Assurfinance* e consequente número de clientes.

Ao nível comercial, a Tranquilidade está a implementar um conjunto alargado de iniciativas, focado em clientes, oferta e canais:

- Um aprofundamento do modelo de segmentação e de relacionamento com os clientes, nomeadamente através de estruturas dedicadas e customizadas por segmento;
- Implementação de um programa de Fidelização de Clientes para garantia da renovação dos contratos, suportado em dinâmicas de contactos directos ou via rede de parceiros, com objectivos de *cross e up selling*, procurando incrementar valor e envolvimento com o Grupo;
- Desenvolvimento da oferta, com o lançamento de novos produtos e a simplificação da oferta actual, facilitando-a e tornando-a mais conveniente e próxima, quer a venda, quer a regularização de sinistros;
- Articulação e integração da oferta global do Grupo Espírito Santo – não-vida, vida e produtos bancários – promovendo por esta via o serviço e fidelização dos Clientes, capitalizando ao máximo a vantagem de pertencer a um Grupo Financeiro Global;
- Expansão da rede própria, através da abertura de novas lojas franchisadas, para uma maior capilaridade;
- Aumento significativo da rede proprietária/exclusiva e desenvolvimento do portfólio de um conjunto alargado de agentes;
- Exploração de canais alternativos – não tradicionais: directo, *cross-segment*, *affinities*, *one-stop-shopping*.

A Tranquilidade assumiu ainda o desafio de refundar o actual modelo de Delegação – centro de gravidade do negócio – por forma a melhorar a eficácia e eficiência comerciais, a acelerar os processos de tomada de decisão e a facilitar os processos operativos.

Uma particular nota para a crescente articulação com o BES, nomeadamente através do Programa *Assurfinance*, que se pretende cada vez mais renovado e consolidado, sendo certamente um factor crescente de diferenciação e de atracção para Clientes e Parceiros. Para 2007, teremos uma aposta clara numa maior competitividade e diversificação da proposta de valor do Mundo T.

Ao nível dos custos de sinistros, a Tranquilidade mantém o esforço no aumento da eficácia e eficiência na respectiva gestão, de uma permanente optimização na negociação com os fornecedores e na conclusão do programa em curso de reorganização da área de sinistros.

Sobre as despesas gerais, a Companhia está empenhada numa optimização das estruturas e recursos, procurando melhorar o controlo e acompanhamento dos custos com fornecimentos externos.

Em 2007 continuará o esforço de renovação, afirmação, notoriedade e capitalização da marca, do qual esperamos importante retorno e contribuição para a concretização dos objectivos referenciados. Também relevante será a particular atenção para o desenvolvimento de novas capacidades ao nível da gestão do risco e do controlo interno.

Em síntese, 2007 tem como principal desígnio “Ganhar o Cliente”, para concretização definitiva dos macros-objectivos delineados para o triénio 2005-2007: Ganhar quota de mercado, consolidar o Programa *Assurfinance* e manter o controlo sobre o rácio combinado.

## 2.4 Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

	(milhares de euros)		
	2006	2005	Var 06/05 (%)
<b>Balanço</b>			
Investimentos	753 735	583 820	29,1
Activo Líquido	954 688	847 432	12,7
Capital Próprio	238 642	188 588	26,5
Provisão p/Prémios Não Adquiridos (SD+RA)	94 693	96 487	-1,9
Provisão para Sinistros (SD+RA)	495 513	476 651	4,0
Provisão para Sinistros, líquida de Resseguro	459 672	438 388	4,9
Provisões Técnicas (SD+RA)	598 325	579 755	3,2
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	361 297	365 705	-1,2
Prémios Emitidos, líquidos de Resseguro	308 927	317 537	-2,7
Custos com Sinistros (SD+RA)	224 652	238 718	-5,9
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	213 923	219 435	-2,5
Custos de Exploração Líquidos	95 854	100 796	-4,9
Resultado antes de Impostos	197 743	26 939	634,0
Resultado Líquido	157 228	26 773	487,3
Resultado Líquido "pro-forma"	31 525	26 773	17,7
<b>Indicadores</b>			
Prémios Brutos Emitidos / N° de Empregados	412	428	-3,6
Taxa de Sinistralidade de Seguro Directo	62,0	65,0	-3,0 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	69,2	69,1	+0,1 p.p.
Resultado Líquido "pro-forma"/			
Prémios Brutos Emitidos	8,7	7,3	+1,4 p.p.
Rácio Combinado Líquido de Resseguro	99,9	99,9	0
Rácio de Solvência	290,0	277,0	+13,0 p.p.

## 2.5 A Actividade da Tranquilidade

### 2.5.1 Prémios de Seguro Directo

Os prémios de seguro directo totalizaram 361 297 milhares de euros, apresentando uma taxa de variação homóloga de -1,2%. Os efeitos da nova lei das cobranças, que originaram uma anulação significativa de apólices, assim como a deterioração das tarifas existentes no mercado, afectaram a evolução da produção.

Estes efeitos foram mais expressivos em Automóvel, cujo decréscimo de 3,7% nos prémios foi relevante para a evolução negativa do total da produção. Com uma evolução positiva, destaca-se o grupo Acidentes e Doença com uma taxa de crescimento homóloga de +3,2% (Acidentes Pessoais com +12,9% e Saúde com +8,6%), o ramo Multirriscos com uma variação positiva de 3,2% e o grupo Responsabilidade Civil cujos prémios aumentaram 2,2%.

Assim, em termos de crescimento dos ramos Não Vida sem Automóvel, a Tranquilidade apresentou um crescimento positivo de 1,1%.

(milhares de euros)					
Prémios de Seguro Directo <sup>(*)</sup>	2006	%	2005	%	Var 06/05 (%)
Acidentes e Doença	102 890	28,5	99 706	27,3	3,2
Incêndio e Outros Danos	57 206	15,8	58 084	15,9	-1,5
Automóvel	172 105	47,6	178 643	48,8	-3,7
Transportes	8 464	2,3	8 739	2,4	-3,2
Responsabilidade Civil	8 593	2,4	8 407	2,3	2,2
Diversos	12 039	3,3	12 126	3,3	-0,7
<b>TOTAL</b>	<b>361 297</b>	<b>100,0</b>	<b>365 705</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,2</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

A Tranquilidade, comparativamente a 2005, perdeu quota de mercado, de 8,5% para 8,3%. No entanto, o seu peso no mercado ainda é superior ao que tinha em 2004 (7,9%).

### 2.5.2 Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros de seguro directo alcançaram os 224 647 milhares de euros, diminuindo cerca de 14 080 milhares de euros, ou seja, -5,9% em relação a 2005.

As variações mais significativas foram as registadas em Responsabilidade Civil (-9 040 milhares de euros) e em Automóvel (-7 550 milhares de euros), com destaque, em Automóvel, para a diminuição do número de ocorrências e custo médio de sinistro. Os custos com sinistros em 2006 só apresentam variações positivas nos grupos

Incêndio e Outros Danos (+2 625 milhares de euros) e Transportes (+1 437 milhares de euros).

(milhares de euros)			
Custos com Sinistros de Seguro Directo <sup>(*)</sup>	2006	2005	Var 06/05 (%)
Acidentes e Doença	66 561	67 778	-1,8
Incêndio e Outros Danos	25 924	23 299	11,3
Automóvel	124 237	131 787	-5,7
Transportes	6 507	5 070	28,3
Responsabilidade Civil	1 214	10 254	-88,2
Diversos	204	539	-62,1
<b>TOTAL</b>	<b>224 647</b>	<b>238 727</b>	<b>-5,9</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

O rácio de custos com sinistros/prémios brutos adquiridos diminuiu de 65% para 62%, com todos os grupos de ramos a registarem diminuição dos rácios, com excepção de Incêndio e Outros Danos e Transportes. Destaque para a redução verificada em Acidentes e Doença (de 68,2% para 64,5%) e Automóvel (de 72,7% para 71,7%).

(%)		
Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos <sup>(*)</sup>	2006	2005
Acidentes e Doença	64,5	68,2
Incêndio e Outros Danos	45,7	40,7
Automóvel	71,7	72,7
Transportes	78,2	56,6
Responsabilidade Civil	14,1	117,7
Diversos	1,7	4,5
<b>TOTAL</b>	<b>62,0</b>	<b>65,0</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

### 2.5.3 Provisões Técnicas

As provisões técnicas aumentaram 18 570 milhares de euros, com destaque para a Provisão para Sinistros que teve um incremento de 18 862 milhares de euros.

Provisões Técnicas (Seguro Directo + Resseguro Aceite) <sup>(*)</sup>	2006	2005	Var 06/05 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	94 693	96 487	-1,9
Provisão para Sinistros	495 513	476 651	4,0
Acidentes de Trabalho	163 270	154 738	5,5
Outros Ramos	332 243	321 913	3,2
Outras Provisões Técnicas	8 120	6 617	22,7
<b>TOTAL</b>	<b>598 325</b>	<b>579 755</b>	<b>3,2</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

## 2.5.4 Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido agravou-se relativamente ao ano anterior em cerca de 9 040 milhares de euros.

O aumento no volume de prémios cedidos reflectiu o grande crescimento em linhas de negócio estratégicas com grande componente de resseguro (acidentes pessoais). A redução nos sinistros resultou da menor ocorrência de reajustamentos de custos em sinistros automóveis de elevado valor.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido <sup>(*)</sup>	2006	2005	Var 06/05 (%)
Prémios	52 454	48 199	8,8
Comissões	-14 906	-12 419	20,0
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-11 855	-19 127	-38,0
<b>RESULTADO</b>	<b>25 693</b>	<b>16 653</b>	<b>54,3</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

A actividade de resseguro aceite apresentou em 2006 um saldo positivo de 44 milhares de euros.

## 2.5.5 Prémios em Cobrança

A relação recibos por cobrar / prémios desceu 1,3 p.p. em relação a 2005, tendo-se situado em 11,6% em 2006. A provisão para recibos por cobrar representa, em 2006, 17,9% dos prémios contra 15,4% em 2005, ano em que se libertou mais de 2 milhões de euros desta provisão.

(milhares de euros)			
Recebidos por Cobrar e sua Provisão <sup>(*)</sup>	2006	2005	Var 06/05 (%)
A - Prémios	361 297	365 705	-1,2
B - Recibos por Cobrar	41 773	46 997	-11,1
C - Provisão para Recibos por Cobrar	7 472	7 243	3,2
Relação B/A (%)	11,6	12,9	
Relação C/B (%)	17,9	15,4	

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

## 2.5.6 Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2006 foram admitidos no quadro efectivo 51 novos colaboradores e verificaram-se 30 saídas, das quais 7 por passagem às situações de pré-reforma e de reforma.

Este saldo deveu-se à internalização de algumas funções, anterior-

mente desempenhadas por fornecedores, sendo os custos inerentes compensados pela diminuição dos custos com fornecimentos externos.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo aumentou 2,5%. A nível de produtividade, o valor de prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo diminuiu 3,6% atingindo 412 440 euros, superior, no entanto, ao valor de 2004 (407 522 euros).

	2006	2005	Var 06/05 (%)
Admissões *	51	97	-47,4
Saídas	30	65	-53,8
das quais Pré-Reforma ou Reforma	7	4	75,0
<b>Total Quadro Efectivo</b>	<b>876</b>	<b>855</b>	<b>2,5</b>
Prémios / n.º Efectivos	412 440	427 726	-3,6

(\*) em 2005 - das quais, 57 relativas a transferência da ex-ESIA

## 2.5.7 Investimentos

A alienação da participação que a Tranquilidade detinha sobre a Tranquilidade Vida, na sequência da reestruturação efectuada nas empresas do sector segurador na esfera da ESFG, constitui um marco na sua política de investimentos. O culminar do processo de reestruturação com efeitos na Tranquilidade, ocorreu com a constituição de uma empresa de seguros dedicada ao ramo Vida, designada T-Vida, Companhia de seguros, S.A., detida a 100% pela Tranquilidade.

Com a alienação da Tranquilidade Vida verificou-se um acréscimo significativo da carteira de investimentos da Tranquilidade, nomeadamente em dívida *corporate* de taxa variável com risco de crédito estável e com liquidez. O valor dos investimentos em carteira aumentou 18,3% em relação a 2005, totalizando 801 949 milhares de euros. A Política Financeira na Tranquilidade ficou ainda caracterizada, pelo aproveitamento da evolução favorável registada no mercado, nomeadamente:

- Troca de Obrigações, com o objectivo de aumentar a rentabilidade das emissões em carteira e nivelar o rating médio do portefólio, em A3 (Moody's) / A - (S&P). Foram, igualmente, tomadas medidas para diminuir as aplicações em obrigações de taxa fixa e reduzir os níveis de liquidez observados nos últimos anos.
- Sobre o mercado accionista, foram realizadas algumas operações com o objectivo de realizar mais valias, aproveitando a subida dos mercados accionistas bem como os resultados positivos apresenta-

dos por algumas das participações existentes em carteira.

- Diminuição do Parque Imobiliário, na sequência da estratégia da companhia em diminuir a sua percentagem em termos de *asset allocation*.
- Acréscimo da rentabilidade global da carteira em 62 p.b., comparativamente a 2005 e excluindo o impacto da alienação da Tranquilidade Vida, tendo-se atingido uma MWR (Money Weight Return) de 6,24%.

(milhares de euros)

Investimentos em Carteira (*)	2006	%	2005	%
Títulos	598 666	74,7	394 295	58,2
Imóveis	144 389	18,0	155 540	22,9
Empréstimos	10 671	1,3	8 500	1,3
Depósitos **	48 223	6,0	119 415	17,6
<b>TOTAL</b>	<b>801 949</b>	<b>100,0</b>	<b>677 750</b>	<b>100,0</b>

(\*) Inclui Sucursal em Espanha

(\*\*) Inclui Depósitos à Ordem

## 2.5.8 Capitais Próprios

No exercício de 2006 a Companhia registou um acréscimo de Capitais Próprios de 50 055 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade passou para 290% contra 277% registado em 2005.

## 2.5.9 Resultados

Os resultados do exercício atingiram 157 228 261,75 euros e incluem a mais valia resultante da alienação de 25% da BES Vida (ex-Tranquilidade Vida), obtida no decorrer da reestruturação concluída em 27 de Junho de 2006.

O resultado líquido pró-forma, excluindo essa operação de venda, ascendeu a 31 524 512,00 euros o que, comparando com o resultado de 26 772 701,15 euros alcançado em 2005, traduz uma melhoria de 17,7%.

Para o referido valor de 157 228 261,75 euros propomos a seguinte aplicação:

- 10% do resultado do exercício no montante de 15 722 826,18 euros para Reserva Legal;
- 10% dos resultados obtidos em 2006, não considerando os resulta-

dos extraordinários já referidos, no valor de 3 152 451,20 euros, para distribuição aos trabalhadores, nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º 30 do Contrato de Sociedade, de acordo com critérios a definir pela Comissão Executiva;

c) 137 000 000,00 euros para distribuição de dividendos, dos quais já foram pagos antecipadamente 76 761 000,00 euros;

d) 1 352 984,37 euros à disposição da Assembleia Geral para os efeitos e nos termos previstos nos n.º 3 do art.º 23 e n.º 2 do art.º 30 do Contrato de Sociedade e o remanescente para Resultados Transitados.

## 2.5.10 Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2007.

## O Conselho de Administração

Luís Frederico Redondo Lopes

(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

(Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

(Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto

(Membro da Comissão Executiva)

Eduardo Antunes Stock

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

(Membro da Comissão Executiva)

João Carlos Neves Ribeiro

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques



Coleção BESart • Melik Ohanian

"Selected Recording # 075" • Lambda print mounted on Aluminum • 125 x 183cm • Edição única • Courtesy of the Artist and Yvon Lambert New York/Paris



# 03'

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RESULTADO.  
OBJECTIVO ALCANÇADO PELA QUALIDADE  
DO SERVIÇO E ESPELHADO NA SATISFAÇÃO.

**TRANQUILIDADE'06**

# 3.0 Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Activo	Exercício			Exercício Anterior
	Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>30 886 027,86</b>	<b>19 181 261,88</b>	<b>11 704 765,98</b>	<b>12 745 425,68</b>
<b>Investimentos</b>	<b>753 735 367,49</b>		<b>753 735 367,49</b>	<b>583 819 787,09</b>
<b>Terrenos e edifícios</b>	<b>144 389 181,99</b>		<b>144 389 181,99</b>	<b>155 574 055,49</b>
De serviço próprio	72 919 990,49		72 919 990,49	71 556 589,96
De rendimento	71 469 191,50		71 469 191,50	83 983 715,53
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	0,00		0,00	33 750,00
<b>Investimentos em empresas do grupo e associadas</b>	<b>91 580 316,16</b>		<b>91 580 316,16</b>	<b>91 166 626,87</b>
Partes de capital em empresas do grupo	23 228 458,95		23 228 458,95	0,00
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	55 786 854,25		55 786 854,25	0,00
Partes de capital em empresas associadas	12 565 002,96		12 565 002,96	91 166 626,87
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	0,00		0,00	0,00
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>517 757 230,71</b>		<b>517 757 230,71</b>	<b>337 069 820,50</b>
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	61 094 413,67		61 094 413,67	28 216 633,08
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	445 991 351,21		445 991 351,21	274 911 425,03
Empréstimos hipotecários	1 402 337,50		1 402 337,50	1 115 178,74
Outros empréstimos	9 269 128,33		9 269 128,33	7 384 843,65
Depósitos em instituições de crédito	0,00		0,00	25 441 740,00
Outros	0,00		0,00	0,00
<b>Depósitos junto de empresas cedentes</b>	<b>8 638,63</b>		<b>8 638,63</b>	<b>9 284,23</b>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>48 453 321,08</b>		<b>48 453 321,08</b>	<b>49 749 633,29</b>
Provisão para prémios não adquiridos	12 611 866,92		12 611 866,92	11 485 919,75
Provisão para sinistros	35 841 454,16		35 841 454,16	38 263 713,54
Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
<b>Devedores</b>	<b>80 839 835,89</b>	<b>10 709 381,17</b>	<b>70 130 454,72</b>	<b>81 357 899,41</b>
<b>Por operações de seguro directo</b>				
Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	53 026 660,36	8 153 505,60	44 873 154,76	52 986 997,13
<b>Por operações de resseguro</b>				
Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	6 525 185,49	818 510,94	5 706 674,55	5 284 018,04
<b>Por outras operações</b>				
Empresas do grupo	42 836,48	0,00	42 836,48	0,00
Empresas participadas e participantes	28 578,75	0,00	28 578,75	2 247 350,83
Outros devedores	21 216 574,81	1 737 364,63	19 479 210,18	20 839 533,41
Subscritores de capital	0,00		0,00	0,00
<b>Outros elementos do activo</b>	<b>96 595 988,55</b>	<b>39 051 361,81</b>	<b>57 544 626,74</b>	<b>104 351 384,95</b>
Imobilizações corpóreas e existências	43 860 735,39	39 051 361,81	4 809 373,58	4 963 914,18
Depósitos bancários e caixa	52 735 253,16		52 735 253,16	99 387 470,77
Outros	0,00		0,00	0,00
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>13 119 405,26</b>		<b>13 119 405,26</b>	<b>15 407 382,81</b>
Juros a receber	11 714 706,38		11 714 706,38	1 900 686,67
Outros acréscimos e diferimentos	1 404 698,88		1 404 698,88	13 506 696,14
<b>Total do Activo</b>	<b>1 023 629 946,13</b>	<b>68 942 004,86</b>	<b>954 687 941,27</b>	<b>847 431 513,23</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Paulo Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro



Balanço em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Passivo	Exercício	Exercício Anterior
<b>Capital próprio</b>	<b>238 642 432,32</b>	<b>188 587 661,25</b>
<b>Capital</b>	135 000 000,00	135 000 000,00
<b>Prémios de emissão</b>	0,00	0,00
Reservas de reavaliação		
Reavaliação regulamentar	26 006 868,22	33 091 838,90
Reavaliação legal	0,00	0,00
<b>Reservas</b>		
Reserva legal	21 048 532,34	18 371 262,34
Reserva estatutária	0,00	0,00
Outras reservas	-24 660 995,00	-24 660 995,00
<b>Resultados transitados</b>	-75 980 234,99	12 853,86
<b>Resultado do exercício</b>	157 228 261,75	26 772 701,15
<b>Passivos subordinados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>598 325 406,54</b>	<b>579 754 636,71</b>
Provisão para prémios não adquiridos	94 692 976,08	96 486 640,63
Provisão para sinistros		
De acidentes de trabalho	163 269 913,27	154 737 902,69
De outros ramos	332 242 926,89	321 913 475,28
Provisão para participação nos resultados	270 000,00	360 000,00
Provisão para desvios de sinistralidade	3 348 427,91	2 944 961,20
Outras provisões técnicas	4 501 162,39	3 311 656,91
<b>Outras Provisões</b>	<b>1 628 214,47</b>	<b>1 965 082,81</b>
Provisões para pensões	281 732,49	383 499,00
Provisões para impostos	55 463,03	0,00
Outras provisões	1 291 018,95	1 581 583,81
<b>Depósitos recebidos de resseguradores</b>	<b>529 384,75</b>	<b>879 092,78</b>
<b>Credores</b>	<b>90 943 563,23</b>	<b>63 863 915,60</b>
<b>Por operações de seguro directo</b>		
Empresas do grupo	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
Outros credores	23 343 606,10	26 837 063,17
<b>Por operações de resseguro</b>		
Empresas do grupo	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
Outros credores	15 997 109,19	9 615 071,51
<b>Empréstimos bancários</b>		
De empresas do grupo	0,00	0,00
De empresas participadas e participantes	0,00	0,00
Outros credores	0,00	0,00
<b>Estado e outros entes públicos</b>	37 289 227,93	8 620 134,48
<b>Credores diversos</b>		
Empresas do grupo	2 410 016,42	0,00
Empresas participadas e participantes	66 240,24	2 979 261,24
Outros credores	11 837 363,35	15 812 385,20
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>24 618 939,96</b>	<b>12 381 124,08</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>954 687 941,27</b>	<b>847 431 513,23</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Frederico Redondo Lopes, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

## Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício		Exercício Anterior	
<b>Conta técnica do seguro não vida</b>				
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>				
Prémios brutos emitidos	361 381 315,86		365 735 735,12	
Prémios de resseguro cedido	-52 454 269,94	308 927 045,92	-48 198 891,32	317 536 843,80
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	907 098,06		2 002 173,85	
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	1 125 947,17	2 033 045,23	-156 277,76	1 845 896,09
		310 960 091,15		319 382 739,89
<b>Proveitos dos investimentos</b>				
<b>Rendimentos de partes de capital</b>				
Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
Outros	2 175 000,00	2 175 000,00	0,00	0,00
<b>Rendimentos de outros investimentos</b>				
Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
Outros	22 869 774,39	22 869 774,39	19 034 688,53	19 034 688,53
<b>Ganhos realizados em investimentos</b>				
Mais-valias não realizadas de investimentos		162 311 875,42		8 670 372,92
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		187 356 649,81		27 705 061,45
		23 744 901,12		21 831 937,58
		3 094 615,78		3 777 408,85
<b>Proveitos técnicos</b>		<b>525 156 257,86</b>		<b>372 697 147,77</b>
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>				
<b>Montantes pagos</b>				
Montantes brutos	206 182 057,43		203 941 795,02	
Parte dos resseguradores	-13 151 195,47	193 030 861,96	-12 825 661,83	191 116 133,19
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>				
Montante bruto	18 470 192,81		34 776 590,66	
Parte dos resseguradores	2 422 259,38	20 892 452,19	-6 457 665,55	28 318 925,11
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		213 923 314,15		219 435 058,30
Participação nos resultados, líquida de resseguro		1 189 505,48		75 645,93
		-90 000,00		-45 000,00
<b>Custos de exploração líquidos</b>				
Custos de aquisição		72 335 227,43		70 649 411,17
Custos de aquisição diferidos (variação)		-886 566,49		676 210,90
Custos administrativos		39 311 783,96		41 888 658,70
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-14 906 218,11	95 854 226,79	-12 418 605,30
100 795 675,47				
<b>Custos com investimentos</b>				
Custos de gestão de investimentos		3 194 158,69		2 807 988,89
Perdas realizadas em investimentos		1 819 098,58	5 013 257,27	3 519 223,44
6 327 212,33				
Menos-valias não realizadas de investimentos		5 888 439,90		9 683 802,98
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro		2 227 262,23		1 746 505,04
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)		403 466,71		270 217,43
<b>Custos técnicos</b>		<b>324 409 472,53</b>		<b>338 289 117,48</b>
<b>Resultado da conta técnica do seguro não vida</b>		<b>200 746 785,33</b>		<b>34 408 030,29</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Paulo SantosO DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro MedalhasO DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro

## Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício		Exercício Anterior	
<b>Conta não técnica</b>				
<b>Resultado da conta técnica não vida</b>		<b>200 746 785,33</b>		<b>34 408 030,29</b>
<b>Proveitos dos investimentos</b>				
Rendimentos de partes de capital				
Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
Outros	<u>0,00</u>	0,00	<u>0,00</u>	0,00
<b>Rendimentos de outros investimentos</b>				
Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
Outros	<u>851 870,51</u>	851 870,51	<u>103 921,97</u>	103 921,97
<b>Ganhos realizados em investimentos</b>		<u>35 677,16</u>		<u>0,00</u>
Mais-valias não realizadas de investimentos		680 989,34		0,00
Outros proveitos		165 233,64		214 080,57
<b>Proveitos não técnicos</b>		<b>1 733 770,65</b>		<b>318 002,54</b>
<b>Custos com investimentos</b>				
Custos de gestão de investimentos		46 685,73		10 083,16
Perdas realizadas em investimentos		<u>0,00</u>	<u>46 685,73</u>	<u>348 701,53</u>
Menos-valias não realizadas de investimentos		408 523,17		42,50
Outros custos, incluindo ajustamentos		1 467 266,84		1 481 635,78
<b>Custos não técnicos</b>		<b>1 922 475,74</b>		<b>1 840 462,97</b>
<b>Resultado da actividade corrente</b>		<b>200 558 080,24</b>		<b>32 885 569,86</b>
Proveitos e ganhos extraordinários		3 511 685,12		6 316 803,24
Custos e perdas extraordinários		12 073 970,80		2 196 594,93
<b>Resultado extraordinário</b>		<b>-8 562 285,68</b>		<b>4 120 208,31</b>
Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar		-18 128 927,38		-12 148 092,10
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos		23 876 031,78		2 081 479,32
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>197 742 898,96</b>		<b>26 939 165,39</b>
Imposto sobre o rendimento		40 514 637,21		166 464,24
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>157 228 261,75</b>		<b>26 772 701,15</b>

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Frederico Redondo Lopes, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques





Colectão BESart • PAULO CATRICA  
"Rio Murfuga, Alentejo, Agosto", 2005 • 155 x 125 cm • Lambdada sobre alumínio

# 04'

ANEXO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

IMÓVEIS

A SOLIDEZ ALCANÇADA  
NA PERMANÊNCIA DOS VALORES.  
**TRANQUILIDADE'06**

## 4.0 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006

(Valores expressos em euros)

### Introdução

A Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, SA (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA – Inter – Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros e resseguros em todos os ramos técnicos "não vida" (com excepção do seguro de crédito) para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

No âmbito de uma reestruturação accionista da área de seguros do Grupo Espírito Santo, em 2006 a Tranquilidade alienou a participação de 25% que detinha na Tranquilidade Vida, passando esta a denominar-se Bes Vida. Posteriormente a Companhia constituiu uma seguradora própria e detida a 100%, para a exploração do ramo vida, denominada T-Vida, que iniciou a sua actividade em 1 de Agosto de 2006, e que por sua vez adquiriu a carteira relativa ao canal tradicional de mediadores à Bes Vida.

Presentemente, a Companhia opera através de dois escritórios em Lisboa e no Porto, de 50 delegações localizadas em várias zonas do país, de 53 lojas franchisadas, e de uma sucursal em Espanha.

As notas às contas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

### 1 Valores Comparativos

Os valores do exercício de 2006 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2005.

### 3 Forma de Apresentação, Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

#### 3.1 Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma n.º 7/94-R de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 14/95-R de 20 de Julho, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A Companhia não preparou a Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos ou a Demonstração dos Fluxos de Caixa, dado que estas informações financeiras não são exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

#### 3.2 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes :

##### 3.2.1 Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento; o rendimento das acções em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, são realizadas no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

### 3.2.1.1 Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do Instituto de Seguros de Portugal, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo mediante a aplicação do método "pro-rata temporis" a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

### 3.2.1.2 Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não pagos, no final do exercício, bem como a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2006 e ainda não participados.

Esta provisão é determinada como segue :

a) A partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, com excepção dos ramos Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, a qual é calculada pelo método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para encargos futuros.

b) Pela aplicação de uma taxa genérica de 6%, com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença Responsabilidade Civil e Automóvel foi efectuada uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio.

c) Por uma Provisão Matemática que tem por objectivo registar a responsabilidade da Companhia, no ramo de Acidentes de Trabalho, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2006 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2006 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Adicionalmente, destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões de sinistros já registados relativas a potenciais incapacida-

des permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2006.

A Provisão Matemática relativa a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões e remições, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho é calculada pensão a pensão, mediante tabelas e fórmulas estabelecidas pelo ISP, Ministério do Trabalho e legislação laboral em vigor (ver nota 38).

### 3.2.1.3 Provisão para riscos em curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício.

De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

### 3.2.1.4 Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para Desvios de Sinistralidade é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

### 3.2.1.5 Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

### 3.2.1.6 Provisão para participação nos resultados

A Provisão para Participação nos Resultados, inclui os montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

### 3.2.1.7 Comissões de mediação

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento do processamento.

### 3.2.1.8 Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

### 3.2.1.9 Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

## 3.2.2 Investimentos financeiros

### 3.2.2.1 Rendimento variável

Os títulos de rendimento variável, quando cotados, estão valorizados pelo valor de fecho do último dia em que houve transacções. Os títulos para os quais não existe cotação da Bolsa de Valores, encontram-se valorizados pela proporção nos capitais próprios da empresa participada.

### 3.2.2.2 Rendimento fixo

Os títulos de rendimento fixo adquiridos são apresentados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. O prémio ou desconto verificado aquando da compra é amortizado de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

No exercício de 2006, a amortização dos prémios líquidos dos descontos reflectida na conta de Ganhos e Perdas ascendia a 345 130 euros (2005: 475 411 euros).

### 3.2.2.3 Mais e menos-valias não realizadas

As mais e menos-valias não realizadas resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o correspondente valor apurado segundo o critério valorimétrico citado em 3.2.2.1, são registadas da seguinte forma:

a) As mais-valias relativas a títulos a representar provisões técnicas são contabilizadas na conta técnica em "Mais-valias não Realizadas de Investimentos". Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

As menos-valias são incluídas na rubrica "Menos-valias não Realizadas de Investimentos". Estas menos-valias são compensadas pelo saldo da conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

b) As mais-valias relativas a títulos não afectos são contabilizadas na conta não técnica em "Mais-valias não Realizadas de Investimentos". Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

As menos-valias são incluídas na conta "Menos-valias não Realizadas de Investimentos". Estas são compensadas pelo saldo da conta de "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

A "Reserva de Reavaliação Regulamentar" apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que se indicam:

1º Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos.

2º Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída.

3º Registo das Mais-Valias Realizadas de Investimentos na rubrica da conta não técnica "Recuperação de Mais e Menos-Valias Realizadas de Investimentos" ou incorporação no capital social (Ver nota 3.2.2.4).

### 3.2.2.4 Mais e menos-valias realizadas

As Mais e Menos-Valias Realizadas que resultam da venda de imóveis e de títulos de rendimento são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.



### 3.2.2.5 Rendimentos

O rendimento das acções em carteira é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos; em relação às obrigações e outros títulos, procede-se à especialização dos seus rendimentos no final do exercício.

### 3.2.2.6 Terrenos e edifícios

Os imóveis de rendimento e os imóveis de uso próprio são valorizados com base no :

a) Valor de mercado.

b) Custo de aquisição.

De acordo com a Norma n.º 7/94-R, de 27 de Abril, e a Circular n.º 41/95 de, 20 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia avaliou até 31 de Dezembro de 2006 pelo valor de mercado a generalidade dos imóveis de rendimento e de serviço próprio, com excepção das últimas aquisições. No âmbito do processo de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Companhia deu continuidade neste exercício à política adoptada em 2005 de avaliações anuais.

Em resultado das reavaliações efectuadas no exercício de 2006, relativamente a imóveis, os valores contabilísticos destes foram aumentados em 6 022 894 euros (2005: aumento de 8 801 155 euros) por contrapartida da rubrica de "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, os imóveis não são amortizados.

### 3.2.3 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) projecto sobre o desenvolvimento do sistema de informação e ii) benfeitorias em imóveis alheios.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas em quotas anuais, pelo método das quotas constantes, durante 3 anos ou 5 anos, conforme a sua natureza, a contar da data em que são incorridos os respectivos custos.

### 3.2.4 Mobiliário e material

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, com excepção das viaturas que são registadas por duodécimos, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5 a 25 %
Máquinas e ferramentas	12,5 a 25 %
Equipamento informático	25 a 33,33 %
Instalações interiores	10 a 16,66 %
Material de transporte	25 %
Equipamento hospitalar	12,5 a 33,33 %
Outro equipamento	12,5 a 33,33 %

### 3.2.5 Contratos de locação financeira

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo (imobilizado corpóreo) e passivo (credores), pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação financeira.

### 3.2.6 Responsabilidade por pensões complementares de reforma

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 e que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma. Estas prestações serão concedidas conforme o estipulado nas cláusulas 51ª a 60ª do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de acordo com a revisão de 1995, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995. Os regimes atrás referidos são também extensivos aos médicos sobre cujas remunerações incidem descontos para a Segurança Social.

A Companhia constituiu um Fundo de Pensões que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes ao plano mencionado nos parágrafos anteriores. Desde o exercício de 2005, passou a englobar os encargos com a Segurança Social subjacentes às Pensões de Pré – Reforma.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela Companhia de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

### 3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes. Estas declarações ficam sujeitas a inspecção e eventuais ajustamentos por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam. Contudo, quando existam prejuízos fiscais a reportar, o período passível de inspecção estende-se até aos seis exercícios seguintes. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos eventuais lucros tributáveis que se apurem nos seis exercícios seguintes.

O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, foi adoptado pela Companhia aquando da apresentação anual de contas (ver nota 20).

## 4 Operações em Moeda Estrangeira

Os valores de activos e passivos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária (U.E.M) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

## 6 Especificação de Dados Relativos a Empresas do Grupo e Associadas

A Companhia é detentora de participações qualificadas nas seguintes empresas:

#### T – Vida - Companhia de Seguros, SA

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 – 1250 – 149 Lisboa

Capital detido:	100%
Capital Social em 31/12/2006:	20 000 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	71 397 234
Resultado Líquido em 31/12/2006:	1 275 508

#### BES, Companhia de Seguros, SA

Sede Social: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11º 1070-061 Lisboa

Capital detido:	25%
Capital Social em 31/12/2006:	15 000 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	21 135 088
Resultado Líquido em 31/12/2006:	4 424 787

#### Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, SA

Sede Social: Pr. José Queiroz, 1 – Piso 4º 1800-238 Lisboa

Capital detido:	50,99%
Capital Social em 31/12/2006:	4 500 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	7 191 919
Resultado Líquido em 31/12/2006:	1 741 797

#### Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, SA

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa

Capital detido:	75%
Capital Social em 31/12/2006:	1 500 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	-123 151
Resultado Líquido em 31/12/2006:	-701 920

#### Fiduprivate, SA

Sede Social: Rua Dr. Brito Câmara, 7 9000-039 Funchal

Capital detido:	75%
Capital Social em 31/12/2006:	125 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	788 210
Resultado Líquido em 31/12/2006:	55 885

#### Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, SA

Sede Social: Edifício Quartz, Rua Alexandre Herculano, 38 1269-161 Lisboa

Capital detido:	24%
Capital Social em 31/12/2006:	7 485 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	6 845 497
Resultado Líquido em 31/12/2006:	191 410

#### Espírito Santo Data Informática, SA

Sede Social: Rua da Barruncheira, 4 2795-477 Carnaxide

Capital detido:	27,05%
Capital Social em 31/12/2006:	7 000 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	7 834 969
Resultado Líquido em 31/12/2006:	-132 570

#### ES Contact Center, Gestão de Call Center, SA

Sede Social: Av. Infante D. Henrique, 343 1800-218 Lisboa

Capital detido:	20,42%
Capital Social em 31/12/2006:	2 988 282
Capitais Próprios em 31/12/2006:	3 425 563
Resultado Líquido em 31/12/2006:	63 024

#### Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA

Sede Social: Av. Alvares Cabral, 41 – 3º 1250-015 Lisboa

Capital detido:	24%
Capital Social em 31/12/2006:	5 000 000
Capitais Próprios em 31/12/2006:	8 995 868
Resultado Líquido em 31/12/2006:	1 082 014

O capital da Companhia é detido na sua globalidade pela PARTRAN Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, com sede na rua de S. Bernardo, 62 – 1200 826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas.

As contas desta entidade são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

## 7 Número Médio de Colaboradores por Categorias Profissionais

Categorias Profissionais		2006
Direcção		58
Quadro Técnico		197
Quadro Técnico – Administrativo		390
Quadro Comercial		176
Quadro Informático		37
Quadro de Apoio Geral		8
Quadro de Electricistas		1

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha.

## 8 Montante dos Custos com o Pessoal Referentes ao Exercício

Contas	Rubricas	2006	2005
	<b>Remunerações</b>		
6800	- dos órgãos sociais	1 064 860	839 044
6801	- do pessoal	26 474 182	25 491 278
6802	<b>Encargos sobre remunerações</b>	5 925 481	5 765 380
	<b>Custos com pensões</b>		
6803	- Pensões e respectivos encargos	-	-
6804	- Prémios e contribuições para pensões*	440 000	2 543 173

\* Ver nota 45.2

## 10 Imobilizações Incorpóreas

Os valores líquidos das imobilizações incorpóreas encontram-se detalhados da seguinte forma:

Descrição	2006	2005
I. Despesas de constituição e instalação	0	0
II. Despesas de investigação e desenvolvimento	10 905 428	12 585 691
III. Despesas em edifícios arrendados	609 631	142 237
IV. Trespases	-	-
V. Outras imobilizações incorpóreas	-	17 498
VI. Imobilizações em curso	189 707	-
<b>TOTAL</b>	<b>11 704 766</b>	<b>12 745 426</b>

## 12 Dívidas de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é de 3 737 787 euros, assim discriminado:

	2006	2005
<b>Outros devedores:</b>		
Por operações de seguro directo	842 571	718 916
Por operações de resseguro	2 076 705	1 523 113
Por outras operações	818 511	620 172
	<b>3 737 787</b>	<b>2 862 201</b>

## 15 Decomposição do Capital Social

A totalidade do capital é representada por 27 000 000 acções escriturais nominativas de valor nominal unitário de 5 euros.

## 20 Imposto sobre o Rendimento

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2004, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

Por se encontrar pendente de aceitação por parte da Administração Fiscal, o reporte fiscal da ESIA – Inter-Atlântico, no valor de 42 886 243 euros, não foi ainda considerado para efeitos de estimativa de imposto a pagar. Considerando que todos os prejuízos fiscais existentes e relativos à Tranquilidade foram integralmente utilizados no presente

exercício e que o lucro tributável estimado para o exercício de 2006 foi de 176 877 686 euros, o cálculo de imposto corrente estimado perfaz 29 640 649 euros.

A Companhia utilizou o conceito de impostos diferidos efectuando o seu cálculo de forma prudente, de onde resultou um imposto diferido líquido passivo no valor de 35 779 euros. Este valor resulta de um valor de 1 302 087 de imposto diferido activo relativo a custos e provisões não aceites, e a 1 337 866 de imposto diferido passivo relativo a mais e menos valias de activos.

## 21 Operações em Regime de Locação Financeira

Relativamente a operações em regime de locação financeira destacam-se as seguintes rubricas:

	2006	2005
Imobilizações corpóreas – Equipamento informático	7 326 366	5 883 479
Imobilizações corpóreas – Material transporte	499 606	376 819
Amortizações acumuladas respeitantes ao imobilizado	5 624 115	4 501 094
Credores por operações de leasing	2 365 717	1 578 414

## 22 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Ver anexo n.º 1.

## 22 A Avaliação de Determinados Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

Tipo de Instrumento Financeiro	Valor de Balanço	Justo Valor
Participações em empresas do grupo e associadas	35 793 462	35 793 462
Acções e outros títulos de rendimento variável	61 094 414	76 772 709
Títulos de rendimento fixo	445 991 351	443 687 787
Instrumentos derivados	0	0
<b>Total</b>	<b>542 879 227</b>	<b>556 253 957</b>
<b>Diferença entre o valor de balanço e o justo valor</b>		<b>13 374 731</b>

O justo valor dos activos foi determinado utilizando, para títulos de rendimento fixo ou variável listados em mercado organizado, a última cotação disponível dos mercados considerados mais representativos para a correcta formação do preço desse Activo. No caso de Activos não listados utilizou-se, na medida do possível, modelos de avaliação usualmente utilizados pelo mercado para a valorização desses Activos. No caso especial de títulos de rendimento variável não listados utilizou-se o valor dos capitais próprios correspondentes apropriáveis em função da participação detida e ainda nalguns casos a avaliação decorrente da aplicação do método de *Discounted Free Cash Flows*. No caso de títulos de rendimento fixo utilizou-se o valor expectável de reembolso desse Activo.

## 23 Imobilizações e Outros Investimentos Financeiros

Discriminação dos movimentos efectuados em imobilizações corpóreas e incorpóreas e correcções de valor de várias rubricas de investimentos.

## 23.1 Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas

Rubricas	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações		
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>										
Despesas de constituição e instalação	290 776	290 776	0	0	281 925	0	0	281 925	0	
Despesas de investigação e desenvolvimento	35 851 425	23 265 731	4 159 195	0	10 786 250	0	5 839 459	10 786 248	10 905 428	
Despesas em edifícios arrendados	526 091	383 854	868 296	0	189 810	0	400 902	189 810	609 631	
Trespases	499	499	0	0	499	0	0	499	0	
Outras imobilizações incorpóreas	258 523	241 025	0	0	0	0	17 498	0	0	
Imobilizações em curso	0	0	380 344	0	190 637	0	0	0	189 707	
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>subtotal</b>	<b>36 927 313</b>	<b>24 181 885</b>	<b>5 407 835</b>	<b>0</b>	<b>11 449 121</b>	<b>0</b>	<b>6 257 859</b>	<b>11 258 482</b>	<b>11 704 766</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>										
Equipamento administrativo	4 827 526	4 029 184	204 524	0	142 458	54 771	229 389	174 366	750 614	
Máquinas e ferramentas	3 341 810	3 207 289	17 941	0	151 720	7 868	46 803	147 021	93 093	
Equipamento informático	33 890 852	30 658 804	1 873 808	0	2 449 749	9 529	1 813 776	2 434 602	3 267 406	
Instalações interiores	453 421	414 202	0	0	51 130	0	5 284	37 717	20 522	
Material de transporte	633 777	362 379	122 786	0	0	123 865	272 487	121 381	119 213	
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras imobilizações corpóreas	1 050 155	897 487	13 612	0	11 351	0	40 638	11 271	125 561	
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>subtotal</b>	<b>44 197 541</b>	<b>39 569 345</b>	<b>2 232 672</b>	<b>0</b>	<b>2 806 408</b>	<b>196 033</b>	<b>2 408 376</b>	<b>2 926 359</b>	<b>4 376 410</b>	
<b>Total</b>	<b>81 124 855</b>	<b>63 751 230</b>	<b>7 640 507</b>	<b>0</b>	<b>14 255 529</b>	<b>196 033</b>	<b>8 666 235</b>	<b>14 184 841</b>	<b>16 081 176</b>	

## 23.2 Terrenos e edifícios

Rubricas	Saldo Inicial		Aquisições e Beneficiações (3)	Reavaliações e Diminuições de Valor (4)	Transferências		Alienações		Saldo Final	
	Valor de Aquisição (1)	Valor de Balanço (2)			Valor de Aquisição (5)	Valor de Balanço (6)	Valor de Aquisição (7)	Valor de Balanço (8)	Valor de Aquisição (9)	Valor de Balanço (10)
<b>De serviço próprio</b>										
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios	69 505 606	71 556 590	303 258	945 875	114 269	114 269	0	0	69 923 133	72 919 991
<b>De rendimento</b>										
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios	61 076 785	83 983 715	444 095	5 077 020	0	0	11 384 290	18 035 639	50 136 590	71 469 191
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>33 750</b>	<b>33 750</b>	<b>80 519</b>	<b>0</b>	<b>-114 269</b>	<b>-114 269</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Adiantamentos por conta</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>130 616 141</b>	<b>155 574 055</b>	<b>827 872</b>	<b>6 022 895</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 384 290</b>	<b>18 035 639</b>	<b>120 059 722</b>	<b>144 389 183</b>

(9)= (1)+(3)+(5)-(7)  
(10)= (2)+(3)+(4)+(6)-(8)

### 23.3 Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos)

Rubricas	Saldo Inicial (1)	Aumentos (2)	Diminuições de Valor (3)	Alienações ou Reembolsos (4)	Saldo Final (5)
<b>Investimentos em empresas do grupo e associadas</b>					
Empréstimos a empresas do grupo		55 786 854			55 786 854
Empréstimos a empresas associadas					
<b>Outros investimentos financeiros</b>					
Empréstimos hipotecários	1 115 179	540 021	252 862		1 402 338
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices					
Empréstimos sobre títulos					
Outros	7 384 844	18 209 910	16 325 625		9 269 128
Depósitos em instituições de crédito	25 441 740	77 154 682	102 596 422		0
Outros					
<b>Depósitos Junto de empresas cedentes</b>	9 284	13 399	14 044		8 639
<b>Total</b>	<b>33 951 047</b>	<b>151 704 865</b>	<b>119 188 953</b>		<b>66 466 959</b>

### 24 Movimentos Relativos a Reavaliações

Rubricas	Imobilizações Corpóreas	Investimentos	Total
<b>Reserva de reavaliação</b>			
Início do exercício		33 091 839	33 091 839
Aumentos			
Outras		24 425 890	24 425 890
Diminuições			
Incorp. capital social			
Recuperação de mais/menos			
valias realizadas (ver nota 3.2.2.4)		23 876 032	23 876 032
Outras		7 634 829	7 634 829
Fim do exercício		26 006 868	26 006 868
Custos históricos	657 132 730		657 132 730
Reavaliações		29 656 679	29 656 679
Valores contabilísticos reavaliados	686 789 409		686 789 409

Não existem movimentos relativos a Imobilizações Corpóreas.

### 26 Ajustamentos e Outras Provisões

Desdobramento das contas de Ajustamentos e Outras Provisões

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>490 Ajustamentos de recibos por cobrar</b>				
4903 De outros tomadores de seguro	7 242 962	229 237	0	7 472 199
	<u>7 242 962</u>	<u>229 237</u>	<u>0</u>	<u>7 472 199</u>
<b>491 Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa</b>				
4913 De outros tomadores de seguro	2 544 938	692 244	0	3 237 182
	<u>2 544 938</u>	<u>692 244</u>	<u>0</u>	<u>3 237 182</u>
<b>492 Outras provisões</b>				
4920 Pensões de reforma	279 802		10 550	269 252
4921 Pensões de pré-reforma	103 697		91 217	12 480
4922 Impostos	0	55 463	0	55 463
4923 Outros riscos e encargos	1 581 584	0	290 565	1 291 019
	<u>1 965 083</u>	<u>55 463</u>	<u>392 332</u>	<u>1 628 214</u>

## 28 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
69100 – Donativos	73 852	57 356	79100 – Restituição de impostos		682
69101 – Mecenato	169 222	115 025	79101 – Recuperação de dívidas		
69102 – Despesas confidenciais			79102 – Redução de amortizações e provisões	491 349	3 135 505
69103 – Perdas em imobilizações corpóreas	73 379	20 567	79103 – Ganhos em imobilizações corpóreas	14 945	26 101
69104 – Ofertas a clientes	291 552	353 771	79107 – Correções relativas a exercícios anteriores	1 762 823	747 616
69105 – Dívidas incobráveis	352 591	267 204	79108 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 242 568	2 406 899
69106 – Multas e penalidades	4 663	19 023			
69107 – Quotizações diversas	40 474	64 418			
69108 – Correções relativas a exercícios anteriores	489 252	468 329			
69109 – Outros custos e perdas extraordinários	10 578 986	830 902			
83 Resultados extraordinários	-8 562 286	4 120 208			
	<b>3 511 685</b>	<b>6 316 803</b>		<b>3 511 685</b>	<b>6 316 80</b>

## 33 Provisões Técnicas

Valores referentes às seguintes provisões técnicas

Rubricas	Montante Calculado	Custos de Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2006	Valor de Balanço 2005
Provisão p/ prêmios não adquiridos	117 256 541	22 563 565	94 692 976	96 486 641
Provisão para riscos em curso	4 501 162		4 501 162	3 311 657

### 34 Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores, seus Reajustamentos e Custos com Sinistros

#### 34.1 Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31/12/2005 (1)	Custos com Sinistros * Montantes Pagos no Exercício (2)	Provisão para Sinistros * em 31/12/2006 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>				
<b>NÃO VIDA</b>				
Acidentes e doença	164 422 861	30 329 228	135 349 151	1 255 518
Incêndio e outros danos	28 088 970	14 150 378	10 191 418	-3 747 174
Automóvel				
- Responsabilidade civil	236 826 013	61 068 032	177 115 421	1 357 441
- Outras coberturas	19 006 453	7 562 225	9 014 009	-2 430 219
Marítimo, aéreo e transportes	6 658 662	3 523 230	3 927 228	791 796
Responsabilidade civil geral	19 026 367	2 003 563	14 898 103	-2 124 701
Crédito e caução	1 792 920	708 614	1 370 114	285 808
Protecção jurídica	315 249	83 843	130 467	-100 938
Assistência	0	0	0	0
Diversos	513 883	91 686	78 580	-343 617
	<b>476 651 378</b>	<b>119 520 799</b>	<b>352 074 492</b>	<b>-5 056 087</b>
	<b>476 651 378</b>	<b>119 520 799</b>	<b>352 074 492</b>	<b>-5 056 087</b>

(\*) Sinistros ocorridos no ano 2005 e anteriores.

#### 34.2 Discriminação dos custos com sinistros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro directo</b>				
Acidentes e doença	52 222 037	4 317 697	10 021 372	66 561 106
Incêndio e outros danos	23 577 076	1 125 561	1 221 719	25 924 356
Automóvel				
- Responsabilidade civil	84 457 240	5 708 278	7 020 420	97 185 937
- Outras coberturas	22 041 426	1 747 110	3 262 868	27 051 405
Marítimo, aéreo e transportes	6 596 683	248 033	-337 875	6 506 842
Responsabilidade civil geral	2 795 771	321 179	-1 903 309	1 213 641
Crédito e caução	687 633	4 189	-454 346	237 476
Protecção jurídica	37 700	48 749	-139 534	-53 085
Assistência	0	0	0	0
Diversos	240 899	2 270	-223 364	19 806
<b>Total</b>	<b>192 656 466</b>	<b>13 523 066</b>	<b>18 467 951</b>	<b>224 647 484</b>
Resseguro aceite	2 525	0	2.241	4.767
<b>Total Geral</b>	<b>192 658 991</b>	<b>13 523 066</b>	<b>18 470 193</b>	<b>224 652 250</b>



### 35 Reajustamentos mais Relevantes Relativos ao Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos devem-se principalmente ao ramo Acidentes de Trabalho e derivam do facto do mapa não considerar os rendimentos financeiros afectos às Provisões Matemáticas.

Relativamente ao grupo de ramos Incêndio e Outros Danos e Diversos, os ajustamentos resultam do encerramento de processos com custo inferior ao inicialmente previsto.

Há ainda outros ajustamentos, respeitantes a sinistros ocorridos em anos anteriores, mas que resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

### 36 Métodos de Valorimetria Aplicados aos Investimentos

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados na nota 3.

### 37 Valor Actual dos Terrenos e dos Edifícios

O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e dos edifícios é o referido na nota 3 e a respectiva discriminação, segundo o exercício correspondente à sua avaliação, é a seguinte :

Exercício da Última Avaliação	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
2006	105 075 354	129 913 790
2005	6 258 509	7 024 270
2004	7 169 681	5 995 123
2002	97 051	100 000
2000	1 202 264	1 099 135

Este quadro refere-se apenas a avaliações efectuadas por técnicos aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal, não existindo avaliações anteriores ao ano de 2000.

### 38 Hipóteses Consideradas no Cálculo das Provisões Matemáticas do Seguro de Acidentes de Trabalho

As Provisões Matemáticas do seguro de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com a Norma regulamentar 15/2000-R, de 23 de Novembro, isto é, aplicando a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% para as Pensões Remíveis, e a fórmula preconizada na mesma norma para as não remíveis, após cálculo da reserva matemática com base na tábua de mortalidade PF 60/64 com taxa de juro de 6% e 4% de encargos de gestão.

### 39 Valores Recuperáveis Relativamente a Sinistros

Relativamente ao montante recuperável pela ocorrência de sinistros provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ( sub-rogação - Conta 470 ) não se registam quaisquer valores. Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros ( salvados - Conta 2610 ) o valor é de 430 201 euros.

## 40 Informações Relativas ao Seguro Não Vida

### 40.1 Discriminação de alguns valores por ramos

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro **
Seguro directo					
Acidentes e doença	102 890 581	103 188 623	66 561 106	27 430 248	-6 151 432
Incêndio e outros danos	57 205 926	56 781 444	25 924 356	18 991 007	-8 423 693
Automóvel					
- Responsabilidade civil	125 239 903	126 330 244	97 185 937	36 190 483	-879 105
- Outras coberturas	46 864 846	46 914 894	27 051 405	20 136 215	-668 257
Marítimo, aéreo e transportes	8 463 786	8 324 823	6 506 842	2 439 721	1 057 191
Responsabilidade civil geral	8 592 777	8 637 080	1 213 641	3 354 961	-1 295 274
Crédito e caução	432 786	511 314	237 476	85 205	-160 721
Protecção jurídica	28 479	29 738	-53 085	13 729	0
Assistência	9 939 847	9 961 456	0	1 748 943	-8 104 075
Diversos	1 638 230	1 543 197	19 806	355 498	-1 013 420
	<b>361 297 160</b>	<b>362 222 813</b>	<b>224 647 484</b>	<b>110 746 010</b>	<b>-25 638 785</b>
Resseguro aceite	84 155	65 601	4 767	14 435	-54 384
	<b>361 381 316</b>	<b>362 288 414</b>	<b>224 652 250</b>	<b>110 760 445</b>	<b>-25 693 169</b>

(\*) Sem dedução da parte dos resseguradores.

(\*\*) Favorável aos resseguradores.

## 41 Relato por Segmentos

### a) Relato por segmentos de negócio

Contas a Considerar	Rubrica	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Acidentes Trabalho	Incêndio	Automóvel
70	Prémios brutos emitidos		361 381 316	60 323 010	57 263 276	172 104 749
71	Prémios de resseguro cedido		-52 454 270	-385 509	-18 006 308	-2 270 116
70+/-6110+/-6130	Prémios brutos adquiridos		362 288 414	60 238 293	56 820 259	173 245 138
74+75+76-64-65-66	Resultado dos investimentos		201 313 182	8 972 772	24 590 315	143 979 196
600+601+602+603	Custos com sinistros brutos		224 652 250	44 967 430	25 923 745	124 237 342
63	Custos de exploração brutos		110 760 445	15 417 597	19 002 243	56 326 698
800/801	Resultado Técnico *		200 746 785	8 733 355	23 946 728	138 478 701
	Activos afectos à representação das provisões técnicas		711 480 114	199 036 520	65 834 803	385 840 803
	Provisões técnicas		598 325 407	167 292 212	55 653 840	324 303 105

(\*) Inclui mais valias financeiras da venda de 25% da participação detida na ex-Tranquilidade Vida no montante de 158 372 089 euros

## b) Relato por segmentos geográficos

Contas a Considerar	Rubrica	Portugal	Espanha
70	Prémios brutos emitidos	360 752 309	629 007
71	Prémios de resseguro cedido	-52 405 133	-49 137
70+/-6110+/-6130	Prémios brutos adquiridos	361 699 070	589 343
74+75+76-64-65-66	Resultado dos investimentos	201 307 533	5 649
600+601+602+603	Custos com sinistros brutos	224 441 241	211 010
63	Custos de exploração brutos	110 415 039	345 406
800/801	Resultado técnico	200 741 716	5 069
	Activos afectos à representação das provisões técnicas	711 100 593	379 521
	Provisões técnicas	598 006 245	319 162

## 43 Comissões Relativas ao Seguro Directo

O montante das comissões relativas ao seguro directo é constituído por

	2006	2005
43.1. - Comissões de mediação e corretagem	31 890 435	30 900 258
43.2. - Comissões de cobrança	2 202 001	2 248 996
	<b>34 092 436</b>	<b>33 149 254</b>

## 44 Investimentos Segundo a sua Afectação

Terrenos e edifícios	144 389 182	-
Investimentos em empresas do grupo e associadas	82 958 440	8 621 876
Outros investimentos financeiros	507 354 079	10 403 151
Depósitos junto de empresas cedentes	8 639	-
<b>Total 2006</b>	<b>734 710 340</b>	<b>19 025 027</b>
<b>Total 2005</b>	<b>582 925 707</b>	<b>860 329</b>

## 45 Outras Informações Consideradas Relevantes

### 45.1 Movimentos ocorridos nas contas de capital próprio

	31.12.2005	Redução	Aumento	Transferência	31.12.2006
Capital	135 000 000	-	-	-	135 000 000
Reservas de reavaliação:					
Reavaliação regulamentar (ver nota 24)	33 091 839	-7 084 971	-	-	26 006 868
Reavaliação legal	-	-	-	-	-
Reserva legal	18 371 262	-	-	2 677 270	21 048 532
Outras reservas					
Reserva de fusão	-25 784 703	-	-	-	-25 784 703
Outras	1 123 708	-	-	-	1 123 708
Resultados transitados	12 854	-76 761 000	-	767 911	-75 980 235
Resultado do exercício					
2005:	26 772 701	-3 327 520	-	-23 445 181	0
2006:			157 228 262		157 228 262
Capitais próprios	<b>188 587 661</b>	<b>-87 173 491</b>	<b>157 228 262</b>	<b>-20 000 000</b>	<b>238 642 432</b>

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a Reserva Legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a concorrência do capital social.

A Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2006 deliberou que os Resultados Líquidos do exercício de 2005, no montante global de 26 772 701 euros, fossem aplicados como segue:

Reserva legal	2 677 270
Distribuição a empregados e administradores	3 327 520
Resultados transitados	767 911
Distribuição de dividendos	20 000 000
	<b>26 772 701</b>

A redução de resultados transitados no valor de 76 761 000 euros refere-se a dividendos antecipados pagos ao accionista PARTRAN.

### 45.2 Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector de seguros, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez.

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, (i) as responsabilidades por serviços passados, determinadas em função dos salários projectados e apuradas com base em estudo actuarial, cobrindo a totalidade do pessoal activo, pré-reformado e reformado, (ii) a situação patrimonial do Fundo e (iii) a insuficiência/excesso líquido global de cobertura, resume-se como segue:

	2006	2005
i) Responsabilidades totais		
por serviços passados	42 533 186	43 751 172
ii) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	46 119 630	45 533 968
iii) Insuficiência/excesso global de cobertura	3 586 444	1 782 796

O aumento significativo das responsabilidades por serviços passados dos Empregados no Activo, verificado em 2006, foi fundamentalmente consequência da passagem para esta rubrica das responsabilidades

com pré-reformados antecipados e com rendas vitalícias dos pré-reformados, de acordo com recomendação do Instituto de Seguros de Portugal, por troca com a rúbrica Reformados e Pré-reformados.

A população do Fundo de Pensões teve uma evolução normal, não havendo alterações significativas a salientar. Durante o exercício em análise, as contribuições para o fundo foram efectuadas com base em valores projectados, e os encargos com prémios e contribuições para pensões ascenderam a 440 000 euros (2005: 2 543 173 euros). O fundo adquire, periodicamente, rendas vitalícias para cobertura das suas responsabilidades com reformados.

No exercício, a Companhia manteve os pressupostos actuariais de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma tendo por base o valor actual dos salários projectados do pessoal no activo e das prestações em pagamento aos reformados, utilizando princípios mais conservadores do que os exigidos pela autoridade de supervisão e de acordo com as seguintes bases:

Tábua de mortalidade	GKF 95
Taxa prevista de rendimento do fundo	4,75%
Taxa prevista de evolução salarial - colaboradores	3%
Taxa prevista de evolução salarial - administradores	3,75%
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	2%
Taxa técnica de juro	3%

É intenção da Companhia realizar estudos actuariais periodicamente, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

### 45.3 Relações com empresas do grupo e associadas

ES Contact Center	-66 240	-182 964	-	-	1 408 699	2 122 262
BES Seguros	7 514	137 559	-	-	-	-
T-Vida	-2 404 659	-	-	-	-	-
Esumédica	-40	-	-	-	72 001	73 716
Advancecare	-5 358	-	-	-	2 079 100	2 787 861

## Anexo 1 – Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
<b>1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS</b>							
1.1 - Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
ADVANCECARE	458 899			1.06	485 468,14	2,44	1 119 777,82
ESUMEDICA	225 000			1.98	445 500,00	1,23	276 394,24
FIDUPRIVATE	18 750			25.60	480 050,77	36,40	682 533,89
TVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS	20 000 000			1.00	20 000 000,00	1,06	21 149 753,00
	<b>subtotal</b>	<b>20 702 649</b>			<b>21 411 018,91</b>		<b>23 228 458,95</b>
1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas							
BES SEGUROS	750 000			5.01	3 758 668,00	7,98	5 982 046,88
COMINVEST	360 000			4.41	1 589 217,49	4,56	1 642 919,22
ES CONTACT	610 107			1.06	647 409,84	1,08	661 669,50
ESDI	378 700			5.90	2 233 442,58	5,60	2 119 359,04
EUROPE ASSISTANCE	240 000			7.32	1 756 800,00	9,00	2 159 008,32
	<b>subtotal</b>	<b>2 338 807</b>			<b>9 985 537,91</b>		<b>12 565 002,96</b>
1.1.5 - Obrigações de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>subtotal</b>	<b>23 041 456</b>			<b>31 396 556,82</b>		<b>35 793 461,91</b>
1.2 - Estrangeiras							
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.5 - Obrigações de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>total</b>	<b>23 041 456</b>			<b>31 396 556,82</b>		<b>35 793 461,91</b>
<b>2 - OUTROS TÍTULOS</b>							
2.1 - Nacionais							
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.1.1.1 - De dívida pública							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.1.3 - De outros emissores							
BANCO PORT INVEST 11/24/2007		5 000 000,00	99,68		4 984 000,00		4 984 096,97
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	100,20		2 004 000,00		2 003 990,15
BCP FINANCE BANK 21/12/16		3 000 000,00	100,11		3 003 264,54		3 003 255,60
BESLEASING FACTORING 22/08/2008		19 000 000,00	100,00		19 000 000,00		19 000 000,00
BESLEASING FACTORING 22/08/2011		2 500 000,00	100,00		2 500 000,00		2 500 000,00
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		20 000 000,00	100,00		20 000 000,00		20 000 000,00

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
BESLEASING FACTORING 22/09/2007		60 000 000,00	100,00		60 000 000,00		60 000 000,00
EMASA		24 939,90	0,10		24 939,89		24,94
LUSITANO GLB CDO PLC 1D 12/05/15		3 300 000,00	98,04		3 797 960,24		3 235 386,00
P.CAVALEIROS		87 289,65	0,10		87 289,63		87,29
SEMAPA 20/04/2016		5 000 000,00	100,31		5 016 500,00		5 015 678,69
V.AGROS		19 951,92	0,10		19 951,92		19,96
V.TÊXTIL		22 445,93	0,17		22 445,91		37,41
		<b>subtotal</b>			<b>120 460 352,13</b>		<b>119 742 577,01</b>
		<b>subtotal</b>			<b>120 460 352,13</b>		<b>119 742 577,01</b>
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.1.2.1 - Acções							
ARGOGEST	1 300			3,84	4 987,97	3,84	4 987,97
BCP	30 800			2,62	80 651,63	2,80	86 240,00
BESLEASING FACTORING	59 427			7,59	451 035,46	7,59	450 808,56
BRISA-PRIV	5 079			8,59	43 615,07	9,45	47 996,55
CASSEL	200			4,99	997,59	4,99	997,59
CIMPOR	13 986			5,84	81 660,94	6,29	87 971,94
CIRES	247 500			1,28	316 959,90	1,45	358 875,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	473,29	2 839,74
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	205,01	40 591,13
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,86	263 985,60
COMUNDO	2 008			0,33	664,39	0,33	664,39
EDP	300 000			3,85	1 154 953,80	3,84	1 152 000,00
ESAF - ACTIVOS FINANCEIROS	117 500			22,93	2 694 626,91	25,92	3 045 326,55
ESEGUR	55 000			132,53	7 289 150,00	14,44	794 029,64
ESPIRITO SANTO SAÚDE	13 275 000			1,25	16 541 000,00	1,81	24 052 675,45
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618,00	8 121,71	162 434,16
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	20,82	57 469,15
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	4,18	523,07
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			4,99	207 873,65	4,99	207 873,65
IMPRESA, SGPS	35 567			8,19	291 460,92	4,68	166 453,56
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	39,68
MARINOTEIS	210 000			6,53	1 370 495,93	6,52	1 369 808,02
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			6,58	16 330,65	6,58	16 330,65
PORTUCEL	44 285			2,26	100 187,32	2,40	106 284,00
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	2,95	415 407,18
SONAE SGPS	56 312			1,51	84 972,04	1,51	85 031,12
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,80	100 080,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	12,74	95 562,79
TELLUS	1 200			5,04	6 044,98	5,04	6 044,98
VILATÊXTIL SOC IND TÊXTIL	16			10,14	162,29	10,14	162,29
		<b>subtotal</b>	<b>15 021 162</b>		<b>32 073 233,14</b>		<b>33 179 495,41</b>
2.1.2.2 - Títulos de participação							
		<b>subtotal</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FUNGERE	773 553			5,22	4 039 967,13	5,17	3 999 269,01
		<b>subtotal</b>	<b>773 553</b>		<b>4 039 967,13</b>		<b>3 999 269,01</b>
2.1.2.4 - Outros							
		<b>subtotal</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
		<b>subtotal</b>	<b>15 794 715</b>		<b>36 113 200,27</b>		<b>37 178 764,42</b>
		<b>total</b>	<b>15 794 715</b>		<b>156 573 552,40</b>		<b>156 921 341,43</b>
2.2 - Estrangeiros							
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.2.1.1 - De dívida pública							

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
ITALY 2.75% 15/06/2010		50 000 000,00	100,36		50 257 000,00		50 179 487,61
<b>subtotal</b>					<b>50 257 000,00</b>		<b>50 179 487,61</b>
2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
<b>subtotal</b>					<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.2.1.3 - De outros emissores							
OUTRAS APLICAÇÕES DE CURTO PRAZO					479 000,00		479 000,00
ANGLO IRISH BK CORP 21/06/2016		2 000 000,00	100,20		2 004 000,00		2 003 921,79
AQUILAE 2006-1X C 17/01/2023		4 100 000,00	100,20		4 108 200,00		4 108 138,90
AUTOSTRADE SPA 06/09/2011		2 000 000,00	100,47		2 010 809,23		2 009 369,93
B SPIRES LIMITED SER 25 25/04/2010		19 400 000,00	101,73		19 736 978,00		19 736 422,39
BANCA LOMBARDA 19/12/2016		3 000 000,00	100,06		3 001 881,78		3 001 875,60
BANCO SABADELL 25/05/2016		2 000 000,00	99,67		1 993 000,00		1 993 321,02
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020		1 500 000,00	99,75		1 496 139,23		1 496 305,77
BNP PARIBAS 5,8% 10/08/2007		80 000,00	99,89		79 106,84		79 908,31
C.ÁGUAS DA BEIRA		548,68	118,18		648,44		648,44
C.MOÇAMBIQUE		598,56	125,00		748,20		748,20
CAIXA GERAL PERPETUAL 28/06/2014		3 000 000,00	100,91		3 028 244,40		3 027 248,47
CAJA CASTILLA 02/11/2016		2 000 000,00	100,20		2 004 000,00		2 003 984,47
CAM INTERNATIONAL SA 29/09/2016		2 000 000,00	100,19		2 004 000,00		2 003 898,18
COCA COLA 5,875% 08/03/2007		3 000 000,00	100,38		3 241 504,00		3 011 530,13
CORP PROP INV 7,18% 09/01/2013		500 000,00	92,45		371 790,22		350 997,54
CORP SERV GROUP 10% 04/29/2011		29 170,00	100,00		43 953,89		43 440,05
CSSE NAT C.EPARG P 4,5% 12/14/10		99 952,00	94,70		85 703,58		94 656,48
DAIMLER CHRYSLER 16/03/2010		4 000 000,00	100,04		4 001 667,36		4 001 605,65
DEUTSCHE TELEKOM 23/05/2012		2 000 000,00	100,20		2 004 000,00		2 003 936,06
DRESDNER BANK 4,3% 04/01/09		2 500 000,00	100,00		2 500 000,00		2 500 000,00
DUCHS VI X C		11 000 000,00	100,20		11 022 000,00		11 021 486,61
ERSTE BANK 19/07/2017		8 000 000,00	99,96		7 996 952,03		7 997 129,17
GOLDMAN SACHS 02/02/2015		4 000 000,00	100,89		4 038 400,00		4 035 571,14
GOLDMAN SACHS 04/02/2013		4 000 000,00	99,88		3 995 174,40		3 995 317,38
GOLDMAN SACHS 23/05/2016		3 000 000,00	99,89		2 996 681,40		2 996 795,34
HALIFAX PLC PERPETUAL		2 000 000,00	100,80		2 016 024,00		2 015 952,58
HARBM PR2X A4E		1 000 000,00	100,20		1 002 000,00		1 001 955,93
HIDRO E REVUE		119,71	100,00		119,71		119,71
HSBC FINANCE CORP 28/10/2013		4 000 000,00	100,19		4 008 000,00		4 007 793,67
HYPOVEREINSBANK 07/06/2011		3 000 000,00	103,18		3 099 787,20		3 095 312,96
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	99,76		997 491,00		997 563,48
JOHN DEERE BANK 31/03/2011		3 500 000,00	99,98		3 499 225,00		3 499 352,28
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	100,31		3 009 900,00		3 009 184,05
KAUPTHING BANK HF 25/05/2010		4 000 000,00	98,93		3 954 693,60		3 957 308,10
KONINKLIJKE KPN NV 07/21/2009		7 000 000,00	100,58		7 041 003,90		7 040 916,19
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016		10 000 000,00	99,94		9 994 113,46		9 994 339,36
MORGAN STANLEY 13/04/2016		7 500 000,00	99,95		7 498 503,23		7 495 906,30
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	100,65		2 013 018,00		2 012 958,24
NATL GRID PLC 18/01/2012		8 000 000,00	100,10		8 008 104,24		8 007 763,36
NAVIO COMP CLN HERZOG 05/10/11		25 000 000,00	100,20		25 050 000,00		25 049 937,23
NAVIO COMP CLN ITAMI 05/10/11		14 000 000,00	100,20		14 028 000,00		14 027 964,85
NAVIO COMP CLN KHAN 05/10/11		7 000 000,00	100,20		7 014 000,00		7 013 982,42
NAVIO COMP LIMITED CLN 02/05/11		7 000 000,00	101,68		7 117 530,00		7 117 381,70
PREPS LIMITED 2006 B1 18/07/2015		6 000 000,00	100,00		6 000 009,23		6 000 008,77
RCI BANQUE 05/26/2009		5 000 000,00	100,55		5 027 384,70		5 027 322,39
ROCK LTD 03/22/08		14 430 000,00	101,35		14 760 783,19		14 624 552,75
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	101,05		5 053 000,00		5 052 259,39
SAN PAOLO 06/28/2012		5 000 000,00	99,81		4 982 500,00		4 990 326,46
SANTANDER CONSUMER 28/09/2016		5 000 000,00	100,11		5 005 390,80		5 005 252,09
SLM CORPORATION 04/26/2011		2 500 000,00	100,00		2 500 051,50		2 500 031,79



(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12		9 000 000,00	100,07		9 006 300,23		9 005 926,14
TELEFONICA EMIS 25/01/2010		8 500 000,00	100,09		8 508 412,03		8 507 897,15
VIVENDI 10/03/2011		3 000 000,00	100,19		3 006 000,00		3 005 698,20
VODAFONE 05/09/2013		9 000 000,00	100,14		9 013 350,72		9 012 801,63
VODAFONE 13/01/2012		3 000 000,00	99,82		2 993 859,23		2 994 461,56
VOLKSWAGEN BANK FLT 21/12/2015		2 000 000,00	99,99		1 999 791,60		1 999 798,84
VOLKSWAGEN INT FIN 14/03/2016		5 000 000,00	100,00		5 000 000,00		5 000 000,00
					<b>276 452 929,57</b>		<b>276 069 286,59</b>
					<b>326 709 929,57</b>		<b>326 248 774,20</b>
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Acções							
ABN AMRO HOLDING NV AMSTERDAM	27 725			18,44	511 384,66	24,35	675 103,75
ACCIONA	373			136,88	51 055,73	141,10	52 630,30
AKZO NOBEL	28 000			44,02	1 232 468,80	46,21	1 293 880,00
ALTANA AG	28 500			44,01	1 254 259,02	47,00	1 339 500,00
ANTENA 3 TELEVISION	44			18,11	796,91	17,84	784,96
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	30 400			40,76	1 239 207,61	43,70	1 328 480,00
BBV ARGENT	6 868			18,63	127 921,23	18,24	125 272,32
BNP PARIBAS	6 310			81,85	516 483,50	82,65	521 521,50
C BUZI	2 000			1,00	2 001,42	1,00	2 001,42
C IND MATOLA	2 200			2,50	5 506,74	2,50	5 506,74
C MOÇAMBIQUE	3 000			1,25	3 740,84	1,25	3 740,84
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			4,99	1 246,99	4,99	1 246,99
C SEG NAUTICUS	500			0,56	281,88	0,56	281,88
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			2,90	28 312,77	2,90	28 312,77
CADA (AGRICULTURA)	2 100			3,22	6 757,63	3,22	6 757,63
CAP GEMINI AS	166			34,74	5 766,84	47,55	7 893,30
CARREFOUR SA	16 850			47,64	802 777,73	45,94	774 004,75
CASINO GUICHARD PERRACHON	9 910			80,35	796 296,91	70,40	697 664,00
COMMERZBANK AG	30 000			27,11	813 228,81	28,75	862 500,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	1,07	0,00	1,07
COMP SEG A NACIONAL	15 986			6,18	98 780,46	6,18	98 780,46
CONTINENTAL AG	13 400			89,23	1 195 618,51	88,90	1 191 260,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			2,53	1 519,88	2,53	1 519,88
CORPORATE SERVICES GROUP PLC	70 800			0,18	12 535,22	0,12	8 213,43
DJ ENERGY EX	2 006			42,10	84 445,84	41,87	83 991,22
E. ON AG	11 000			94,61	1 040 656,70	102,83	1 131 130,00
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1,27	1,27
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			4,99	249,40	4,99	249,40
FRANCE TELECOM	52 702			25,38	1 337 430,49	20,95	1 104 106,90
GENERAL ELECTRIC CO	1 200			46,35	55 616,31	28,42	34 098,00
GRIFOLS SA	1 641			9,76	16 015,26	10,10	16 574,10
HAVAS SA	4 200			14,25	59 863,79	4,20	17 640,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			4,99	997,60	4,99	997,60
HYPO REAL ESTATE HOLDING AG	19 900			45,42	903 835,19	47,74	950 026,00
KESA ELECTRICALS PLC	818			0,00	0,00	5,16	4 219,91
KING FISHER	3 578			12,74	45 601,39	3,53	12 628,24
LVMH MOET HENNESSY LOUIS V	750			66,15	49 612,92	79,95	59 962,50
NAVANG	448			6,01	2 693,51	6,01	2 693,51
NESTLE SA	150			240,67	36 100,05	268,44	40 266,00
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,62	1 549,53	0,62	1 549,53
NOKIA OYJ	55 000			15,48	851 649,00	15,61	858 550,00
PETRANGOL	200			2,76	552,89	2,76	552,89
PHILIPS ELECTRONICS NV	25 000			25,37	634 228,53	28,57	714 250,00

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
PRISA SM	35 233			12,71	447 872,07	13,21	465 427,93
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	39 000			25,68	1 001 357,08	26,72	1 042 080,00
SANOFI AVENTIS NEW	21 094			68,42	1 443 245,49	69,95	1 475 525,30
SAPEC SA	3 000			44,10	132 289,05	90,00	270 000,00
SCHNEIDER ELECTRIC SA	14 800			81,65	1 208 466,96	84,10	1 244 680,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,21	16 083,17	0,21	16 083,17
SIEMENS AG	15 000			65,39	980 828,88	75,14	1 127 100,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			4,99	498,80	4,99	498,80
SOGECABLE	2 326			26,00	60 467,71	27,00	62 802,00
SOL MELIA	3 829			14,99	57 391,58	15,01	57 473,29
SONEFE	573			2,39	1 366,79	2,39	1 366,79
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			4,99	39 903,83	4,99	39 903,83
TELECINCO	2 493			21,24	52 950,75	21,58	53 798,94
TELEFONICA, SA	132 531			13,66	1 809 968,69	16,12	2 136 399,72
THOMSON	27 911			12,29	342 995,24	14,81	413 361,91
TOTAL FINA ELF S.A.	20 000			51,73	1 034 596,56	54,65	1 093 000,00
VIVENDI UNIVERSAL	700			94,84	66 390,71	28,78	20 142,50
<b>subtotal</b>	<b>892 949</b>				<b>22 525 725,70</b>		<b>23 579 989,24</b>
2.2.2.2 - Títulos de participação							
<b>subtotal</b>	<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AGF MULTI	80			1 197,73	95 507,28	1 231,55	98 203,65
CA-AM VAR 4	17			5 927,14	100 939,24	6 056,37	103 140,02
CA-AM VOLAT	8			12 119,63	97 320,60	12 199,73	97 963,83
EASYETF GLOBAL TITANS 50	1 500			34,98	52 476,22	24,24	36 352,50
<b>subtotal</b>	<b>1 605</b>				<b>346 243,34</b>		<b>335 660,00</b>
2.2.2.4 - Outros							
<b>subtotal</b>	<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>subtotal</b>	<b>894 554</b>				<b>22 871 969,04</b>		<b>23 915 649,24</b>
<b>total</b>	<b>894 554</b>				<b>349 581 898,61</b>		<b>350 164 423,44</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>39 730 725</b>				<b>537 552 007,84</b>		<b>542 879 226,78</b>

## Imóveis a Representar Provisões Técnicas - 2006

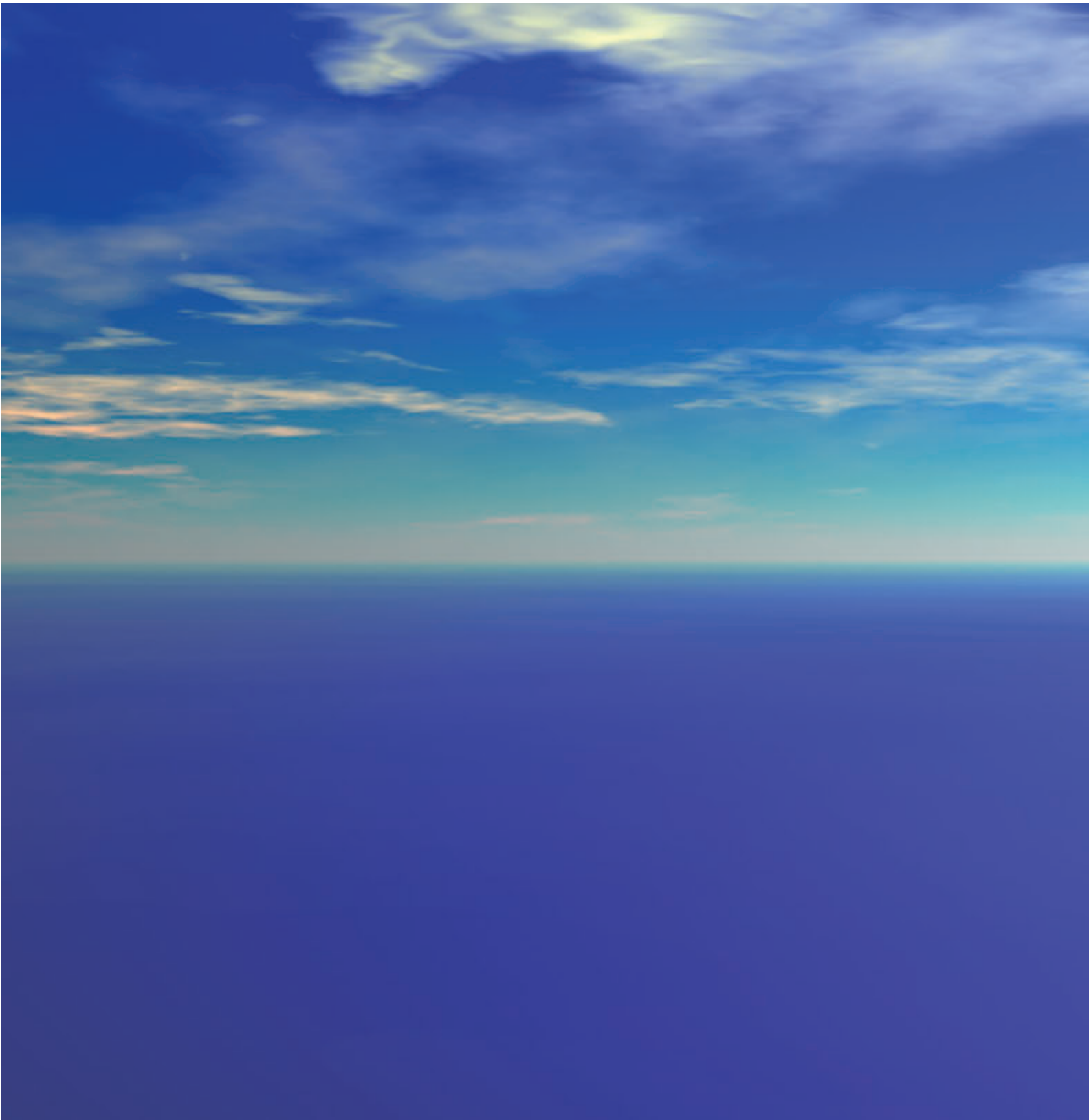
Localização		Nº Fracções	V. Inventário
R. CAMÉLIAS, 6 - R/C ESQ. S. DOMINGOS RANA	ABÓBODA	1	256 864
PRAÇA RAIMUNDO SOARES 21	ABRANTES	-	300 557
R. D. NUNO ÁLVARES PEREIRA, 1, RC FRACÇÃO E	ALMADA	1	133 350
R. D. NUNO ÁLVARES PEREIRA, 1, RC FRACÇÃO B	ALMADA	1	225 250
R. FOROS DA AMORA - LT G2 FR"A"	AMORA	1	220 000
CV. R. DR. A. SOUTO e R. ALBERTO S. MACHADO A, CV E RC	AVEIRO	1	414 300
R. ENG. MONIZ MAIA, BLOCO A, R/C "C"	AZAMBUJA	1	190 000
LUGAR FONTAINHAS 98, R/C - LJ 5, "Q"	BALAZAR	1	205 000
R. ELIAS GARCIA, 194, R/C - LOJA 2 "J"	BARCELOS	1	222 000
R. MIGUEL BOMBARDA 224/250-FRACÇÃO B-C/V-E	BARREIRO	1	385 854
PRAÇA DO ULTRAMAR, 1 e 1-A R/C Fr LAB	BEJA	1	400 180
PRAÇA DO ULTRAMAR, 1 e 1-A CAVE Fr EAS	BEJA	1	17 550
AV. DA LIBERDADE, 564 R/C DRT-FRACÇÃO "A"	BRAGA	1	212 100
AV. LIBERDADE, 660/672	BRAGA	10	179 422
R. 5 DE OUTUBRO 28-R/C-DRT. e C/V-DRT.	BRAGANÇA	1	229 900
R. PROF D. SALVADORA, Nº. 4	BUARCOS	1	100 000
AV. GENERAL H. DELGADO, 39 - R/C Dto Fr. A	C. BRANCO	1	396 440
R. 1.º SRG PEIXOTO, N.º 3, LT 17	C. RAINHA	1	187 000
R. JOSÉ MALHOA, 3/11	C. RAINHA	-	214 483
LUGAR DO MONTE, Lt 1 - LOJA 2 R/C	CALDELAS	1	200 000
URB. QUINTA NOVA BLOCO A2 LJ 1 R/C "P"	CARREGADO	1	190 294
R. FREDERICO AROUCA, 45/45 A	CASCAIS	-	2 207 844
R. JOSÉ RELVAS, 11 - PAREDE	CASCAIS	-	475 000
R. JOÃO BAPTISTA CORREIA, 1-G LJ 6 RC "G"	CAST. RIBATEJO	1	153 000
AV. NAVARRO, 17/20 e R. DO SOTA, 63/69	COIMBRA	-	953 063
R. FERREIRA BORGES, 75/83	COIMBRA	-	541 095
AV. NAVARRO, 21/23 e R. DO SOTA, 71/79	COIMBRA	-	796 684
AV. FREI HEITOR PINTO, R/C - FRACÇÃO B	COVILHÃ	1	359 520
R. FOGUETEIROS, 529/PRCT S. GENS 285 RC "C"	CUSTOIAS	1	148 150
RUA MANUEL FERREIRA RIBEIRO 42, R/C "A"	ERMESINDE	1	182 000
R. VINTE, 534 FRACÇÃO A R/C	ESPINHO	1	274 400
AV. VALENTIM RIBEIRO, LT 2 R/C LETRA E	ESPOSENDE	1	177 000
R. REPÚBLICA, 197	F. FOZ	-	265 000
R. BATISTA LOPES 21-R/C. E	FARO	1	416 500
R. CON. JER. D. LEITE FR B	FUNCHAL	1	854 040
R. 5 OUTUBRO 129/155	GONDOMAR	1	328 950
LG. DR. JOAO ALMEIDA, 29	GUARDA	-	421 260
GAVETO R TEIXEIRA PASCOAIS, FR I-LOJA 1	GUIMARAES	1	303 620
LUG. RABOLAL, R/C ESQ, LT 4, "E"	LAMEGO	1	190 000
R. ANZEBINO SARAIVA, 251 - FR "A"	LEIRIA	1	348 300
R. ANZEBINO SARAIVA, 251 - FR "B"	LEIRIA	1	198 000
R. DO ALECRIM, 51/53	LISBOA	-	1 202 184
R. S. PEDRO DE ALCÂNTARA, 39/49	LISBOA	-	2 851 669
R. MARQUÊS DA FRONTEIRA, 84/84-C	LISBOA	1	66 444
PRAÇA DE LONDRES, 6/6-B	LISBOA	1	188 449
PRAÇA DE LONDRES, 7/7-B	LISBOA	2	506 939
AV. DA LIBERDADE 242/242-A	LISBOA	-	25 053 500
R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR 70/70-B	LISBOA	1	526 731
R. BARTOLOMEU DE GUSMÃO, 16/16-A	LISBOA	1	157 007
AV. ALMIRANTE REIS, 13/13-E	LISBOA	-	636 301
CALÇADA DO CARRASCAL, 173/173-A	LISBOA	-	112 325
R. GENERAL GARCIA ROSADO, 20	LISBOA	-	370 953
AV. ALMIRANTE REIS, 73/73-B	LISBOA	-	2 619 907

## Imóveis a Representar Provisões Técnicas - 2006

Localização		Nº Fracções	V. Inventário
AV. INF. SANTO 349/349-D e R. SANTANA A LAPA, 156	LISBOA	1	196 346
AV. MARQUÊS DE TOMAR, 100/100A	LISBOA	-	878 138
AV. MARQUÊS DE TOMAR, 102	LISBOA	-	1 310 602
AV. ALMIRANTE REIS,49/51	LISBOA	-	1 437 224
R. DA ASSUNÇÃO 17/23 e R.DOURADORES 93/99	LISBOA	-	603 919
R. AUGUSTA, 44/52	LISBOA	-	1 189 959
R. AUGUSTA 54/60 e R.CONCEIÇÃO 93/99	LISBOA	-	965 398
R. DO CABO,36	LISBOA	-	115 279
AV. INFANTE D HENRIQUE 332-R/C e CAVE FRACÇÃO N	LISBOA	1	923 979
R. RODRIGUES SAMPAIO 103/103-B	LISBOA	-	3 702 500
AV. LIBERDADE,258/258-A 258/B - FRACÇÃO "A"	LISBOA	1	147 600
LG. ANDALUZ 2A/2B e R EÇA DE QUEIROZ 22/22B SUBCV FRACÇÃO A	LISBOA	1	312 500
PRAÇA DE LONDRES, 10-10C FRACÇÃO"O"	LISBOA	1	195 040
R. DOS FANQUEIROS, 119 - 127	LISBOA	-	696 405
R. ASSUNÇÃO 82-88/R. SAPATEIROS 145	LISBOA	-	803 877
R. CORREIROS 97-107/R. VITORIA 50-56	LISBOA	-	1 551 504
R. CONCEIÇÃO, 79-91	LISBOA	-	1 021 705
R. CORREIROS 180-192/R. STA JUSTA	LISBOA	-	1 157 797
R. FANQUEIROS, 116-130	LISBOA	-	2 551 614
R. FANQUEIROS, 129/R. VITORIA/R. DOURADORES	LISBOA	-	2 077 831
R. DA MADALENA, 199-209	LISBOA	-	785 004
R. DOS DOURADORES, 64 - 82	LISBOA	-	1 280 188
R. VISCONDE SEABRA 4 - 4 A	LISBOA	-	2 189 510
RUA GARRETT, 53 A 67,	LISBOA	-	3 891 984
R. PRATA, 94/114 e R. S. NICOLAU, 27/33	LISBOA	-	5 661 014
R. PRATA, 88/92	LISBOA	-	366 415
AV. ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, 104 a 104-B e R. AUGUSTO DOS SANTOS, 4	LISBOA	-	5 480 120
R. ALFREDO GUIADO, N.º 8 a 10-A	LISBOA	-	6 327 983
R. PROFESSOR SOUSA CÂMARA,136/136-D	LISBOA	4	249 984
AV. ANTONIO AUGUSTO AGUIAR,126/126-B	LISBOA	1	227 618
AV. POETA MISTRAL, 2/2-A	LISBOA	4	1 376 671
R. PADRE FRANCISCO 16/16-E	LISBOA	8	415 043
R. AVIADOR PLÁCIDO DE ABREU, 6	LISBOA	2	98 288
R. BERNARDIM RIBEIRO 44/44-B	LISBOA	4	364 756
R. LUIS DEROUET 27 E R INFANTARIA DEZASSEIS 27	LISBOA	5	339 529
CALÇADA DO TOJAL, 14	LISBOA	3	130 474
R.TOMÁS RIBEIRO,45/45-C e AV FONT.P.MELO,34B	LISBOA	4	833 218
AV. VISCONDE VALMOR,77/77-E e AV CDE VALBOM, 84/84E	LISBOA	5	609 572
R. CAVALEIRO DE OLIVEIRA, 28/28-B	LISBOA	2	105 926
R. SILVA CARVALHO, 226	LISBOA	1	128 000
AV. DR.ANTº.CARVALHO FIGUEIREDO 21 ABC-C/V.E	LOURES	1	119 678
PÇ. QUINTA DAS POCINHAS, 59, R/C ESQ, "A" SILVARES	LOUSADA	1	127 000
QUINTA DA ORDEM LT 14 N.º 12 PISO 3 "O"	M. CANAVESES	1	160 000
URB. MAC / 3 - B.V. R/C "A"	M. CAVALEIROS	1	190 000
R. DR. CARLOS FELG., 216	MAIA	1	402 240
R.PADRE ANTÓNIO 99-R/C-DRT-LETRA "C"	MAIA	1	173 133
AV. CARLOS OLIVEIRA, 419 3ºPISO "Q"	MAIA	1	140 000
AV. 25 ABRIL, BLOCO E, 2L CV ESQ "AN"	MALVEIRA	1	150 000
AV. PROF DR EGAS MONIZ 6 CV LJ ESQ "B"	MASSAMÁ	1	201 000
AV. REPÚBLICA, 371 R/C FRACÇÃO J	MATOSINHOS	1	333 230
AV. REPÚBLICA, 365 1.º DTO FRACÇÃO L	MATOSINHOS	1	215 260
R. MARIA PIMENTEL, LT C, R/C "AZ", B CASTANHEIRA	MIRANDELA	1	110 000
AV. LUIS DE CAMÕES,28- A 28-B FR B	MONTIJO	1	358 540

## Imóveis a Representar Provisões Técnicas - 2006

Localização		N.º Fracções	V. Inventário
R. MOUZINHO ALBUQUERQUE, 162 RC DTO "F"	NAZARÉ	1	130 000
QT.DO MENDES,LT 109 R/C ESQ E C/V-FRACÇÃO "B"	ODIVELAS	1	436 950
QUINTA DO VILAR, RC CENTRO "B"	P. FERREIRA	1	124 201
R. MACHADO SANTOS, 32 - R/C ESQ. FR. B	P. DELGADA	1	347 350
QT. PIEDADE, C. SERRA LT 43 RC ESQ "I"	P. STA. IRIA	1	205 000
R. ANTÓNIO ARAÚJO, 65 RC "O"	PAREDES	1	226 000
AV. SACADURA CABRAL,76-R/C-FRACÇÃO H	PENAFIEL	1	257 600
AV. DR. ANTÃO CARVALHO, 425-RÉGUA	PESO RÉGUA	1	151 000
ESTRADA DO ALVOR 6/6-A - R/C.C/V	PORTIMÃO	1	123 352
URBANIZAÇÃO S. SEBASTIÃO, LOTE 6	PORTIMÃO	1	292 600
R. MIGUEL BOMBARDA, 25/41	PORTO	-	333 626
AV. ALIADOS, 1/21 e PR. LIBERDADE,114/115	PORTO	-	2 487 419
R. D.MANUEL II 290/296/298/304/306 e R J DINIS 15/51	PORTO	25	23 017 907
R. COSTA CABRAL, 1981, "M"	PORTO	1	200 522
AV. DA BOAVISTA, 320/336	PORTO	5	366 170
R. SÁ DA BANDEIRA 797/825 e R GONÇALO CRISTÓVÃO 58/59	PORTO	41	3 501 359
R. CAMPO ALEGRE 1376-FRACÇÃO "F" e "JH"	PORTO	2	116 844
RUA GOMES DE AMORIM, 821/823 FR A	POV.VARZIM	1	355 385
AV. DR. SÁ CARNEIRO, LOTE 2, 4-B FRACÇÃO D	QUARTEIRA	1	180 000
URB. BONS AMIGOS, LOTE 96, R/C ESQ.º "B"	RAMADA	1	250 000
RUA 6 DE MAIO, FRACÇÃO A,R/C,	RIBEIRA BRAVA	1	200 000
PRAÇA 25 DE ABRIL, 365 - FRACÇÃO "B"	S TIRSO	1	245 000
EN 1 N.ºs 890-914 MOZELOS	S. M.ª FEIRA	1	167 000
AV. S.JOSÉ, LOJA 38A-R/C-FRACÇÃO B-SACAVEM	SACAVÉM	1	324 671
R. PROF EGAS MONIZ, N.º 12	SANTIAGO CACÉM	1	200 000
BLOCO II - SÍTIO DO LIVRAMENTO - CANIÇO	SANTA CRUZ	1	265 000
R. SERPA PINTO 97/99	SANTARÉM	-	773 756
AV. 22 DEZEMBRO,5 e R.AUGUSTO CARDOSO,83	SETÚBAL	4	334 410
TRAVESSA DO SAPALINHO 1/7	SETÚBAL	-	498 798
R. FREI ANTONIO CHAGAS 16/16-C (740/1000)	SETÚBAL	3	132 543
AV. MIGUEL BOMBARDA, 27 FRACÇÃO "O"	SINTRA	1	100 463
AV. MIGUEL BOMBARDA, 27 FRACÇÃO "P"	SINTRA	1	169 838
R. OLIVEIRA JÚNIOR, 82	SI MADEIRA	-	379 200
R. SANTOS BERNARDES,Nº26 LOJA 1 E 2-BL B	T VEDRAS	1	314 875
ALAMEDA UM MARÇO, 44/54 FRACÇÃO A	TOMAR	1	252 615
ALAMEDA UM MARÇO, 44/54 FRACÇÃO B	TOMAR	1	356 020
BR. STA LUZIA, PORTAS CARVALHO LT2 RC"A"	TRANCOSO	1	95 000
R. AVEIRO, 119 R/C DTº FR B	V CASTELO	1	317 925
LARGO JOSE AFONSO LT C - R/C DTº "B"	VIDIGUEIRA	1	165 000
R. PADRE PORFÍRIO ALVES, R/C FRACÇÃO A	VILA DO CONDE	1	260 000
AV. 1 DE MAIO, 257 R/C E S/LOJA	VILA REAL	1	345 000
RUA NOVA, LT 1, R/C-DTO, "C", JUGUEIROS,	WISEU	1	180 000
URB BOM NOME, LT 1 - BLOCO B R/C	V. DAS AVES	1	126 000
R. ADRIANO PINTO BASTOS,216 S/Nº-R/C DRT E C/V	V.N. FAMILICÃO	1	443 910
R. AUGUSTO GOMES, 102 LJ PISO 2 "C1"	V.N. GAIA	1	116 000
PRACETA 25 DE ABRIL, 146 - FRACÇÃO "DE"	V.N. GAIA	1	201 250
PRACETA 25 ABRIL, 142	V.N. GAIA	1	174 650
<b>TOTAL</b>			<b>144 389 182</b>



Colecção BESart • MATT MULLICAN

"Untitled (Default Atmosphere) #12", 2006 • 70 x 100 cm • Impressão digital



# 05'

CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS E RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL

RIGOR. UM PRINCÍPIO FEITO QUOTIDIANO.  
**TRANQUILIDADE'06**

## 5.0 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

### 5.1 Certificação Legal das Contas

#### Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 954.687.941 euros e um total de capital próprio de 238.642.432 euros, incluindo um resultado líquido de 157.228.262 euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 08 de Março de 2007

José Manuel Macedo Pereira



## 5.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Em cumprimento da lei o Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções que lhe estão estatutariamente cometidas, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras subscritos pelo Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., referentes a 31 de Dezembro de 2006.

### I. Relatório

1. Durante o exercício acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Companhia através da informação contabilística e dos esclarecimentos recebidos da Administração e dos Serviços, que nos deram o apoio conveniente ao desempenho das nossas funções.

Em Junho de 2006 houve uma reordenação da estrutura accionista das Seguradoras do Grupo Espírito Santo. A Companhia de Seguros Tranquilidade alienou nessa data a participação que detinha na Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S.A, passando esta a designar-se por Bes-Vida, Companhia de Seguros, S.A., e constituiu uma seguradora própria para a exploração do ramo vida denominada T-Vida – Companhia de Seguros, S.A..

2. No âmbito das funções que nos estão atribuídas:

- Verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

- Verificámos a existência e relevação contabilística dos diversos activos e passivos pertencentes ou assumidos pela Companhia, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados e que se encontram adequadamente expressos no Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas;

- Não tomámos conhecimento de quaisquer violações da lei ou do contrato de sociedade.

3. Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do n.º 1 do art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais, com a qual concordamos e que se considera como fazendo parte integrante deste nosso Relatório.

4. Ao longo do exercício, inteirámo-nos da auditoria efectuada por uma reputada sociedade internacional de auditoria e tomámos conhecimento das suas conclusões.

5 Constatámos com satisfação que os resultados líquidos atingiram os 157.228.262 euros, reflectindo as mais-valias resultantes da alienação em Junho de 2006 da participação na Tranquilidade Vida. Se excluirmos este resultado extraordinário, o resultado líquido seria de 31.524.512 euros o que, comparando com o resultado de 26.772.701 euros alcançado em 2005, traduz uma melhoria de 17,7%.

### II. Parecer

Tendo em consideração o exposto nos parágrafos anteriores, somos de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pelo Conselho de Administração;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados;

Por último, o Conselho Fiscal pretende manifestar um agradecimento ao Conselho de Administração e aos Serviços da Companhia com quem contactámos, pela colaboração recebida, e cujo profissionalismo e empenhamento facilitaram o desempenho das suas funções.

Lisboa, 08 de Março de 2007

O CONSELHO FISCAL,

Fernando Aguiar-Branco - Presidente

António Maria Pereira - Vogal

António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Vogal

José Manuel Macedo Pereira - R.O.C.



Colecção BESart • Olafur Eliasson

Série "Islandsérie" # 19, 2003 • C-print • 60 x 90cm • Edição única • The Creditline for piece is: Courtesy neugerriemschneider, Berlin, Tanya Bonakdar Gallery, New York



# 06'

QUADROS DIRECTIVOS

FAZER DESPERTAR CAPACIDADES  
PELO APOIO CONSTANTE À INOVAÇÃO E PELA  
QUALIFICAÇÃO DOS ACTIVOS HUMANOS.

**TRANQUILIDADE'06**



## 6.0 Quadros Directivos

Assessoria para Assurfinance

**Mário Jorge Tapada Gouveia**

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

**Luís Espírito Santo Silva Ricciardi**

Assessoria para a Área Comercial

**António José Machado**

Direcção de Atendimento e Operações

**José Ramos Teles de Matos**

Direcção de Auditoria

**Joel Correia Monteiro**

Direcção de Exploração Norte

**Augusto Jorge Pereira Azevedo**

Direcção de Exploração Sul

**Paulo Jorge Santos Mariano**

Direcção de Exploração Médias Empresas

**João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral**

Direcção Financeira e Administrativa

**Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro**

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

**José Paulo Castro Trigo**

Direcção de Marketing e Projectos Especiais

**Artur João Carvalho Fonseca Duarte**

Direcção de Pessoal

**José Ramos Teles de Matos**

Direcção de Qualidade e Organização

**Vanda Maria Jesus Ferreira Belo**

Direcção de Risco Global e Controlo Interno

**Luís António Jardim Franco**

Direcção de Sinistros

**Luís Manuel Cunha Martinho**

Direcção de Sistemas de Informação

**José Manuel Mendes Esteves Serra Vera**

Direcção Técnica

**João Carlos Dores Candeias Barata**





Coleção BESart • Graça Sarisfeld  
"Foi o modo de te ver", 2004 • Foto digitalizada, impressão "durstlambua" • 140 x 120cm (imagem) • Edição: 1/3 + pa • Cortesia do Artista



# 07'

## REDE DE DELEGAÇÕES

UMA AMPLA COBERTURA GEOGRÁFICA E UMA ACTIVIDADE DIVERSIFICADA,  
APOIADAS NA SOLIDEZ, NA COMPETÊNCIA E NA PERMANÊNCIA DOS VALORES.

### TRANQUILIDADE'06

## 7.0 Rede de Delegações

### Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa  
Tel.: 218 452 170 • Fax: 218 452 179  
E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

### Aeroporto do Porto

Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Moreira • 4470 Maia  
Tel.: 229 437 320 • Fax: 229 437 329  
E-mail: aeroportolporto@tranquilidade.pt

### Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés  
Tel.: 214 118 910 • Fax: 214 118 919  
E-mail: algés@tranquilidade.pt

### Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada  
Tel.: 212 735 120 • Fax: 212 735 129  
E-mail: almada@tranquilidade.pt

### Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora  
Tel.: 214 985 730 • Fax: 214 985 739  
E-mail: amadora@tranquilidade.pt

### Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro  
Tel.: 234 400 510 • Fax: 234 400 529  
E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

### Beja

Pç. do Ultramar – Rua sem Nome, Lj 2 • 7800-429 Beja  
Tel.: 284 312 320 • Fax: 284 312 329  
E-mail: beja@tranquilidade.pt

### Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga  
Tel.: 253 203 270 • Fax: 253 203 289  
E-mail: braga@tranquilidade.pt

### Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança  
Tel.: 273 310 170 • Fax: 273 310 179  
E-mail: braganca@tranquilidade.pt

### Caldas da Rainha

Rua José Malhoa, 5-9 • 2500-223 Caldas da Rainha  
Tel.: 262 839 040 • Fax: 262 839 049  
E-mail: caldasrainhatranquilidade.pt

### Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais  
Tel.: 214 823 800 • Fax: 214 823 809  
E-mail: cascais@tranquilidade.pt

### Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco  
Tel.: 272 349 520 • Fax: 272 349 529  
E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

### Chaves

Rua do Tabolado, 39-41 • 5400-524 Chaves  
Tel.: 276 301 820 • Fax: 276 301 829  
E-mail: chaves@tranquilidade.pt

### Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra  
Tel.: 239 851 980 • Fax: 239 851 989  
E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

### Covilhã

Av. Frei Heitor Pinto, 20 • 6200-113 Covilhã  
Tel.: 275 310 890 • Fax: 275 310 899  
E-mail: covilha@tranquilidade.pt

### Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho  
Tel.: 227 331 270 • Fax: 227 331 279  
E-mail: espinho@tranquilidade.pt



### Évora

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora  
Tel.: 266 730 640 • Fax: 266 730 649  
E-mail: evora@tranquilidade.pt

### Faro

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro  
Tel.: 289 880 060 • Fax: 289 880 069  
E-mail: faro@tranquilidade.pt

### Funchal

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum • 9000-052 Funchal  
Tel.: 291 201 860 • Fax: 291 201 869  
E-mail: funchal@tranquilidade.pt

### Gondomar

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar  
Tel.: 224 663 870 • Fax: 224 663 879  
E-mail: gondomar@tranquilidade.pt

### Guarda

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda  
Tel.: 271 205 020 • Fax: 271 205 029  
E-mail: guarda@tranquilidade.pt

### Guimarães

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães  
Tel.: 253 439 610 • Fax: 253 439 619  
E-mail: guimaraes@tranquilidade.pt

### Leiria

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel • 2400-098  
Leiria  
Tel.: 244 860 340 • Fax: 244 860 349  
E-mail: leiria@tranquilidade.pt

### Lisboa (Central)

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa  
Tel.: 213 503 500 • Fax: 213 503 584  
E-mail: lisboa@tranquilidade.pt

### Lisboa (Praça de Londres)

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa  
Tel.: 218 428 820 • Fax: 218 428 829  
E-mail: pracaLondres@tranquilidade.pt

### Lisboa (Campo de Ourique)

Rua Francisco Metrass, 24-A • 1350-143 Lisboa  
Tel.: 213 933 710 • Fax: 213 584 208  
E-mail: campoourique@tranquilidade.pt

### Loures

Av. Dr. António Carvalho Figueiredo, 21 B • 2670-045 Loures  
Tel.: 219 826 560 • Fax: 219 826 569  
E-mail: loures@tranquilidade.pt

### Maia

Rua Dr. Carlos Felgueiras, 216 • 4470-157 Maia  
Tel.: 229 477 660 • Fax: 229 477 669  
E-mail: maia@tranquilidade.pt

### Matosinhos

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos  
Tel.: 229 396 550 • Fax: 229 396 559  
E-mail: matosinhos@tranquilidade.pt

### Montijo

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo  
Tel.: 212 309 580 • Fax: 212 309 589  
E-mail: montijo@tranquilidade.pt

### Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas  
Tel.: 219 344 780 • Fax: 219 344 789  
E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

### Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel  
Tel.: 255 710 680 • Fax: 255 710 699  
E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

### Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada  
Tel.: 296 301 390 • Fax: 296 301 399  
E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

### Portalegre

Rua Alexandre Herculano, 91 • 7300-121 Portalegre  
Tel.: 245 300 580 • Fax: 245 300 589  
E-mail: portalegre@tranquilidade.pt

### Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão  
Tel.: 282 410 030 • Fax: 282 410 039  
E-mail: portimao@tranquilidade.pt

### Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto  
Tel.: 226 082 000 • Fax: 226 009 814  
E-mail: portol@tranquilidade.pt

### Póvoa de Varzim

Rua Gomes Amorim, 821, r/c • 4490-641 Póvoa de Varzim  
Tel.: 252 290 330 • Fax: 252 290 339  
E-mail: povoavarzim@tranquilidade.pt

### Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém  
Tel.: 219 409 880 • Fax: 219 409 889  
E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

### Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém  
Tel.: 243 303 320 • Fax: 256 200 329  
E-mail: santarem@tranquilidade.pt

### S. João da Madeira

Rua Oliveira Júnior, 82 • 3700-203 S. João da Madeira  
Tel.: 256 200 330 • Fax: 256 200 339  
E-mail: sajoaomadeira@tranquilidade.pt

### Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal  
Tel.: 265 520 280 • Fax: 265 520 289  
E-mail: setubal@tranquilidade.pt

### Sintra

Av. Dr. Miguel Bombarda, 27 C • 2710-590 Sintra  
Tel.: 219 108 850 • Fax: 219 108 859  
E-mail: sintra@tranquilidade.pt

### Tomar

Alameda 1º de Março, 50 • 2300-431 Tomar  
Tel.: 249 310 870 • Fax: 249 310 879  
E-mail: tomar@tranquilidade.pt

### Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras  
Tel.: 261 334 420 • Fax: 261 334 429  
E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

### Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo  
Tel.: 258 806 360 • Fax: 258 806 369  
E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

### Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira  
Tel.: 263 286 540 • Fax: 263 286 549  
E-mail: vilafrencaxira@tranquilidade.pt

### Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão  
Tel.: 252 501 960 • Fax: 252 501 969  
E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

### Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia  
Tel.: 223 773 100 • Fax: 223 773 109  
E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

### Vila Real

Av. 1º de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real  
Tel.: 259 302 480 • Fax: 259 302 489  
E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

### Vila Real de Santo António

Av. da República, 61 • 8900-204 Vila Real de Santo António  
Tel.: 281 530 450 • Fax: 281 530 459  
E-mail: vilarealsantoantonio@tranquilidade.pt

### Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu  
Tel.: 232 484 640 • Fax: 232 484 649  
E-mail: viseu@tranquilidade.pt

### Linha de Apoio ao Cliente

808 20 28 28

E-mail: infogeral@tranquilidade.pt  
Internet: www.tranquilidade.pt





Colecção BESart • Wolfgang Tillmans

"Freischwimmer 25", 2003 • Framed c-print • 182 x 243 • Edição: 1/1 • © Wolfgang Tillmans, courtesy of Andrea Rosen gallery, New York



# 08'

RELATÓRIO E  
CONTAS CONSOLIDADAS

FLEXIBILIDADE E DINAMISMO.  
UMA PREOCUPAÇÃO FEITA  
TRABALHO.  
TRANQUILIDADE'06

# Relatório do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas. o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. respeitantes ao exercício de 2006.

## 1 Breve Enquadramento da Conjuntura Macroeconómica

A Companhia desenvolveu a sua actividade durante o exercício 2006 num contexto macro-económico que podemos caracterizar, sumariamente, da seguinte forma:

Indicadores	2006	2005
PIB	1,3	0,4
Consumo Privado	1,2	2,1
Consumo Público	-0,3	2,3
Investimento	-1,7	-3,8
Exportações	8,0	0,9
Importações	4,3	1,9
Índice de Inflação (IPC)	3,0	2,3
Taxa de Desemprego	7,7	7,6

## 2 Breve Enquadramento do Mercado Segurador

No Ano 2006, o Mercado Segurador foi envolvido directamente por uma intensa actividade político-legislativa. Além de alguns importantes diplomas, muitas outras iniciativas, ainda em fase de projecto ou simples reflexão, justificaram uma atenta preocupação do sector dadas as repercussões que delas se antevêem para o Mercado Segurador.

Numa fase em que o sector está, empenhado em lidar com todos estes desafios, o ano de 2006 veio, em paralelo, revelar evidências de uma inversão do ciclo económico da actividade, nomeadamente o declínio da produção e o agravamento ou, pelo menos, a estagnação da taxa de sinistralidade.

O Mercado Segurador em 2006, no que concerne à produção de seguro directo, evidenciou um comportamento negativo. Com efeito, o total

de prémios no valor de 13 122 milhões de euros, foi inferior ao obtido no ano anterior em 2,5%. O peso da actividade seguradora no PIB desceu para 8,6% (9,1% em 2005).

Esta evolução foi influenciada pelo comportamento do mercado Vida o qual, com uma produção de 8 762 milhões de euros apresentou uma taxa de variação homóloga de - 4,1%. No entanto, em 2005 os produtos Vida tiveram uma expansão próxima dos 50%, pelo que o seu crescimento, comparativamente a 2004, ainda é significativo (+40%). Destaque para o crescimento das contribuições para PPR's e Operações de Capitalização, evidenciando a importância destes produtos no aforro das famílias. O peso relativo do ramo Vida diminuiu mas, ainda assim, representa 67% do total dos prémios emitidos (68% em 2005).

O mercado Não Vida em 2006 continuou a evidenciar a tendência de desaceleração dos anos anteriores. O volume de prémios no montante 4 360 milhões de euros, cresceu 1,2% (crescimento inferior à Inflação) em relação a 2005 e representa 33% do total dos prémios emitidos no sector segurador e 3% do PIB. A sua evolução reflecte a conjugação das dificuldades de recuperação da economia portuguesa com ajustamentos tarifários em diversos ramos, particularmente naqueles que têm apresentado melhorias significativas na taxa de sinistralidade nos últimos anos. Os ramos com maior relevo obtiveram taxas de variação homólogas muito baixas ou até negativas, como é o caso de Acidentes de Trabalho (-0,7%), Incêndio e Outros Danos (+0,5%) e Automóvel (+0,3%). Por outro lado, os seguros de Saúde (+9,7%) e Acidentes Pessoais (+5,0%) apresentaram uma evolução bastante positiva, indicador de uma importância crescente deste tipo de produtos como complemento aos sistemas de saúde públicos.

Em termos gerais é esperada para o Sector Segurador uma melhoria nos seus resultados globais face ao ano anterior, derivada não só da melhoria do Mercado de Capitais, mas também efeito dos processos de reestruturação levados a cabo por várias Companhias nestes últimos anos com o objectivo de redução e contenção de Custos.

### 3 Apresentação do Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas nas contas consolidadas, pelos métodos contabilísticos da integração global e da equivalência patrimonial, são as seguintes:

#### Empresa Mãe

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Empresas do Grupo (Incluídas pelo método da integração global)	Participação Efectiva (%)
ADVANCECARE – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.	50,99
ESUMÉDICA – Prestação de Cuidados Médicos, S.A.	75,00
FIDUPRIVATE, S.A.	75,00
HEARTSCAN IBÉRIA - Diagnóstico Imagiológico, S.A.	63,75
T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	100,00

Empresas Associadas (Incluídas pelo método da equivalência patrimonial)	Participação Efectiva (%)
BES, Companhia de Seguros, S.A.	25,00
COMINVEST – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	24,00
ES CONTACT CENTER – Gestão de Call Centers, S.A.	20,42
ES DATA – Espírito Santo Data, S.G.P.S., S.A.	27,06
EUROP ASSISTANCE – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.	24,00

### 4 Análise e Principais Indicadores Relativos às Empresas Integrantes das Contas Consolidadas do Exercício de 2006

#### Empresa Mãe

TRANQUILIDADE, Companhia de Seguros, S.A.

Balanço	(milhares de euros)	
	2006	2005
Investimentos	761 770	608 146
Total do Activo	1 001 461	877 384
Capital Próprio	264 468	196 274
Provisões Técnicas	608 383	594 657
Outros Passivos	82 767	71 799
Total do Passivo	736 993	681 110

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prémios Brutos Emitidos	361 381	365 736
Custos com Sinistros de Seguro Directo	206 687	228 254
Resultado em Empresas Associadas	182 216	1 705
Rendimentos dos Investimentos	24 338	24 544
Outros Réditos e Gastos	124 358	107 554
Resultado Líquido do Exercício	154 343	28 170

Na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Companhia de Seguros Tranquilidade decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 - *Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro*, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação dos IFRS, tendo adoptado a data de transição da Espírito Santo Financial Group (empresa-mãe), 1 de Janeiro de 2004.

A Companhia de Seguros Tranquilidade apresenta em Dezembro de 2006 um resultado líquido de 154 milhões de euros, um acréscimo de 447%, face a igual período de 2005.

Os prémios brutos emitidos totalizaram 361 381 milhares de euros, apresentando uma taxa de variação homóloga de -1,2%. Os efeitos da nova lei das cobranças, que originaram uma anulação significativa de apólices, assim como a deterioração das tarifas existentes no mercado, afectaram a evolução da produção.

Estes efeitos foram mais expressivos em Automóvel, cujo decréscimo de 3,7% nos prémios foi significativo para a evolução negativa do total da produção. Com uma evolução positiva, destaca-se o grupo Acidentes e Doença com uma taxa de crescimento homóloga de +3,2% (Acidentes Pessoais com +12,9% e Saúde com +8,6%), o ramo Multiriscos com uma variação positiva de 3,2% e o grupo Responsabilidade Civil cujos prémios aumentaram 2,2%.

Assim, em termos de crescimento dos ramos Não Vida sem Automóvel, a Tranquilidade apresentou um crescimento positivo de 1,1%.

Os custos com sinistros de seguro directo alcançaram os 206 687 milhares de euros, diminuindo 21 567 milhares de euros, ou seja, -9,4% em relação a 2005.

As variações mais significativas foram as registadas em Responsabilidade Civil (-9 040 milhares de euros) e em Automóvel (-7 550 milhares de euros), com destaque, em Automóvel, para a diminuição do número de ocorrências e do custo médio de sinistro. Os custos com sinistros em 2006 só apresentam variações positivas nos grupos Incêndio e Outros Danos (+2 625 milhares de euros) e Transportes (+1 437 milhares de euros).

O rácio de sinistralidade líquido de resseguro melhorou de 69,1% para 67,6% em 2006. Apesar desta melhoria na gestão dos sinistros, ainda existem oportunidades de redução de custos através da criação de um processo contínuo de revisão de sinistros encerrados, através da introdução de alterações na sua liquidação e de uma nova abordagem à negociação dos mesmos.

As provisões técnicas totalizaram os 608 383 milhares de euros, com destaque para a Provisão para Sinistros que teve um incremento de 2,9%.

Os resultados do exercício atingiram 154 343 milhares de euros e incluem a mais valia resultante da alienação de 25% da Tranquilidade-Vida, obtida no decorrer da reestruturação concluída em 27 de Junho de 2006.

O resultado líquido pró-forma, excluindo esta operação de venda e os custos relacionados com o programa de pré-refromas, ascendeu a 28 639 milhares de euros o que, comparando com o resultado de 28 170 milhares de euros alcançado em 2005, traduz uma melhoria de 1,7%.

## Empresas do Grupo

O formato de apresentação das contas das subsidiárias e associadas, estão de acordo com o preconizado no Plano Oficial de Contabilidade, e no caso da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A. e da BES, Companhia de Seguros, S.A., estão de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros.

### T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.

(milhares de euros)

Balanço	2006	2005
Investimentos	400 201	n.a
Total do Activo	478 343	n.a
Capital Próprio	71 397	n.a
Provisões Técnicas	355 228	n.a
Passivos por Contratos de Investimento	47 437	n.a
Outros Passivos	1 339	n.a
Total do Passivo	406 946	n.a

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prémios Brutos Emitidos	23 838	n.a
Rendimentos da Actividade Financeira	746	n.a
Custos com Sinistros	22 518	n.a
Despesas Gerais	2 536	n.a
Resultado Líquido do Exercício	1 276	n.a

(milhares de euros)

Outros Indicadores	2006	2005
Montantes recebidos de acordo com o IAS 39	4 921	n.a
Prémios no âmbito do IFRS 4	23 838	n.a
<b>Total Prémios - Contas Locais</b>	<b>28 759</b>	<b>n.a</b>
Montantes pagos de acordo com o IAS 39	996	n.a
Sinistros no âmbito do IFRS 4	22 518	n.a
<b>Total Custos com Sinistros - Contas Locais</b>	<b>23 514</b>	<b>n.a</b>

n.a. - não aplicável.

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., nova Seguradora do Grupo Espírito Santo, foi constituída a 28 de Julho de 2006, e tem por objectivo desenvolver a sua actividade no Ramo Vida, a qual se iniciou em 1 de Agosto de 2006, com vista à Comercialização de Seguros de Vida, através da rede de Mediadores, Delegações e outros Canais da Companhia de Seguros Tranquilidade. Esta empresa adquiriu a carteira de apólices à BES-Vida por um montante de 50 milhões de euros.

Assim, toda a oferta anteriormente disponibilizada pela Tranquilidade-Vida (actual BES-Vida), junto da rede de distribuição de Delegações da Tranquilidade e Mediadores, foi agora transferida para esta nova Companhia T-Vida, que passou a gerir todas as apólices do Ramo Vida, cujas garantias e características técnicas anteriormente consideradas continuam em vigor.

Relativamente aos prémios da actividade, e de acordo com as normas IFRS, os contratos de seguro com risco significativo e os produtos com participação nos resultados são tratados no âmbito do IFRS 4, enquanto que para os restantes produtos (*unit linked* e produtos sem participação nos resultados) são tratados no âmbito do IAS 39. Os produtos tratados através do IAS 39, relativamente às suas rubricas de prémios, sinistros e variação da provisão matemática, não são registados como proveitos e custos, mas considerados pelo seu valor líquido em “Resultado de Contratos de Investimento”.

Assim, para que seja possível a comparabilidade com o mercado português terá que se agrupar os prémios emitidos no âmbito do IFRS 4 e os montantes recebidos de acordo com o IAS 39.

No final do ano os prémios T-Vida (incluem os montantes recebidos de contratos de investimento) totalizaram 28 759 milhares de euros, sendo relevante salientar o peso dos produtos PPR e Risco/Tradicional, de 60% e 29%, respectivamente – produtos estratégicos para a Companhia em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.



Os produtos PPR no seu todo, registaram um bom comportamento em 2006, com principal enfoque para o desempenho do PPR Unit Linked. Os custos com sinistros ascenderam a 23 514 milhares de euros, com principal enfoque nos produtos PPR e Mistos, elevado volume de vencimento de apólices durante o ano 2006, e de uma carteira de rendas significativa.

É de realçar ainda que o valor de sinistros por morte em Produtos Risco/Tradicional são substancialmente baixos face ao volume que geraram de prémios.

O valor das Provisões Técnicas e Passivos por Contratos de Investimento ascenderam os 402 665 milhares de euros.

Os reduzidos Custos Operacionais, incluindo Custos com Pessoal devem-se ao facto de a Companhia no seu modelo de funcionamento ter subcontratado à BES-Vida as tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira e Sinistros.

No que diz respeito aos Custos com Pessoal, no final do exercício ocorreu a contratação de 4 recursos afectos à área de negócio da Companhia.

Os Capitais Próprios da Companhia, inicialmente com valor de 20 000 milhares de euros, ascenderam no final do exercício a 71 397 milhares de euros. Esta evolução foi influenciada pelas prestações acessórias de capital no montante de 50 000 milhares de euros.

O resultado líquido foi positivo em 1 276 milhares de euros.

## BES, Companhia de Seguros, S.A.

(milhares de euros)		
Balanço	2006	2005
Investimentos	65 970	70 091
Total do Activo	88 919	79 103
Capital Próprio	24 135	22 378
Provisões Técnicas	58 377	51 537
Credores	2 562	2 580
Total do Passivo	64 784	56 725

(milhares de euros)		
Demonstração de Resultados	2006	2005
Prémios Brutos Emitidos	62 188	61 798
Rendimentos da Actividade Financeira	2 730	2 719
Custos com Sinistros Líquido de Resseguro	41 697	41 780
Custos de Exploração Líquidos	12 105	11 375
Resultado da Conta Técnica do Seguro Não Vida	6 007	5 718
Resultado Líquido do Exercício	4 425	4 309

No âmbito do reforço da parceria entre a Espírito Santo Financial Group e o Crédit Agricole na área de bancaseguros em Portugal, em 27 de Junho de 2006, verificou-se a alteração do nome da sociedade Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A. (Espírito Santo Seguros), passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, S.A. (BES Seguros). Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole ficando este com o controlo de gestão da empresa e os restantes 50% são detidos pelo BES e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, em partes iguais.

Independentemente destas alterações, a BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de bancaseguros, equipando os clientes particulares da banca com os produtos de base de seguros não-vida. A produção total foi de 49 460 contratos, atingindo uma carteira de cerca de 337 mil contratos em vigor.

Apesar do fraco crescimento dos prémios brutos emitidos, à semelhança do verificado para o total do mercado de seguros não-vida, o resultado técnico atingiu um bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiu à BES Seguros atingir um resultado líquido em 2006 de 4 425 milhares de euros, representando 7% dos prémios brutos emitidos e um crescimento homólogo de 2%.

O rácio combinado após resseguro foi de 94,3%, mantendo-se num excelente nível, conseguindo mesmo uma melhoria face aos 94,7% verificados em 2005.

O capital próprio ascendeu a cerca de 24 135 milhares de euros, aumentando 8% relativamente ao verificado no ano de 2005.

O Grupo Tranquilidade detém sobre esta empresa associada uma participação de 25%, tendo esta contribuído positivamente para o seu resultado consolidado em cerca de 1 106 milhares de euros.

## ADVANCECARE – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.

(milhares de euros)		
Balanço	2006	2005
Imobilizado Corpóreo	1 238	1 315
Dívidas de Terceiros – curto prazo	840	394
Depósitos Bancários e Caixa	5 144	3 373
Activos para Impostos Diferidos s/ Rendimento	635	721
Total do Activo	9 025	7 154
Capital Próprio	7 192	5 450
Dívidas a Terceiros – curto prazo	964	1 063
Total do Passivo	1 833	1 704

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prestação de Serviços	10 116	9 160
Proveitos Suplementares	154	1 042
Fornecimento e Serviços Externos	3 585	4 152
Custos com Pessoal	4 441	4 091
Resultado Líquido do Exercício	1 742	1 432

A Advancecare iniciou a sua actividade em Dezembro de 1998, sendo a sua actividade principal a gestão de serviços de saúde. O exercício de 2006 findou com o registo de lucros de cerca de 1 742 milhares de euros (+22% vs. 2005), derivado sobretudo ao acréscimo da sua actividade em 956 milhares de euros (+10% vs. 2005). Durante o ano 2006 verificou-se também um acréscimo significativo do número de pessoas seguras sob gestão da Advancecare, contribuindo esta para o resultado consolidado da Tranquilidade com 634 milhares de euros.

O Grupo Tranquilidade é detentor de uma participação de 50,99% do capital social, sendo os outros accionistas relevantes a Companhia de Seguros Victoria, S.A. (24%), a Münchener Ruckversicherungs (15%), a United Healthcare Corporation (10%) e o Banco Espírito Santo, S.A. (0,01%).

### EUROP ASSISTANCE – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.

(milhares de euros)

Balanço	2006	2005
Investimentos	22 626	19 676
Devedores	3 935	2 913
Total do Activo	28 917	23 803
Capital Próprio	8 996	8 199
Provisões Técnicas	16 356	13 588
Total do Passivo	19 921	15 604

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prémios Brutos Emitidos	25 468	22 220
Custos com Sinistros	16 616	14 315
Custos de Exploração Líquidos	5 494	5 101
Resultado da Conta Técnica do Seguro Não Vida	1 585	1 388
Resultado Líquido do Exercício	1 082	1 060

No exercício de 2006 a Europ Assistance registou mais um ano de crescimento sustentado, consolidando a sua posição no mercado de assistência, mantendo a sua quota de mercado próximo dos 30%.

O volume de prémios emitidos ascendeu a cerca de 25 468 milhares de euros, o que representa um crescimento de 15% relativamente ao ano anterior. Os prémios adquiridos líquidos de resseguro, por sua vez, apresentaram um crescimento de 13,1%.

Comercialmente o ano de 2006 ficou marcado pela conquista de alguns clientes de dimensão importante e pela manutenção da base de clientes existente, através de um esforço contínuo de fidelização e de procura de novos produtos e novas soluções que respondam às necessidades do mercado.

Em termos de recursos humanos, como consequência directa do crescimento da actividade, verificou-se um aumento do quadro de pessoal, realçando-se a preocupação em adoptar políticas que privilegiam uma rigorosa selecção de pessoal apostando em pessoal qualificado, um constante investimento em formação procurando valorizar os recursos existentes e uma busca incessante de ganhos de produtividade.

A nível tecnológico, manteve-se a preocupação com a actualização do parque tanto a nível informático como das telecomunicações, tendo sempre presente uma rigorosa avaliação do retorno dos investimentos.

Em 2006, ocorreu ainda a mudança para novas instalações, consequência do crescimento verificado ao longo dos últimos anos e que veio proporcionar melhores condições de trabalho a todos os colaboradores da Companhia, principalmente ao nível da plataforma operacional com o que se espera ainda aumentar na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Em relação à sinistralidade verificou-se um significativo aumento, acentuando a tendência já observada nos últimos anos, fruto da maior divulgação dos serviços de assistência e das condições meteorológicas.

Ao longo do ano de 2006 foram abertos mais de 460 000 processos de assistência, tendo sido recebidas cerca de 1 350 000 chamadas.

O sistema de gestão de qualidade continua a ser considerado pelo Conselho de Administração uma ferramenta da maior importância, sendo que a Europ Assistance é certificada de conformidade com o normativo ISO 9001:2000, e até ao final de 2007 estará concluído, formalizado e implementado o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

Na vertente internacional, registou-se novamente um resultado significativo na filial Brasileira, a subsidiária Argentina apresentou pelo segundo ano consecutivo resultados positivos, e no primeiro ano completo de actividade, a filial do Chile apresentou, naturalmente, um pequeno prejuízo.

Os resultados financeiros da empresa apresentaram uma melhoria, consequência da política de investimentos adoptada e do bom comportamento dos mercados financeiros. O exercício encerrou com um resultado líquido de 1 082 milhares de euros.

A empresa é uma associada do Grupo Tranquilidade que detém sobre esta uma participação de 24%, pelo que a sua contribuição para o resultado consolidado foi positiva em cerca de 177 milhares de euros.

### ESUMÉDICA – Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

(milhares de euros)		
Balanço	2006	2005
Clientes c/c	830	705
Empresas Participadas	1 173	1 138
Depósitos Bancários e Caixa	58	77
Acréscimos de Proveitos	541	782
Total do Activo	2 913	3 069
Capital Próprio	(123)	579
Provisões	1 515	1 630
Dívidas a Terceiros – curto prazo	1 245	553
Total do Passivo	3 036	2 490

(milhares de euros)		
Demonstração de Resultados	2006	2005
Prestação de Serviços	4 547	4 518
Fornecimento e Serviços Externos	2 958	2 926
Custos com Pessoal	1 602	1 688
Resultado Líquido do Exercício	(702)	43

A Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos S.A. foi constituída em 28 de Março de 1994, tendo por objecto social a prestação de cuidados de saúde, em estabelecimentos próprios e/ou de outrem, podendo, ainda, exercer outras actividades conexas ou complementares com o seu objecto social.

Presentemente, a sua actividade é exercida através de dois Centros Clínicos, um em Lisboa e outro no Porto e de uma rede convencionada, prestadora de serviços em várias zonas do país.

Ao longo do ano verificou-se um aumento de 5,8% do quadro de pessoal da empresa para fazer face ao crescimento da actividade operacional, com destaque para a Saúde Ocupacional.

Em 2006 continuou a aposta na melhoria da Qualidade e dos Níveis de Serviço nas actividades de Medicina do Trabalho e Higiene e Segurança no Trabalho, assim como no lançamento de novos serviços.

O Resultado Líquido negativo de 702 milhares de euros decorre fundamentalmente dos custos extraordinários relativos a complementos de pensões de reforma.

O Grupo Tranquilidade detém sobre a empresa uma participação de 75%, tendo esta contribuído negativamente para o seu resultado consolidado em cerca de 634 milhares de euros.

### HEARTSCAN IBÉRIA – Diagnóstico Imagiológico, S.A.

(milhares de euros)		
Balanço	2006	2005
Dívidas de Terceiros – curto prazo	121	123
Total do Activo	127	130
Capital Próprio	(1 447)	(1 417)
Dívidas a Terceiros – curto prazo	1 569	1 537
Total do Passivo	1 574	1 547

(milhares de euros)		
Demonstração de Resultados	2006	2005
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5	-
Fornecimento e Serviços Externos	1	1
Amortizações	1	28
Impostos	2	2
Custos e Perdas Extraordinárias	9	2
Resultado Líquido do Exercício	(30)	(50)

A empresa iniciou a sua actividade em Fevereiro de 1998, com o objectivo de prestar os seus serviços na área dos exames imagiológicos. No ano de 2006 contribuiu negativamente para o resultado consolidado em cerca de 23 milhares de euros.

A Esumédica, empresa do Grupo Tranquilidade, é detentora de 85% do capital social desta Sociedade.

## FIDUPRIVATE, S.A.

(milhares de euros)

Balanço	2006	2005
Existências	211	157
Títulos Negociáveis	399	399
Depósitos Bancários e Caixa	112	222
Total do Activo	927	865
Capital Próprio	788	732
Total do Passivo	139	133

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prestação de Serviços e Venda de Mercadorias	620	751
Custos de Mercadorias	95	97
Fornecimento e Serviços Externos	100	86
Custos com Pessoal	358	416
Resultado Líquido do Exercício	56	145

A Fiduprivate, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Julho de 1994, sendo participada em 75,00% do Grupo Tranquilidade. Esta empresa opera na actividade de prestação de serviços e consultoria de empresas tendo contribuído positivamente para o resultado consolidado com cerca de 138 milhares de euros.

## COMINVEST – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.

(milhares de euros)

Balanço	2006	2005
Investimentos	3 598	3 479
Devedores	50	1 315
Depósitos Bancários	3 502	2 522
Total do Activo	7 150	7 316
Capital Próprio	6 846	6 779
Total do Passivo	304	537

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Rendimentos dos Investimentos	84	32
Custos com Pessoal	96	96
Depreciação e Amortizações	63	60
Fornecimento e Serviços Externos	102	140
Outros Réditos	375	356
Resultado Líquido do Exercício	191	92

A empresa Cominvest – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. foi constituída em 25 de Julho de 1988, tendo por objecto o arrendamento de imóveis construídos ou adquiridos para esse fim e, acessoriamente, a venda dos mesmos. No desenvolvimento da sua actividade, enquanto SGII, a Empresa privilegia o arrendamento para habitação.

O exercício em análise foi caracterizado, mais uma vez, por um quadro de rendas baixas, tendo o Resultado Operacional sido negativo em 206 milhares de euros, valor ligeiramente superior ao verificado no exercício anterior.

Esta situação tenderá a manter-se no futuro uma vez que apesar da possibilidade de um aumento de rendas este não deverá ser suficiente para compensar os custos operativos, nomeadamente, as despesas de conservação e manutenção que tenderão a aumentar com o envelhecimento do património da empresa.

No que diz respeito à situação financeira da empresa e à semelhança de anos anteriores, continua a verificar-se uma situação positiva, que tem gerado, inclusivamente, excedentes de tesouraria que têm sido utilizados em parte, na aquisição de novo património para a empresa e o remanescente em aplicações financeiras que deram origem a Proveitos Financeiros no montante de 84 milhares de euros.

A empresa é uma associada do Grupo Tranquilidade que detém uma participação de 24%, tendo contribuído positivamente para o resultado consolidado com cerca de 54 milhares de euros.

## ES CONTACT CENTER – Gestão de Call Centers, S.A.

(milhares de euros)

Balanço	2006	2005
Depósitos Bancários e Caixa	1 293	1 174
Outros Activos	3 425	3 571
Total do Activo	5 695	5 821
Capital Próprio	3 426	3 363
Outros Passivos	2 247	2 453
Total do Passivo	2 269	2 458

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Custos com Pessoal	5 440	5 728
Gastos Gerais Administrativos	3 480	2 910
Depreciações e Amortizações	562	551
Resultado Líquido do Exercício	64	375

A ES Contact Center – Gestão de Call Centers, S.A. foi constituída a 15 de Junho de 2000 e tem por objecto a gestão de call-centers, ou seja, de contactos não presenciais, através de meios de comunicação à distância, tais como telefone, correio electrónico, ou qualquer outra forma de contacto remoto.

O exercício de 2006, caracterizou-se em termos conjunturais pela falta de sinais claros de retoma. Assim a actividade da empresa apesar de ter tido um ligeiro acréscimo em volume, registou um ligeiro decréscimo em termos de facturação e numa quebra significativa das margens.

Os resultados financeiros foram positivos em 21 milhares de euros. A liquidez gerada pelo esforço de cobrança permitiu que ao longo do ano fossem efectuadas algumas aplicações que geraram um rendimento de 27 milhares de euros.

O resultado líquido do exercício foi de 64 milhares de euros, tendo a empresa contribuído com 53 milhares de euros para o resultado consolidado.

#### ES DATA – Espírito Santo Data, S.G.P.S., S.A.

(milhares de euros)		
Balançaço	2006	2005
Dívidas de Terceiros – médio/longo prazo	0	444
Dívidas de Terceiros – curto prazo	501	111
Investimentos Financeiros	5 050	5 531
Depósitos Bancários e Caixa	2 418	2 365
Total do Activo	7 983	8 473
Capital Próprio	7 835	8 322
Total do Passivo	148	151

(milhares de euros)		
Demonstração de Resultados	2006	2005
Outros Proveitos Operacionais	220	527
Proveitos Relativos a Empresas do Grupo	0	174
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5	106
Fornecimentos e Serviços Externos	73	109
Custos com Pessoal	277	371
Resultado Líquido do Exercício	(133)	276

A ES Data – Espírito Santo Data, S.G.P.S., S.A. tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

De Janeiro a Março 2006, a actividade ES Data, SGPS, S.A. manteve-se

centrada na prestação de serviços administrativos, financeiros e contabilísticos às suas participadas. Em 21 de Março de 2006 a empresa vendeu a participação que detinha na E.S. Innovation e que de seguida foi transformada num Agrupamento Complementar de Empresas.

Neste sentido, a actividade de serviços partilhados deixou de fazer sentido, pelo que os Recursos Humanos afectos a esta actividade foram cedidos à Oblog e ao BES, até ao final do ano.

Após a venda da participação que detinha na E.S. Innovation, a Oblog, passa a ser a única participada da ES Data, SGPS, S.A. pelo que a actividade de serviços partilhados cessou em 31 de Março de 2006.

Desta alienação da participação financeira na E.S. Innovation pelo valor nominal, não foi apurada qualquer mais ou menos valia. Como resultado desta alienação, os valores correspondentes de activo e de capital próprio relacionados com a equivalência patrimonial da E.S. Innovation foram anulados.

Em 2003, a parte do crédito sobre a sua afiliada Oblog Consulting, S.A. no montante de 2.000 milhares de euros, foi convertido em Prestações Acessórias, passando a constituir investimento financeiro. O mesmo sucedeu, no montante de 444 milhares de euros, que foi liquidado no ano de 2006.

A empresa é uma associada do Grupo Tranquilidade que detém uma participação de 27,06%, tendo contribuído negativamente para o resultado consolidado com cerca de 21 milhares de euros.

## 5 Actividade Consolidada do Exercício de 2006

### TRANQUILIDADE, Companhia de Seguros, S.A.

(milhares de euros)		
Balançaço	2006	2005
Investimentos	996 999	442 310
Total do Activo	1 433 271	903 530
Capital Próprio	268 500	205 419
Provisões Técnicas	986 174	616 334
Passivos por Contratos de Investimento	47 437	0
Outros Passivos	22 245	16 479
Total do Passivo	1 161 040	698 111

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	2006	2005
Prémios Líquidos de Resseguro	334 113	319 383
Juros e Dividendos	22 990	11 191
Rendimentos dos Investimentos	5 130	5 143
Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro	218 300	208 971
Provisões para Sinistros Líq. de Resseguro (var.)	3 476	31
Resultado em Empresas Associadas	18 051	9 631
Outros Réditos e Gastos	22 459	14 309
Resultado Líquido do Exercício	168 011	37 802

O Resultado Líquido do Exercício atribuível aos accionistas da empresa -mãe atingiu o montante de 168 011 milhares de euros, o que significa um crescimento de 344,5% em relação ao ano anterior, influenciado pela mais valia resultante da alienação por parte da Tranquilidade de 25% da Bes-Vida.

## 6 Perspectivas para 2007

Em 2007 a Companhia de Seguros Tranquilidade pretende consolidar o crescimento sustentado da sua actividade e em simultâneo continuar a controlar os seus rácios de custos e de sinistralidade, mantendo, à semelhança dos anos anteriores, um rácio combinado inferior a 100%.

Os resultados do Assurfinance continuam a ser um motor de desenvolvimento da rede de agentes e de envolvimento dos clientes, tendo a Companhia o objectivo de aumentar os agentes produtores regulares de Assurfinance e consequentemente o número de clientes.

Ao nível comercial, a Tranquilidade está a implementar um conjunto alargado de iniciativas, focado em clientes, oferta e canais:

- Retenção e fidelização de clientes (segmentação e relacionamento);
- Desenvolvimento da oferta (desenvolvimento de novos produtos e simplificação da oferta actual);
- Expansão da rede própria e canais alternativos (abertura de novas lojas franchisadas).

Em 2007 continuará o esforço de renovação, afirmação, notoriedade e capitalização da marca, do qual esperamos importante retorno e contribuição para a concretização dos objectivos referenciados. Também relevante será a particular atenção para o desenvolvimento de novas capacidades ao nível da gestão do risco e do controlo interno.

Em síntese, o ano 2007 tem como principal desígnio “Ganhar o Cliente”, para concretização definitiva dos macro-objectivos delineados para o triénio 2005-2007: ganhar quota de mercado, consolidar o

programa Assurfinance e manter o controlo sobre o rácio combinado. A empresa pretende ainda alavancar o Resultado Líquido, não desperdiçando oportunidades de aumento da rentabilidade da sua carteira de investimentos, estando para isso previsto um pacote alargado de acções, nomeadamente de revisão dos investimentos imobiliários e da melhoria na composição da carteira.

Interessa ainda consolidar a cultura da empresa para a motivação e satisfação dos seus colaboradores, procurando garantir níveis adequados de remuneração, e manter a criação de valor aos seus accionistas.

Para a nova empresa do Grupo, a T-Vida, os próximos tempos serão de investimento, a empresa deverá duplicar a sua carteira e assegurar um importante reforço de quota de mercado, entre as seguradoras sem canal bancário.

Lisboa, 21 de Março de 2007

### O Conselho de Administração

Luís Frederico Redondo Lopes  
(Presidente do Conselho de Administração)  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente da Comissão Executiva)  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Membro da Comissão Executiva)  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Membro da Comissão Executiva)  
Eduardo Antunes Stock  
(Membro da Comissão Executiva)  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Membro da Comissão Executiva)  
João Carlos Neves Ribeiro  
(Membro da Comissão Executiva)  
Miguel Luís Kolback da Veiga  
António José Baptista do Souto  
Manrico Iachia  
António Manuel Rodrigues Marques



# Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de euros)

	Notas	2006	2005
<b>Activo</b>			
Caixa e equivalentes		720	801
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22	65709	124 153
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	23	144 912	84 629
Activos financeiros disponíveis para venda	24	786 378	233 528
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	25	84 202	80 691
Activos tangíveis	26	64 000	64 483
Propriedades de investimento	27	80 923	92 308
Activos intangíveis	28	87 881	39 525
Investimentos em associadas	29	12 431	74 880
Provisões técnicas de resseguro cedido	30	49 406	49 750
Activos por impostos diferidos	31	635	13 645
Activos por impostos correntes		334	667
Custos de aquisição diferidos	30	22 834	21 677
Outros activos	32	32 905	22 793
<b>Total de Activo</b>		<b>1 433 271</b>	<b>903 530</b>
<b>Passivo</b>			
Outros empréstimos	33	1 196	-
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	34	61 781	56 123
Passivos por contratos de investimento	35	47 437	-
Provisões	36	792	554
Provisões técnicas de seguro directo	30	986 174	616 334
Passivos por impostos diferidos	31	2 591	-
Passivos por impostos correntes		38 824	8 620
Outros passivos	37	22 245	16 479
<b>Total de Passivo</b>		<b>1 161 040</b>	<b>698 111</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	38	135 000	135 000
Reservas de justo valor	38	13 326	21 495
Outras reservas e resultados transitados	38	(47 837)	11 122
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da empresa-mãe	38	168 011	37 802
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe</b>		<b>268 500</b>	<b>205 419</b>
Interesses minoritários	39	3 731	-
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>272 231</b>	<b>205 419</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>1 433 271</b>	<b>903 530</b>

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro



## Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de euros)

	Notas	2006	2005
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	4	334 113	319 383
Juros e dividendos	5	22 990	11 191
Resultados de activos ao justo valor através de resultados	6	1 356	(2 642)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	3 813	5 730
Resultados de reavaliação cambial	8	(39)	2 055
Comissões e outros proveitos similares	9	77	-
Outros proveitos	10	31 634	20 335
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>393 944</b>	<b>356 052</b>
Custos com sinistros líquidos de resseguro	11	(218 300)	(208 971)
Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro	12	(3 476)	(31)
Varição dos passivos por contratos de investimento	13	(623)	-
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações		568	(460)
Comissões de seguro directo, líquidas de resseguro	15	(26 406)	(28 883)
Custos com o pessoal	16	(56 583)	(39 458)
Depreciação e amortizações		(9 399)	(9 277)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	14	(2 880)	(446)
Fornecimentos e serviços externos	18	(38 054)	(27 020)
Impostos e taxas	19	(6 215)	(6 286)
Encargos com investimentos financeiros	20	(528)	(116)
Outros custos	21	(9 175)	(6 026)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(371 071)</b>	<b>(326 974)</b>
Ganhos na alienação de subsidiárias e associadas	2	170 442	-
Resultado em empresas associadas	2	18 051	9 631
Resultado antes de impostos e interesses minoritários		211 366	38 709
Impostos	31	(42 843)	(907)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>168 523</b>	<b>37 802</b>
<b>Atribuível aos interesses minoritários</b>	39	512	-
<b>Atribuível aos accionistas da empresa-mãe</b>		<b>168 011</b>	<b>37 802</b>
		<b>168 523</b>	<b>37 802</b>

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Frederico Redondo Lopes, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

Demonstração de Alterações no Capital Próprio  
Consolidado dos Exercícios findos em 31 de  
Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de Justo Valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício Atribuível aos Accionistas da Empresa-mãe	Total de Capital Próprio Atribuível aos Accionistas da Empresa-mãe	Interesses Minoritários	Total de Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>135 000</b>	<b>20 044</b>	<b>11 086</b>	<b>-</b>	<b>166 130</b>	<b>-</b>	<b>166 130</b>
Transferência para reservas	-	1 451	36	-	1 487	-	1 487
Resultado líquido do exercício	-	-	-	37 802	37 802	-	37 802
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2006</b>	<b>135 000</b>	<b>21 495</b>	<b>11 122</b>	<b>37 802</b>	<b>205 419</b>	<b>-</b>	<b>205 419</b>
Transferência para reservas	-	-	17 802	(17 802)	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	3 219	3 219
Dividendos distribuídos	-	-	(76 761)	(20 000)	(96 761)	-	(96 761)
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	(8 169)	-	-	(8 169)	-	(8 169)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	168 011	168 011	512	168 523
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>135 000</b>	<b>13 326</b>	<b>(47 837)</b>	<b>168 011</b>	<b>268 500</b>	<b>3 731</b>	<b>272 231</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(milhares de euros)

	2006	2005
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	168 011	37 802
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	9 399	9 277
Variação de provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	(8 289)	34 922
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	35 376	-
Variação de provisões	(56)	(797)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	1 633	(6 302)
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(568)	460
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	2 880	446
Variação nos custos de aquisição diferidos	(1 157)	676
Variação nos impostos diferidos activos	13 487	741
Variação nos impostos diferidos passivos	2 591	-
Variação das reservas de justo valor	(8 169)	1 451
Variações nos activos e passivos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(291)	1 062
Outros empréstimos	1 116	-
Outros activos	(7 595)	(87)
Outros passivos	3 874	(7 798)
Cretores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	3 875	(8 081)
Variação nos activos por impostos correntes	453	(2)
Variação nos passivos por impostos correntes	29 811	(2 119)
	<b>246 381</b>	<b>61 651</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Efeito da aquisição dos activos e passivos das sociedades adquiridas	(7 797)	-
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	(58 416)	(26 323)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(552 242)	(64 751)
Investimentos em associadas	62 449	(12 408)
Aquisições de activos tangíveis	(4 516)	(1 065)
Alienações de activos tangíveis	1 451	140
Aquisições de activos intangíveis	(54 202)	(8 496)
Aquisições de propriedades de investimento	(6 651)	(12 868)
Alienações de propriedades de investimento	18 036	-
Dividendos distribuídos	(96 761)	-
Aplicações em instituições de crédito	448 456	63 878
Outras variações	-	36
	<b>(250 193)</b>	<b>(61 857)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>		
Interesses minoritários	3 731	-
	<b>3 731</b>	<b>-</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>(81)</b>	<b>(206)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	801	1 007
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>720</b>	<b>801</b>

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Frederico Redondo Lopes, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

## Nota 1 - Actividade e Estrutura do Grupo

De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de Dezembro de 2006:

(milhares de euros)

Nome/Sede	Classificação	Participação				Capital Próprio	Resultados Exercício de 2006
		Directa	Indirecta	Direito de Voto	Efectiva		
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. Av. da Liberdade, 230 1250-149 Lisboa	Empresa Mãe	-	-	-	-	264 468	154 343
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 1250-149 Lisboa	Subsidiária	100,00%	-	100,00%	100,00%	71 397	1 276
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Avenida da Liberdade, 49 a 57, 1º 1250-139 Lisboa	Subsidiária	50,99%	-	50,99%	50,99%	7 192	1 742
Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. Avenida da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa	Subsidiária	75,00%	-	75,00%	75,00%	(123)	(702)
Heartscan - Ibéria Diagnóstico Imagiológico, S.A. Avenida da Liberdade, 11 - 1º 1250-139 Lisboa	Subsidiária	-	63,75%	63,75%	63,75%	(1 447)	(30)
Fiduprivate, S.A. Rua Dr. Brito Câmara, 7 9000-039 Funchal	Subsidiária	75,00%	-	75,00%	75,00%	788	56
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 1250-149 Lisboa	Subsidiária	25,00%	-	25,00%	25,00%	24 135	4 425
Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, S.A. Rua Alexandre Herculano, 38 1269-161 Lisboa	Empresa Associada	24,00%	-	24,00%	24,00%	6 845	191
Espírito Santo Data, SGPS, S.A. Rua da Fraternidade Operária, 5 2799-501 Carnaxide	Empresa Associada	27,05%	0,01%	27,06%	27,06%	7 835	(132)
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C 1800-218	Empresa Associada	20,42%	-	20,42%	20,42%	3 426	64
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa	Empresa Associada	24,00%	-	24,00%	24,00%	8 996	1 082

No decorrer do exercício de 2006 ocorreram as seguintes alterações ao nível da estrutura do Grupo, como segue:

- Em Janeiro de 2006, a Tranquilidade adquiriu à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“BES-Vida”) as participações nas sociedades Fiduprivate, S.A., Espírito Santo Contact Center, S.A., ESDATA, S.G.P.S., S.A., Cominvest – Sociedade de Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A. e Europ Assistance, S.A.;
- Em Maio de 2006, a Tranquilidade adquiriu à BES-Vida as participações nas sociedades Esumédica-Prestação de Cuidados Médicos, S.A. e Heartscan Ibéria – Diagnóstico Imagiológico, S.A.;
- Em Junho de 2006, a Tranquilidade adquiriu à BES-Vida a participação na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.

Em Junho de 2006, a Companhia de Seguros Tranquilidade alienou a participação que detinha na BES-Vida (ex-Companhia de Seguros Tranquilidade Vida), tendo realizado uma mais valia no montante de 170 442 milhares de Euros (ver Nota 2).

Em 1 de Agosto de 2006, na sequência de acordos assinados entre a BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a BESPARG, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., o Crédit Agricole, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A., a T-Vida adquiriu à BES-Vida as posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações e mediadores da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, pelo preço de Euros 50 000 000 (ver nota 40).

## Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) e outras disposições emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2007.

### Transição para os IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2006 e na determinação dos ajustamentos de transição, o Grupo decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS, tendo adoptado a data de transição da Espírito Santo Financial Group (empresa-mãe), 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo adoptou retrospectivamente os IFRS.

Uma análise dos impactos da transição para os IFRS na situação e performance financeira do Grupo é apresentada na Nota 41.

### 2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Tranquilidade e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo Tranquilidade”), e os resultados atri-

buíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

### **Associadas**

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

### **Goodwill**

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é estimado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da Sociedade, das subsidiárias e das associadas.

### **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

## 2.3 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

## 2.4 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.5 Outros activos financeiros

### Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### • Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

#### • Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram na categoria acima referida.

### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja

identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### **Transferências entre categorias**

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## **2.6 Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.



## 2.7 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.8 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Conforme referido na Nota 2.1, na data da transição para os IFRS, o Grupo elegeu considerar como custo dos seus imóveis de serviço próprio o respectivo justo valor determinado na data da transição.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.9 Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. O justo valor das propriedades de investimento é determinado através de avaliações independentes efectuadas numa base regular. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

## 2.10 Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (Value in force - VIF) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 15 anos).

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.11 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## 2.12 Benefícios aos empregados

### Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, foi constituído um Fundo de Pensões CCT, que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que os empregados da Companhia poderão vir a receber durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo

dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é reconhecido em resultados quando incorrido.

O Grupo efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 100% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

### Benefícios de saúde

Adicionalmente o Grupo concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### **Distribuição de resultados aos empregados**

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pelo Grupo aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

#### **2.13 Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

#### **2.14 Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

#### **2.15 Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

#### **2.16 Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## 2.17 Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

### Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para

os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

### Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

### Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

### Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

### Teste à adequação de responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

### **Shadow accounting**

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### **2.18** Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo optou por não apresentar informação financeira por segmentos uma vez que não tem obrigatoriedade de aplicar o IAS 14 – Relato por segmentos. No entanto, é dada informação sobre prémios e sinistros por segmento de negócio nas notas às demonstrações financeiras respectivas.

### **2.19** Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## **Nota 3 - Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendi-

mento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### **3.1** Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

### **3.2** Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem

requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3 Entidades de finalidade especial

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE. A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

### 3.4 Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da Tranquilidade e das subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.5 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.6 Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

## Nota 4 - Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2006	2005
Prémios brutos emitidos	385 142	365 736
Prémios de resseguro cedido	(53 062)	(48 199)
Prémios líquidos de resseguro	332 080	317 537
Variação da provisão para prémios não adquiridos		
líquida de resseguro	2 033	1 846
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	<u>334 113</u>	<u>319 383</u>

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

(milhares de euros)				
	2006		2005	
	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Adquiridos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Adquiridos
Vida	23 761	23 761	-	-
Não Vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	102 891	103 189	99 706	99 393
Incêndio e outros danos	57 206	56 781	58 084	57 311
Automóvel	172 105	173 245	178 643	181 247
Marítimo e transportes	8 464	8 325	8 740	8 962
Responsabilidade civil geral	8 593	8 637	8 407	8 709
Crédito e caução	433	511	564	626
Assistência	9 940	9 961	9 994	9 694
Diversos	1 749	1 639	1 598	1 796
Total	<u>385 142</u>	<u>386 049</u>	<u>365 736</u>	<u>367 738</u>

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

(milhares de euros)				
	2006		2005	
	Prémios Emitidos	Prémios Adquiridos	Prémios Emitidos	Prémios Adquiridos
Vida	608	608	-	-
Não Vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	16 010	15 837	12 110	12 322
Incêndio e outros danos	17 949	17 738	18 543	18 233
Automóvel	2 270	2 270	2 027	2 027
Marítimo, aéreo e transportes	4 577	4 487	5 074	5 126
Responsabilidade civil geral	955	1 027	1 172	1 328
Crédito e caução	367	438	450	519
Diversos	10 326	9 531	8 823	8 802
Total	<u>53 062</u>	<u>51 936</u>	<u>48 199</u>	<u>48 357</u>

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

## Nota 5 - Juros e Dividendos

Os juros e dividendos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2006	2005
Juros		
de activos ao justo valor através de resultados	4 396	2 130
de activos disponíveis para venda	16 817	7 918
de depósitos em instituições de crédito	406	598
	<u>21 619</u>	<u>10 646</u>
Dividendos		
de activos disponíveis para venda	1 371	545
	<u>22 990</u>	<u>11 191</u>

## Nota 6 - Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através dos resultados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Activos e passivos detidos para negociação</b>						
Instrumentos financeiros derivados	1 282	(32)	1 250	132	(2 877)	(2 745)
	<u>1 282</u>	<u>(32)</u>	<u>1 250</u>	<u>132</u>	<u>(2 877)</u>	<u>(2 745)</u>
<b>Activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	237	(186)	51	619	(516)	103
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	55	-	55	-	-	-
	<u>292</u>	<u>(186)</u>	<u>106</u>	<u>619</u>	<u>(516)</u>	<u>103</u>
	<b><u>1 574</u></b>	<b><u>(218)</u></b>	<b><u>1 356</u></b>	<b><u>751</u></b>	<b><u>(3 393)</u></b>	<b><u>(2 642)</u></b>

## Nota 7 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os resultados de activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 679	(50)	1 629	4 137	(44)	4 093
De outros emissores	1 083	(4 101)	(3 017)	136	(459)	(323)
Ações	5 371	(170)	5 202	1 960	-	1 960
	<u>8 134</u>	<u>(4 320)</u>	<u>3 813</u>	<u>6 233</u>	<u>(503)</u>	<u>5 730</u>

## Nota 8 - Resultados de Reavaliação Cambial

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

## Nota 9 - Comissões e Outros Proveitos Similares

As comissões e outros proveitos similares são relativas às comissões de subscrição e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados deixaram de ser reconhecidos sob a forma de prémios passando apenas a ser registada o encargo de subscrição e de gestão dos mesmos como proveitos.

## Nota 10 - Outros Proveitos

A rubrica outros proveitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Prestação de serviços	16 643	2 550
Gestão de sinistros	1 346	921
Comissões gestão co-seguro	256	300
Resultados em propriedades de investimento	8 784	10 277
Redução de amortizações e provisões	735	2 787
Proveitos e ganhos extraordinários	2 971	3 098
Outros proveitos	899	402
	<u>31 634</u>	<u>20 335</u>



## Nota 11 - Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Custos com sinistros do ramo vida	22 342	-
Custos com sinistros do ramo não vida	195 958	208 971
	<b>218 300</b>	<b>208 971</b>

No que se refere à actividade seguradora do ramo vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Montantes pagos		
Montantes brutos	18 263	-
Parte dos resseguradores	(397)	-
	<b>17 866</b>	-
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	4 417	-
Parte dos resseguradores	59	-
	<b>4 476</b>	-
	<b>22 342</b>	-

No que se refere à actividade seguradora do ramo não vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2006	2005
Montantes pagos		
Montantes brutos	192 659	191 901
Parte dos resseguradores	(13 151)	(12 825)
	<b>179 508</b>	<b>179 076</b>
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	14 028	36 353
Parte dos resseguradores	2 422	(6 458)
	<b>16 450</b>	<b>29 895</b>
	<b>195 958</b>	<b>208 971</b>

Os custos com sinistros dos ramos não vida podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Montantes Pagos	Variação da Provisão para Sinistros	Total	Montantes Pagos	Variação da Provisão para Sinistros	Total
Acidentes e doença	52 222	5 579	57 801	54 566	11 302	65 868
Incêndio e outros danos	23 577	1 222	24 799	23 026	(870)	22 156
Automóvel	106 499	10 283	116 782	105 690	19 270	124 960
Marítimo, aéreo e transportes	6 597	(338)	6 259	2 788	2 029	4 817
Responsabilidade civil geral	2 796	(1 903)	893	3 165	6 798	9 963
Crédito e caução	688	(454)	234	1 155	(883)	272
Diversos	280	(361)	(81)	1 511	(1 293)	218
<b>Total</b>	<b>192 659</b>	<b>14 028</b>	<b>206 687</b>	<b>191 901</b>	<b>36 353</b>	<b>228 254</b>

## Nota 12 - Variação das Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Seguro directo		
Varição da provisão matemática	(1 985)	-
Varição da provisão para participação nos resultados	90	45
Varição da provisão para riscos em curso	(1 190)	(76)
	<b>(3 085)</b>	<b>(31)</b>
Resseguro cedido		
Varição da provisão matemática	(391)	-
	<b>(391)</b>	<b>-</b>
	<b>(3 476)</b>	<b>(31)</b>

## Nota 13 - Variação dos Passivos por Contratos de Investimento

A variação dos passivos por contratos de investimentos corresponde ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária e à valorização/desvalorização dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

## Nota 14 - Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Imóveis de uso próprio (ver nota 26)	1 669	-
Devedores (ver nota 25)	1 211	446
	<b>2 880</b>	<b>446</b>

## Nota 15 - Comissões de Seguro Directo, Líquidas de Resseguro

As comissões de seguro directo líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Comissões de seguro directo		
Comissões de aquisição e outros custos	39 991	38 377
Custos de aquisição diferidos	(887)	676
Comissões de cobrança	2 208	2 249
Comissões de resseguro cedido	(14 906)	(12 419)
	<b>26 406</b>	<b>28 883</b>

## Nota 16 - Custos com Pessoal

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Remunerações dos órgãos sociais	1 164	839
Remunerações do pessoal	31 370	25 355
Encargos sobre remunerações	6 884	5 726
Prémios e contribuições para pensões	638	2 543
Seguros obrigatórios	900	853
Custos de acção social	863	825
Outros custos com o pessoal	1 232	22
Estimativa de bonus a empregados	4 033	3 295
Reformas antecipadas	9 500	-
	<b>56 584</b>	<b>39 458</b>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

	(milhares de euros)	
	2006	2005
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	1 250	937
Custos pensões de reforma	4 731	2 543
	<b>5 981</b>	<b>3 480</b>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo Tranquilidade analisa-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Direcção	71	66
Quadro Técnico	230	209
Quadro Técnico-Administrativo	444	438
Quadro Comercial	178	181
Quadro Informático	49	52
Quadro de Saúde	27	25
Quadro de Apoio Geral	123	127
	<b>1 122</b>	<b>1 098</b>

## Nota 17 - Benefícios a Empregados

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.12, as empresas do Grupo estabeleceram planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde para as empresas do Grupo é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2006 e 2005, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

(milhares de euros)

	2006	2005
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	3% - 3,75% <sup>(*)</sup>	3% - 3,75% <sup>(*)</sup>
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% <sup>(*)</sup>	0,75% - 3,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,8% - 5,15% <sup>(*)</sup>	5,25%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.12, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2006	2005
Activos	580	522
Reformados	188	185
	<b>768</b>	<b>707</b>

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(14 737)	(603)	(15 340)	(23 271)	(773)	(24 044)
Activos	(38 308)	-	(38 308)	(20 863)	-	(20 863)
	<b>(53 045)</b>	<b>(603)</b>	<b>(53 648)</b>	<b>(44 134)</b>	<b>(773)</b>	<b>(44 907)</b>
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>47 835</b>	<b>-</b>	<b>47 835</b>	<b>45 630</b>	<b>-</b>	<b>45 630</b>
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	(5 210)	(603)	(5 813)	1 496	(773)	723
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	8 322	(127)	8 195	10 925	(30)	10 895
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>3 112</b>	<b>(730)</b>	<b>2 382</b>	<b>12 421</b>	<b>(803)</b>	<b>11 618</b>

Os activos e as responsabilidades em balanço encontram-se reflectidos nas rubricas de outros activos e outros passivos, respectivamente (ver Notas 32 e 37).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>44 134</b>	<b>773</b>	<b>44 907</b>	<b>43 764</b>	<b>873</b>	<b>44 637</b>
Custo do serviço corrente	805	49	854	924	11	935
Custo dos juros	2 035	1	2 036	2 133	45	2 178
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	267	(115)	152	1 722	(30)	1 692
Pensões pagas pelo fundo	(4 343)	-	(4 343)	(4 285)	-	(4 285)
Benefícios pagos pelo Grupo	(178)	(121)	(299)	(124)	(126)	(250)
Reformas antecipadas	9 500	-	9 500	-	-	-
Alteração do perímetro de consolidação	798	16	814	-	-	-
Transferências de outros fundos	27	-	27	-	-	-
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>53 045</b>	<b>603</b>	<b>53 648</b>	<b>44 134</b>	<b>773</b>	<b>44 907</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>45 630</b>	<b>-</b>	<b>45 630</b>	<b>45 000</b>	<b>-</b>	<b>45 000</b>
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	2 482	-	2 482	2 427	-	2 427
Ganhos e perdas actuariais	1 964	-	1 964	(12)	-	(12)
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	440	-	440	2 500	-	2 500
Pensões pagas pelo fundo	(4 343)	-	(4 343)	(4 285)	-	(4 285)
Alteração do perímetro de consolidação	1 635	-	1 635	-	-	-
Transferências de outros fundos	27	-	27	-	-	-
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>47 835</b>	<b>-</b>	<b>47 835</b>	<b>45 630</b>	<b>-</b>	<b>45 630</b>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
<b>Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro</b>	<b>10 925</b>	<b>(30)</b>	<b>10 895</b>	<b>9 571</b>	<b>-</b>	<b>9 571</b>
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	267	(115)	152	1 722	(30)	1 692
- nos activos do plano	(1 964)	-	(1 964)	12	-	12
Amortização do exercício	(252)	-	(252)	(380)	-	(380)
Alteração do perímetro de consolidação	(654)	18	(636)	-	-	-
<b>Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>8 322</b>	<b>(127)</b>	<b>8 195</b>	<b>10 925</b>	<b>(30)</b>	<b>10 895</b>
Dos quais:						
Dentro do corredor	5 305	(60)	5 244	4 413	(77)	4 336
Fora do corredor	3 018	(67)	2 951	6 512	47	6 559

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2006 e 2005, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>(1 496)</b>	<b>773</b>	<b>(723)</b>	<b>(1 236)</b>	<b>873</b>	<b>(363)</b>
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	267	(115)	152	1 722	(30)	1 692
Ganhos e perdas actuarias dos fundos	(1 964)	-	(1 964)	12	-	12
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	805	49	854	924	11	935
- Custo dos juros	2 035	1	2 036	2 133	45	2 178
- Rendimento esperado do fundo	(2 482)	-	(2 482)	(2 427)	-	(2 427)
- Reformas antecipadas	9 500	-	9 500	-	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(542)	16	(526)	(2 624)	(126)	(2 750)
Alteração do perímetro de consolidação e transferências	(913)	(121)	(1 034)	-	-	-
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>5 210</b>	<b>603</b>	<b>5 813</b>	<b>(1 496)</b>	<b>773</b>	<b>(723)</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	805	49	854	924	11	935
Custo dos juros	2 035	1	2 036	2 133	45	2 178
Rendimento esperado do fundo	(2 482)	-	(2 482)	(2 427)	-	(2 427)
Amortização do exercício	252	-	252	380	-	380
Reformas antecipadas	9 500	-	9 500	-	-	-
<b>Custos do exercício</b>	<b>10 110</b>	<b>50</b>	<b>10 160</b>	<b>1 010</b>	<b>56</b>	<b>1 066</b>

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Em 1 de Janeiro	<b>12 421</b>	<b>(803)</b>	<b>11 618</b>	<b>10 807</b>	<b>(873)</b>	<b>9 934</b>
Custo do exercício	(10 110)	(50)	(10 160)	(1 010)	(56)	(1 066)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	542	(16)	526	2 624	126	2 750
Alteração do perímetro de consolidação	259	139	398	-	-	-
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>3 112</b>	<b>(730)</b>	<b>2 382</b>	<b>12 421</b>	<b>(803)</b>	<b>11 618</b>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Terrenos e edifícios	10 743	8 867
Acções e outros títulos de rendimento variável	22 455	22 555
Títulos de rendimento fixo	15 800	15 628
Depósitos em instituições de crédito	2 256	3 467
Devedores e credores do fundo de pensões	61	(395)
Juros a receber	246	142
	<b>51 561</b>	<b>50 264</b>

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a Tranquilidade representa cerca de 92,3% do total do fundo. O grupo não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades do Grupo.

## Nota 18 - Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Subcontratos	2 071	-
Electricidade	343	383
Combustíveis	221	186
Material escritório	368	180
Artigos para oferta	360	301
Conservação e reparação	2 659	2 113
Rendas e alugueres	2 630	1 223
Despesas de representação	110	116
Comunicação	4 206	3 095
Deslocações e estadas	1 404	1 356
Seguros	156	161
Publicidade e propaganda	3 175	2 376
Limpeza, higiene e conforto	483	446
Vigilância e segurança	294	388
Trabalhos especializados	13 910	11 101
Quotizações actividade seguradora	297	261
Custos com cobrança de prémios	1 697	1 200
Clube Mediador	527	469
Outros	3 144	1 664
	<b>38 054</b>	<b>27 020</b>

A rubrica trabalhos especializados inclui, entre outros, custos com auditoria, consultadoria e trabalhos na área da informática.

## Nota 19 - Impostos e Taxas

Os impostos e taxas são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
I.V.A.	225	253
Imposto do Selo	7	62
Taxa p/ I.S.P.	880	926
Taxa p/ F.A.T	638	652
Taxa p/ F.G.A.	3 649	3 590
Taxa Esgotos	3	3
Imposto Municipal s/imóveis	95	80
Outros	718	720
	<b>6 215</b>	<b>6 286</b>

## Nota 20 - Encargos com Investimentos Financeiros

Os encargos financeiros são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Juros suportados	158	111
Comissões de custódia e gestão de investimentos	212	5
Outros	158	-
	<u>528</u>	<u>116</u>

## Nota 21 - Outros Custos

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Gestão por conta de sinistros	1 945	1 386
Comissões gestão co-seguro	282	361
Donativos e mecenato	243	172
Ofertas a clientes	292	354
Dividas incobráveis	353	267
Custos de conservação e manutenção de imóveis	974	1 050
Outros custos	5 086	2 436
	<u>9 175</u>	<u>6 026</u>

## Nota 22 - Disponibilidades em Instituições de Crédito

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Disponibilidades em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	65 709	98 587
Depósitos a prazo	-	25 566
	<u>65 709</u>	<u>124 153</u>

## Nota 23 - Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através dos Resultados

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	143 355	84 629
Outros títulos de rendimento variável	1 557	-
Valor de balanço	<u>144 912</u>	<u>84 629</u>
Valor de aquisição	<u>145 739</u>	<u>83 459</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, encontram-se classificados nesta rubrica títulos que o Grupo designou como activos financeiros ao justo valor através de resultados em 1 de Janeiro de 2005, como consequência da aplicação do IAS 39.

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
De 3 meses a um ano	1 557	-
De um a cinco anos	129 929	11 077
Mais de cinco anos	13 426	73 552
	<u>144 912</u>	<u>84 629</u>



No que respeita a títulos cotados e não cotados, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Cotados	Não Cotados	Total	Cotados	Não Cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	143 355	143 355	-	84 629	84 629
Outros títulos de rendimento variável	1 557	-	1 557	-	-	-
	<b>1 557</b>	<b>143 355</b>	<b>144 912</b>	<b>-</b>	<b>84 629</b>	<b>84 629</b>

## Nota 24 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	69 990	-	(1 120)	-	68 870
De outros emissores	122 012	425	89	-	122 526
Acções	41 476	3 931	(738)	(2 537)	42 132
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>233 478</b>	<b>4 356</b>	<b>(1 769)</b>	<b>(2 537)</b>	<b>233 528</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	50 244	-	(2 109)	-	48 135
De outros emissores	658 669	512	(823)	-	658 358
Acções	57 323	20 525	(628)	(1 969)	75 251
Outros títulos de rendimento variável	4 707	20	(93)	-	4 634
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>770 943</b>	<b>21 057</b>	<b>(3 653)</b>	<b>(1 969)</b>	<b>786 378</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	2 537	2 077
Dotações do exercício	742	460
Reversões no exercício	(1 310)	-
<b>Saldo final em 31 de Dezembro</b>	<b>1 969</b>	<b>2 537</b>

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
De 3 meses a um ano	3 561	44 497
De um a cinco anos	586 230	75 922
Mais de cinco anos	196 587	113 109
	<b>786 378</b>	<b>233 528</b>

## Nota 25 - Devedores por Operações de Seguro Directo, Resseguro e Outros

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
<b>Por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguros	46 509	50 156
Mediadores	114	194
Co-seguro	7 872	10 501
	<u>54 495</u>	<u>60 851</u>
<b>Por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	6 521	5 893
Ressegurados	179	11
	<u>6 700</u>	<u>5 904</u>
<b>Por outras operações</b>		
Empresas relacionadas	5 909	2 247
Outros devedores	28 098	21 477
	<u>34 007</u>	<u>23 724</u>
<b>Imparidade</b>	<u>(10 999)</u>	<u>(9 788)</u>
	<u><b>84 203</b></u>	<u><b>80 691</b></u>

A variação das perdas por imparidade é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	9 788	10 234
Dotações/(utilizações)	1 211	(446)
<b>Saldo final</b>	<u><b>10 999</b></u>	<u><b>9 788</b></u>

Os saldos de devedores por operações de seguro directo, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses.

## Nota 26 - Activos Tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	<u>63 916</u>	<u>63 806</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento administrativo	6 066	4 828
Equipamento informático	33 025	25 542
Instalações interiores	1 280	453
Máquinas e ferramentas	3 205	3 342
Material de transporte	633	634
Equipamento hospitalar	546	-
Outros	1 322	1 049
	<u>46 077</u>	<u>35 848</u>
<b>Imobilizado em curso</b>	-	<u>34</u>
	<u>109 993</u>	<u>99 688</u>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>	<u>(45 993)</u>	<u>(35 205)</u>
	<u><b>64 000</b></u>	<u><b>64 483</b></u>

O movimento ocorrido nas rubricas de activos tangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>62 448</b>	<b>3 864</b>	<b>83</b>	<b>66 395</b>
Adições	152	913	-	1 065
Amortizações do exercício	(1 157)	(1 680)	-	(2 837)
Abates / vendas	-	(91)	(49)	(140)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>61 443</b>	<b>3 006</b>	<b>34</b>	<b>64 483</b>
Adições	325	4 191	-	4 516
Alterações ao perímetro de consolidação	-	1 674	-	1 674
Amortizações do exercício	(998)	(2 555)	-	(3 553)
Abates / vendas	(206)	(1 211)	(34)	(1 451)
Imparidade	(1 669)	-	-	(1 669)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<u><b>58 895</b></u>	<u><b>5 105</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>64 000</b></u>

## Nota 27 - Propriedades de Investimento

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Propriedades de investimento	<u>80 923</u>	<u>92 308</u>

O movimento ocorrido no exercício de 2006 pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2005	Aquisições	Alienações	Valias Potenciais	2006
Propriedades de investimento	<u>92 308</u>	<u>537</u>	<u>(18 036)</u>	<u>6 114</u>	<u>80 923</u>

As mais valias potenciais no montante de 6 114 milhares de euros foram reconhecidas nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

## Nota 28 - Activos Intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Goodwill	<u>25 811</u>	<u>25 785</u>
Value in force	<u>50 874</u>	<u>-</u>
Adquiridos a terceiros		
Despesas de constituição e instalação	108	291
Despesas de investigação e desenvolvimento	27 569	27 931
Software	6 970	8 349
Imobilizado incorpóreo em curso	190	-
	<u>34 837</u>	<u>36 571</u>
Amortizações acumuladas e imparidade	<u>(23 641)</u>	<u>(22 831)</u>
	<u><b>87 881</b></u>	<u><b>39 525</b></u>

O movimento ocorrido no exercício de 2006 pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Value in Force	Outras Imobilizações	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2005</b>	25 785	-	11 684	37 469
Adições	-	-	8 496	8 496
Amortizações do exercício	-	-	(6 440)	(6 440)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>25 785</b>	<b>-</b>	<b>13 740</b>	<b>39 525</b>
Adições	26	50 874	3 302	54 202
Amortizações do exercício	-	(1 324)	(4 522)	(5 846)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b><u>25 811</u></b>	<b><u>49 550</u></b>	<b><u>12 520</u></b>	<b><u>87 881</u></b>

Como referido nas políticas contabilísticas, em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do goodwill e do VIF – value in force, tendo concluído que não existe nenhuma imparidade que devesse ser registada.

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VIF) será amortizado como segue:

(milhares de euros)

	2007	2008	2009	2010	Anos Seguintes	Total
Amortização	<u>2 313</u>	<u>2 290</u>	<u>2 223</u>	<u>2 172</u>	<u>40 552</u>	<u>49 550</u>

## Nota 29 - Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido do Exercício		Custo de Aquisição	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	6 481 971	-	6 204 830	-	277 141	-	913 672	-	34 156	-	61 976
BES, Companhia de Seguros, S.A.	88 919	79 103	64 784	56 726	24 135	22 377	60 209	59 326	4 425	4 309	3 759	3 759
Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, S.A.	7 150	-	304	-	6 845	-	459	-	191	-	1 589	-
Espírito Santo Data, SGPS, S.A.	7 983	-	148	-	7 835	-	237	-	(133)	-	2 166	-
Espírito Santo Contact Center, S.A.	5 695	-	2 269	-	3 426	-	9 655	-	64	-	647	-
Europ Assistance, S.A.	28 917	-	19 921	-	8 996	-	24 631	-	1 082	-	1 757	-

	% detida		Valor de Balanço		Resultado da Associada Atribuível ao Grupo	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (a)	-	25 00%	-	69 285	16 681	8 554
BES, Companhia de Seguros, S.A.	25,00%	25 00%	6 034	5 595	1 106	1 077
Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, S.A.	24,00%	-	1 643	-	54	-
Espírito Santo Data, SGPS, S.A.	27,06%	-	2 120	-	(20)	-
Espírito Santo Contact Center, S.A.	20,42%	-	700	-	53	-
Europ Assistance, S.A.	24,00%	-	1 934	-	177	-
			<b>12 431</b>	<b>74 880</b>	<b>18 051</b>	<b>9 631</b>

(a) Os resultados em 2006, correspondem aos resultados apropriados até à data da venda

O movimento nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	74 880	62 472
Alienação de associadas	(85 966)	-
Aquisição de participações em associadas	6 159	-
Resultado da associada atribuível ao Grupo	18 051	9 631
Reserva de justo valor	5	2 741
Dividendos	(693)	36
Outras variações	(5)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>12 431</b>	<b>74 880</b>

## Nota 30 - Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	117 257	12 612	104 645	118 164	11 486	106 678
Provisão matemática do ramo vida	340 382	239	340 143	-	-	-
Provisão para sinistros	519 775	36 043	483 732	494 499	38 264	456 235
Provisão para participação nos resultados	4 260	512	3 748	360	-	360
Provisão para riscos em curso	4 500	-	4 500	3 311	-	3 311
	<b>986 174</b>	<b>49 406</b>	<b>936 768</b>	<b>616 334</b>	<b>49 750</b>	<b>566 584</b>

A provisão para prémios não adquiridos não se encontra deduzida dos custos de aquisição diferidos, que se encontram registados no activo, sendo o seu saldo analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Prémios não adquiridos	117 257	12 612	104 645	118 164	11 486	106 678
Custos de aquisição diferidos	(22 564)	-	(22 564)	(21 677)	-	(21 677)
	<b>94 693</b>	<b>12 612</b>	<b>82 081</b>	<b>96 487</b>	<b>11 486</b>	<b>85 001</b>

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Provisão matemática do ramo vida						
Rendas	50 216	-	50 216	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	290 166	239	289 927	-	-	-
	340 382	239	340 143	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	(270)	-	(270)	-	-	-
	<b>340 112</b>	<b>239</b>	<b>339 873</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa base em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os contratos

em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 35).

A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006			2005		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Vida	10 856	202	10 654	-	-	-
Não vida						
Acidentes de trabalho	176 675	29	176 646	172 585	15	172 570
Acidentes e doença	11 345	586	10 759	9 685	967	8 718
Incêndio e outros danos	29 282	8 176	21 106	28 089	7 611	20 478
Automóvel	266 261	15 419	250 842	255 832	16 987	238 845
Marítimo, aéreo e transportes	6 360	3 371	2 989	6 659	3 655	3 004
Responsabilidade civil geral	17 143	8 016	9 127	19 026	8 528	10 498
Crédito e caução	1 385	60	1 325	1 793	87	1 706
Diversos	468	184	284	830	414	416
	<b>519 775</b>	<b>36 043</b>	<b>483 732</b>	<b>494 499</b>	<b>38 264</b>	<b>456 235</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 27 004 milhares de euros (2005: 29 263 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2006 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 5 975 milhares de euros (2005: 8 023 milhares de euros) de encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes e não declarados.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 131 071 milhares de euros (2005: 122 252 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

As provisões matemáticas do ramo de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com a Norma regulamentar 15/2000-R, de 23 de Novembro, isto é, aplicando a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% para as pensões remíveis, e a fórmula preconizada na mesma norma para as não remíveis, após cálculo da reserva matemática com base na tábua de mortalidade PF 60/64 com taxa de juro de 6% e 4% de encargos de gestão.

A provisão matemática inclui um montante de 6 547 milhares de euros (2005: 10 907 milhares de euros) relativo ao incremento das provisões em consequência dos resultados obtidos do teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efectuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Saldo a 1 de Janeiro	494 499	448 099
Alterações no perímetro da consolidação	6 271	-
Mais sinistros ocorridos:		
Próprio ano	248 207	236 474
Anos anteriores	(7 894)	13 867
Menos montantes pagos		
Próprio ano	(103 862)	(93 001)
Anos anteriores	(117 446)	(110 940)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>519 775</b>	<b>494 499</b>

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Saldo a 1 de Janeiro	360	405
Alterações no perímetro da consolidação	3 903	-
Montantes pagos	(90)	(45)
Montantes estimados atribuíveis	87	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>4 260</b>	<b>360</b>

## Nota 31 - Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5%, aplicável às actividades do Grupo. Esta taxa é a que se encontra aprovada às datas dos balanços.

O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005:27,5%), taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, da Seguradora e das subsidiárias, relativas aos exercícios de 2004 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Tranquilidade e das Subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activos		Passivos		Líquido	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Activos financeiros	-	4 091	(4 271)	-	(4 271)	4 091
Activos intangíveis	27	173	-	-	27	173
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	2 631	4 098	-	-	2 631	4 098
Pensões e outros benefícios a empregados	-	-	(2 280)	(2 607)	(2 280)	(2 607)
Outros	1 302	1 660	-	-	1 302	1 660
Prejuízos fiscais reportáveis	635	6 230	-	-	635	6 230
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>4 595</b>	<b>16 252</b>	<b>(6 551)</b>	<b>(2 607)</b>	<b>(1 956)</b>	<b>13 645</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(3 960)	(2 607)	3 960	2 607	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>635</b>	<b>13 645</b>	<b>(2 591)</b>	<b>-</b>	<b>(1 956)</b>	<b>13 645</b>

(1) Líquido por entidade do Grupo

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

(milhares de euros)		
	2006	2005
Reconhecido em resultados	12 098	741
Reconhecido em reservas	4 208	-
Alteração do perímetro de consolidação	(705)	-
	<u>15 601</u>	<u>741</u>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2006 e 2005 explica-se como segue:

	2006		2005	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Activos financeiros	4 154	4 208	-	-
Activos intangíveis	146	-	456	-
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	1 467	-	(359)	-
Pensões e outros benefícios a empregados	(327)	-	644	-
Outros	357	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	6 301	-	-	-
	<u>12 098</u>	<u>4 208</u>	<u>741</u>	<u>-</u>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2006 e 2005 explica-se como segue:

(milhares de euros)		
	2006	2005
<b>Imposto corrente</b>	<u>30 745</u>	<u>166</u>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	19 390	741
Prejuízos fiscais reportáveis	(7 292)	-
	<u>12 098</u>	<u>741</u>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<u>42 843</u>	<u>907</u>

O imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2006 e 2005 explica-se como segue:

(milhares de euros)		
	2006	2005
<b>Imposto corrente</b>	-	-
<b>Imposto diferido</b>		
Reserva de justo valor	4 208	-
	<u>4 208</u>	<u>-</u>
<b>Total do imposto registado em reservas</b>	<u>4 208</u>	<u>-</u>



A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2006		2005	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários		211 366		38 709
Taxa de imposto estatutária	27,5%		27,5%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		58 126		10 645
Dividendos excluídos de tributação		(993)		(149)
Tributação autónoma		194		166
Alterações de estimativas		-		(1 126)
Investimentos em subsidiárias e associadas		(3 266)		(2 648)
Alteração da taxa de imposto		97		-
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo		(7 292)		(5 153)
Outros		(4 023)		(828)
		<b>42 843</b>		<b>907</b>

### Nota 32 - Outros Activos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Benefícios a empregados - longo prazo	3 112	12 421
Activos por contratos de investimento	13 819	-
Empréstimos hipotecários	1 402	1 116
Outros empréstimos	9 269	7 385
Salvados	430	333
Custos diferidos	526	225
Comissões a receber	1 250	1 300
Outros acréscimos de proveitos	3 097	13
<b>Total</b>	<b>32 905</b>	<b>22 793</b>

Os activos relacionados com benefícios a empregados de longo prazo estão relacionados com as responsabilidades assumidas pelo Grupo de pagar pensões e outros benefícios aos colaboradores (ver nota 17).

### Nota 33 - Outros Empréstimos

Os outros empréstimos são relativos a empréstimos bancários obtidos pelas subsidiárias Esumédica e Heartscan.

### Nota 34 - Credores por Operações de Seguro Directo, Resseguro e Outros

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
<b>Por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguros	3 208	5 919
Mediadores	4 494	6 414
Co-seguro	16 331	14 504
	<u>24 033</u>	<u>26 837</u>
<b>Por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	16 187	9 590
Ressegurados	118	25
	<u>16 305</u>	<u>9 615</u>
<b>Por outras operações</b>		
Outros credores	20 914	18 792
<b>Depósitos recebidos de resseguradores</b>	529	879
	<u>61 781</u>	<u>56 123</u>

## Nota 35 - Passivos por Contratos de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2006, os passivos por contratos de investimento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Contratos de taxa fixa	31 035	-
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	<u>16 402</u>	<u>-</u>
	<b><u>47 437</u></b>	<b><u>-</u></b>

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

	(milhares de euros)
	2006
Alteração do perímetro de consolidação	30 718
Depósitos recebidos	-
Benefícios pagos	(246)
Juro técnico do exercício	<u>563</u>
<b>Saldo em 31 Dezembro</b>	<b><u>31 035</u></b>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

	(milhares de euros)
	2006
Alteração do perímetro de consolidação	11 951
Depósitos recebidos	4 921
Benefícios pagos	(750)
Juro técnico do exercício	354
Resultado técnico	<u>(74)</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b><u>16 402</u></b>

## Nota 36 - Provisões

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisado como segue:

	(milhares de euros)
	Outras Provisões
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>600</b>
Dotações	-
Anulações	<u>(46)</u>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>554</b>
Alterações do perímetro de consolidação	294
Dotações	115
Anulações	<u>(171)</u>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b><u>792</u></b>

## Nota 37 - Outros Passivos

A rubrica outros passivos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2006	2005
Proveitos diferidos	280	331
Benefícios a empregados - longo prazo	730	803
Benefícios a empregados - curto prazo	9 022	7 239
Comissões a pagar	4 673	2 956
Gratificações	1 985	2 176
Taxa para o ISP	399	439
Contribuição autárquica	215	240
Outros acréscimos de custos	<u>4 941</u>	<u>2 296</u>
	<b><u>22 245</u></b>	<b><u>16 480</u></b>

A rubrica benefícios a empregados de curto prazo inclui o montante de 5 022 milhares de euros (2005: 3 944 milhares de euros) e 4 000 milhares de euros (2005: 3 295 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2006 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2007.

Os passivos relacionados com benefícios a empregados de longo prazo estão relacionados com as responsabilidades assumidas pelo Grupo de pagar pensões e outros benefícios aos colaboradores (ver nota 17).

A rubrica comissões a pagar é relativa aos incentivos a pagar a corretores e mediadores, e às comissões de mediação e corretagem e de gestão da carteira de investimentos.

## Nota 38 - Capital, Prémios, Reservas de Justo Valor e Outras Reservas e Resultados Transitados

### Capital

O Capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., de Euros 135 000 000, representado por 27 000 000 acções de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Sociedade tem como accionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido. Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados líquidos de interesses minoritários podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos Financeiros Disponíveis para Venda	Reservas por Impostos Diferidos	Total da Reserva de Justo Valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2005</b>	20 044	-	20 044	15 870	(4 784)	11 086
Transferência para reservas	-	-	-	2 501	(2 465)	36
Alterações de justo valor	1 451	-	1 451	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>21 495</b>	<b>-</b>	<b>21 495</b>	<b>18 371</b>	<b>(7 249)</b>	<b>11 122</b>
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(76 761)	(76 761)
Transferência para reservas	-	-	-	2 678	15 124	17 802
Alterações de justo valor	(3 961)	(4 208)	(8 169)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>17 534</b>	<b>(4 208)</b>	<b>13 326</b>	<b>21 049</b>	<b>(68 886)</b>	<b>(47 837)</b>

A reserva de justo valor explica-se, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, como segue:

(milhares de euros)

	2006	2005
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	770 943	233 478
Imparidade acumulada reconhecida	(1 969)	(2 537)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	768 974	230 941
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	786 378	233 528
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	17 404	2 587
Reserva de justo valor de empresas associadas	130	18 908
Impostos diferidos	(4 208)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>13 326</b>	<b>21 495</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses minoritários, no exercício de 2006 pode ser assim analisada:

(milhares de euros)

	2006	2005
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	21 495	20 044
Varição de justo valor	14 821	(1 291)
Alienação de empresas associadas	(18 909)	-
Dotação/(utilização) da reserva de justo valor de associadas	127	2 742
Impostos diferidos reconhecidos em reservas no exercício	(4 208)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>13 326</b>	<b>21 495</b>

## Nota 39 - Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2006, os interesses minoritários podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2006	
	Balço	Resultados
Advancecare, S.A.	3 525	541
Fiduprivate, S.A.	206	(29)
Esumédica, S.A.	-	-
Heartscan, S.A.	-	-
	<u>3 731</u>	<u>512</u>

O movimento nos interesses minoritários no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	2006
<b>Interesses minoritários em 1 de Janeiro</b>	-
Varição da reserva de justo valor	-
Alteração do perímetro de consolidação	3 219
Resultado líquido do exercício	512
	<u>3 731</u>
<b>Interesses minoritários em 31 de Dezembro</b>	<u>3 731</u>

## Nota 40 - Transacções com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante global dos activos e passivos do Grupo Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

Empresas associadas e relacionadas	2006				2005			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
T-Vida	-	52 405	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo Contact Center	-	66	1 409	66	-	-	-	-
Esumédica	-	-	1 622	75	-	-	-	-
Advancecare	-	2 500	1 723	21	-	-	-	-
BES-Seguros	-	-	-	72	146	-	-	68
BES-Vida	-	-	-	-	2 124	2 990	-	2 688
BES	154 819	-	1 338	15 194	103 239	-	1 071	14 357
PARTRAN	3 239	-	-	-	-	-	-	-
ESEGUR	6 836	-	279	778	-	-	334	830
MARINOTEIS	1 370	-	-	-	-	-	-	-
ESTELA GOLF	162	-	-	-	-	-	-	-
FUNGERE	3 999	-	-	-	-	-	-	-
BES VIDA	2 286	-	-	201	-	-	-	-
GESPATRIMÓNIO	1 360	-	-	-	-	-	-	1 297
CARREFOUR	65	-	-	-	-	-	-	-
PORTUGÁLIA	25	-	-	447	-	-	-	668
MULTIPESSOAL	30	-	277	152	-	-	559	103
FUND. ESPIRITO SANTO SILVA	18	-	-	70	-	-	-	101
ESPIRITO SANTO ACE	19	-	-	109	-	-	-	150
BESLEASING	-	2 366	126	39	-	1 578	-	51
ESAF	-	-	-	133	-	-	-	19
CREDIFLASH	-	-	-	1 674	739	-	-	1 371
ES RESSOURCES	-	-	-	48	-	-	-	152
ES SAÚDE	6 000	-	-	48	6 530	-	-	-
PMLINK	-	-	-	43	-	-	-	-
CARREFOUR	-	-	-	256	-	-	-	106
ESCOM	-	-	-	127	-	-	-	127
CREDIBOM	-	-	-	144	-	-	-	245
ESGEST	-	-	-	29	-	-	-	17
HERSAL	-	-	-	33	-	-	-	-
TOP ATLANTICO	-	-	462	-	-	-	380	-
SGL	-	-	378	-	-	-	-	-
HOTEIS TIVOLI	-	-	27	-	-	-	-	-
BIC	-	-	-	-	292	-	18	565
ES COBRANÇAS	-	-	-	-	-	-	-	130
BEST	-	-	-	-	-	-	-	14
ESFG	-	-	-	-	-	-	187	12
OBLOG	-	-	-	-	-	-	473	-
ES INTERACTION	-	-	-	-	-	-	680	-
GESFIMO	-	-	-	-	-	-	-	35
SERIES	-	-	-	-	-	-	-	34
SGPICE	-	-	-	-	-	-	-	32
ESPART	-	-	-	-	-	-	-	26
MONFORTINHO	-	-	-	-	-	-	-	20
ES TOURISM	-	-	-	-	-	-	-	37
HERDADE COMPORTA	-	-	-	-	-	-	-	36
	<b>180 228</b>	<b>57 337</b>	<b>7 641</b>	<b>19 759</b>	<b>113 070</b>	<b>4 568</b>	<b>3 702</b>	<b>23 291</b>

Adicionalmente, em 1 de Agosto de 2006, na sequência de acordos assinados entre a BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a BESPAR, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., o Crédit Agricole, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A., a BES-Vida Companhia de Seguros, S.A., cedeu à T-Vida as posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações e mediadores da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, pelo preço de Euros 50 000 000.

Neste contexto, foram transferidos para a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., todos os activos e passivos associados aos contratos transferidos, apurados ao seu justo valor à data de 31 de Julho de 2007.

Os activos e passivos transferidos são analisados como segue:

(milhares de euros)	
2006	
<b>Activos</b>	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385 745
Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 867
Activos financeiros disponíveis para venda	40
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	1 267
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 289
Outros Activos	553
<b>Total de Activos</b>	<b>390 761</b>
<b>Passivos</b>	
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	274
Passivos por contratos de investimento	12 061
Provisões técnicas de seguro directo	378 129
Outros passivos	297
<b>Total de Passivos</b>	<b>390 761</b>

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre o Grupo e os seus accionistas.

## Nota 41 - Ajustamentos de Transição para os IFRS

Conforme referido na Nota 2.1, estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS").

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, assim como na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com os IFRS em 1 de Janeiro de 2005 (data da transição).

Na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com os IFRS, da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES") e outras disposições emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição para os IFRS em 1 Janeiro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2005, são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	01 Jan. 2005		IFRS
	Princípios Contabilísticos Locais	Ajustamentos	
Capital	135 000	-	135 000
Reserva de justo valor	23 025	(2 981)	20 044
Outras reservas e resultados transitados	(3 201)	14 287	11 086
	<b>154 824</b>	<b>11 306</b>	<b>166 130</b>

(milhares de euros)			
	31 Dez. 2005		IFRS
	Princípios Contabilísticos Locais	Ajustamentos	
Capital	135 000	-	135 000
Reserva de justo valor	33 091	(11 596)	21 495
Outras reservas e resultados transitados	(6 276)	17 398	11 122
Resultado líquido do exercício	26 773	11 029	37 802
	<b>188 588</b>	<b>16 831</b>	<b>205 419</b>

Uma análise detalhada dos ajustamentos decorrentes da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2005 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

		1 Jan. 2005	31 Dez. 2005
<b>Capital próprio (princípios contabilísticos locais)</b>		<b>154 824</b>	<b>188 588</b>
<b>Ajustamentos IFRS</b>			
Bónus aos empregados	a)	(3 075)	(3 295)
Pensões de reforma	b)	10 215	12 776
Goodwill	c)	25 785	25 785
Activos intangíveis	d)	(2 286)	(628)
Activos tangíveis	e)	(944)	(1 862)
Propriedades de investimento	f)	3 696	73
Investimentos em associadas	g)	(14 006)	(9 766)
Activos financeiros disponíveis para venda	h)	3 114	6 987
Provisões técnicas	i)	(9 506)	(10 907)
Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)	j)	(6 766)	(6 941)
Provisão para desvios de sinistralidade	k)	2 674	2 944
Impostos diferidos	l)	2 405	1 665
<b>Capital próprio IFRS</b>		<b>166 130</b>	<b>205 419</b>

(milhares de euros)

		31 Dez. 2005
<b>Resultado líquido do exercício (princípios contabilísticos locais)</b>		<b>26 773</b>
<b>Ajustamentos IFRS</b>		
Bónus aos empregados	a)	(3 295)
Pensões de reforma	b)	2 561
Goodwill	c)	-
Activos intangíveis	d)	1 658
Activos tangíveis	e)	(1 168)
Propriedades de investimento	f)	4 746
Investimentos em associadas	g)	9 630
Activos financeiros disponíveis para venda	h)	(1 057)
Provisões técnicas	i)	(1 401)
Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)	j)	(175)
Provisão para desvios de sinistralidade	k)	270
Impostos diferidos	l)	(740)
<b>Resultado líquido do exercício IFRS ajustado</b>		<b>37 802</b>

## Análise dos principais ajustamentos de transição efectuados com referência a 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005

### a) Bónus aos empregados

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas do Grupo, os bónus atribuídos aos empregados eram registados como uma dedução ao capital próprio no ano em que eram pagos, uma vez que eram considerados como uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os empregados. De acordo com os IFRS, o bónus atribuídos aos empregados é registado directamente em resultados, como um custo do exercício a que respeitam.

O impacto da adopção dos IFRS traduziu-se numa diminuição do capital próprio consolidado de 3 295 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2005 (1 de Janeiro de 2005: 3 075 milhares de euros) e numa diminuição do resultado líquido consolidado do ano findo em 31 de Dezembro de 2005 de 3 295 milhares de euros.

### b) Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados

Conforme política contabilística descrita na nota 2.12, o Grupo optou à luz do IFRS 1 por aplicar retrospectivamente, na data da transição, o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As anteriores políticas contabilísticas requeriam que fosse reconhecida em resultados, em cada exercício, a totalidade do incremento das responsabilidades, líquida do rendimento obtido pelos fundos existentes. O excesso do valor do fundo não era reconhecido. De acordo com o IAS 19, a parcela relativa aos desvios actuarias é diferida de acordo com o método do corredor e o excesso do fundo é contabilizado como um activo.

O impacto da adopção do IAS 19 traduziu-se num aumento do capital próprio consolidado de 12 776 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2005 (1 de Janeiro de 2005: 10 215 milhares de euros) e num aumento do resultado líquido consolidado do ano findo em 31 de Dezembro de 2005 de 2 561 milhares de euros.

### c) Goodwill

Conforme referido na política contabilística 2.1, na data da transição, de acordo com a anterior política contabilística do Grupo, o *goodwill* resultante de aquisições poderia ser abatido por contrapartida de reservas. De acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais o *goodwill* resultante das aquisições ocorridas durante o exercício de 2004 foi registado no activo, resultando num aumento do capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 1 de Janeiro de 2005 no montante de 25 785 milhares de euros.

### d) Activos intangíveis

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas do Grupo, os custos com software desenvolvido internamente eram capitalizados e amortizados durante um período de 3 anos.

As regras do IAS 38 determinam que os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas desenvolvidas pelo Grupo apenas podem ser capitalizados se for expectável que estas venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício e esses benefícios possam ser determinados com fiabilidade. Em 31 de Dezembro de 2005, o impacto da adopção do IAS 38 traduziu-se numa diminuição do capital próprio no montante de 628 milhares euros (1 de Janeiro de 2005: 2 286 milhares de euros).

### e) Activos tangíveis

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo optou por considerar como custo dos imóveis na data da transição, o respectivo justo valor determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Adicionalmente, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas do Grupo, os imóveis não eram amortizados. De acordo com o IAS 16, tais activos são amortizados ao longo da sua vida útil esperada.

O efeito conjugado destas situações traduziu-se numa diminuição do capital próprio consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2005 de 1 862 milhares de euros (1 de Janeiro de 2005: 944 milhares de euros) e num aumento do resultado consolidado do exercício de 1 168 milhares de euros.

### f) Propriedades de investimento

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas do Grupo, os imóveis de rendimento, eram valorizados ao seu valor actual, valor este que correspondia ao valor de mercado determinado com base numa avaliação efectuada pelo menos nos últimos cinco anos.

De acordo com o IAS 40, estes imóveis são valorizados ao seu justo valor, determinado através de avaliações independentes efectuadas numa base regular. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

A aplicação do IAS 40 pelo Grupo implicou o reconhecimento de mais valias potenciais que em 31 de Dezembro de 2005 atingiram o montante de 73 milhares de euros (1 de Janeiro de 2005: 3 696 milhares de euros).

Esta situação implicou também um aumento no resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 no montante de 4 746 milhares de euros.

### g) Investimentos em associadas

Conforme referido na política contabilística 2.2, os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquira a influência significativa até ao mesmo em que a mesma termina.

O impacto dos investimentos em associadas aplicando o método da equivalência patrimonial sobre as demonstrações financeiras das empresas associadas após a adopção dos IFRS traduziu-se numa diminuição do capital próprio consolidado de 9 766 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2005 (1 de Janeiro de 2005: 14 006 milhares de euros).

### h) Activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com os IFRS, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em acções não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os restantes títulos.



De acordo com o PCES, os títulos de rendimento fixo eram registados ao custo de aquisição, com excepção dos títulos afectos à carteira de investimentos relativos a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador de seguro. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto era periodificado por contrapartida de resultados ao longo do período até ao seu vencimento.

Os títulos de rendimento variável eram valorizados ao seu justo valor à data do balanço. As mais e menos valias potenciais determinadas à data do balanço, eram registadas no capital próprio na reserva de reavaliação regulamentar. As menos valias potenciais não cobertas pela reserva de reavaliação eram registadas nos resultados.

Com a adopção do IAS 39, em 1 de Janeiro de 2005, o efeito líquido do reconhecimento das mais e menos valias potenciais na carteira de títulos disponíveis para venda originou um aumento no capital próprio consolidado no montante de 3 114 milhares de euros.

#### i) Provisões técnicas

O IFRS 4 determina que o Grupo pode continuar a aplicar as suas políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária de acordo com o Plano de Contas das Empresas de Seguros, desde que garanta que o teste da adequação das responsabilidades é efectuado.

À data da transição, o Grupo procedeu à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimentos com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades foi efectuada tendo por base a projecção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

A aplicação do IFRS 4 em 31 de Dezembro de 2005 implicou uma diminuição no capital próprio consolidado de 10 907 milhares de euros (1 de Janeiro de 2005: 9 506 milhares de euros).

#### j) Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)

De acordo com o normativo em vigor, no final de cada ano o Grupo é obrigado a pagar uma contribuição para o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), a qual corresponde a 0,85% do valor de remissão das pensões matemáticas em pagamento.

Considerando que a responsabilidade do Grupo surge no momento da criação da pensão, para efeitos da aplicação dos IFRS e de acordo com o estabelecido no IAS 37, foi constituída uma provisão que corresponde ao valor actual das contribuições futuras para o FAT.

A constituição desta provisão implicou uma diminuição do capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2005 de 6 941 milhares de euros (1 de Janeiro de 2005: 6 766 milhares de euros) e numa diminuição do resultado consolidado do exercício de 175 milhares de euros.

#### k) Provisão para desvios de sinistralidade

De acordo com o Plano de Contas das Empresas de Seguros, a provisão para desvios de sinistralidade destinava-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se previa que aquela tivesse maiores oscilações.

O IFRS 4 estabelece que, as provisões para riscos catastróficos e desvios de sinistralidade, não são aceites uma vez que de acordo com as bases conceptuais dos IFRS, estas provisões não se enquadram na definição de passivo.

A aplicação do IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005 implicou um aumento no capital próprio consolidado do Grupo de 2 674 milhares de euros.

#### l) Impostos diferidos

As entidades do Grupo reconheciam já impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o balanço contabilístico preparado com base nessas políticas contabilísticas e o balanço fiscal. Nesta base, na data da transição foram adicionalmente reconhecidos os impostos diferidos determinados sobre os ajustamentos IFRS relevantes calculados a essa data.

## Nota 42 - Gestão dos Riscos de Actividade

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento sustentado ao

nível das empresas do sector financeiro em Portugal, a gestão dos riscos é uma das funções acometidas à Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na Tranquilidade. Constituindo como principais objectivos os que se seguem:

- identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as entidades do Grupo;
- contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- gestão pró-activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

## Gestão de Riscos

- Risco Específico de Seguros – corresponde ao risco subjacente à comercialização de contratos de seguro.

Neste campo, a Tranquilidade tem-se pautado por uma política criteriosa de aceitação do risco assente em tarifas construídas actuarialmente e revistas regularmente.

A subscrição dos riscos de aceitação condicionada é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.

O provisionamento é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efectuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia. Estão a ser desenvolvidos modelos internos de avaliação das provisões, quer de seguro directo, quer de resseguro cedido, com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução das provisões para sinistros excluindo reservas matemáticas do ramo acidentes de trabalho é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	Até 2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estimativa inicial dos custos com sinistros	276 399	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	377 848
Pagamentos acumulados							
Um ano depois	106 206	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	-
Dois anos depois	147 272	157 869	162 811	149 681	141 526	-	-
Três anos depois	185 976	197 820	194 772	185 956	-	-	-
Quatro anos depois	215 921	222 164	223 751	-	-	-	-
Cinco anos depois	234 821	246 876	-	-	-	-	-
Seis anos depois	252 471	-	-	-	-	-	-
Estimativa final dos custos com sinistros							
Um ano depois	277 599	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	-
Dois anos depois	283 207	306 243	325 422	334 297	334 918	-	-
Três anos depois	283 966	314 450	331 367	332 408	-	-	-
Quatro anos depois	303 872	317 872	331 221	-	-	-	-
Cinco anos depois	306 526	318 261	-	-	-	-	-
Seis anos depois	306 563	-	-	-	-	-	-
<b>Excedente / (défice) acumulado</b>	<b>( 30 164)</b>	<b>( 19 160)</b>	<b>( 28 642)</b>	<b>( 26 896)</b>	<b>( 6 185)</b>	<b>9 393</b>	<b>-</b>

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias e nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados da actividade corrente. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</b>		
Até Dezembro de 1997	<b>GKM 80</b>	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	<b>GKM 80</b>	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	<b>GKM 80</b>	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	<b>GKM 80</b>	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	<b>GKM 80</b>	2,75% e 2,25%
<b>Seguros em caso de vida</b>		
<b>Rendas</b>		
Até Julho de 2002	<b>TV 73/77</b>	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro de 2003	<b>TV 73/77</b>	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	<b>GKF 95</b>	3%
Após Setembro de 2006	<b>GKF - 3 anos</b>	2%
<b>Outros seguros</b>		
<b>Seguros em caso de morte</b>		
Até Dezembro de 2004	<b>GKM 80</b>	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	<b>GKM 80</b>	2%
<b>Seguros mistos</b>		
Até Setembro de 1998	<b>GKM 80</b>	4%
Após 1 de Outubro de 1998	<b>GKM 80</b>	3%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente.

Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de Mortalidade	
Rendas	<b>GRM 95</b>
Poupança e outros contratos	<b>40% GKM 80</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das provisões matemáticas relativas ao ramo acidentes de trabalho, para efeitos do teste de adequação das responsabilidades são como segue:

Tábua de mortalidade	GKF 80
Taxa de juro	4,06%
Encargos de gestão	3%

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

(milhares de euros)			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de Cobertura	Retenção Líquida
<b>Ramo Vida:</b>			
Crédito Habitação	Quota parte (20%)	-	-
	Excedente de pleno	-	75 000
Outros	Excedente de pleno	-	75 000
<b>Ramos Não Vida:</b>			
Acidentes pessoais	XOL	12 200	300
Acidentes de trabalho	XOL	14 500	500
Automóvel (responsabilidade civil)	XOL	49 250	750
Automóvel (danos próprios)	XOL	4 300	750
Engenharia	Quota share + surplus	11 750	1 250
Incêndio	Surplus	20 000	1 000
Incêndio (Catástrofes naturais)	XOL	130 000	10 000
Incêndio	XOL	8 000	2 000
Responsabilidade civil geral	XOL	3 600	150
Marítimo (Casco)	Surplus	3 800	200
Marítimo (Casco) - Frotas	Surplus	4 675	275
Marítimo (Carga)	Surplus	3 450	150
Marítimo (Carga e Casco)	XOL	1 560	390
Saúde	Quota share	-	75%
Assistência	Quota share	-	-

- Risco de Mercado – representa a eventualidade de perdas do valor de um determinado instrumento financeiro, decorrentes da variação de factores não controláveis, como a taxa de juro e o preço das acções.

Para a Tranquilidade, a gestão do Risco de Mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de alocação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e alocação, bem como pelo controlo da exposição aos vários riscos: taxas de juro, taxas de câmbio e de liquidez. O Comité Financeiro é composto por representantes da Comissão Executiva e pelos Directores responsáveis pela área Financeira.

As Políticas de Investimento, adoptadas pela Tranquilidade, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação da carteira, atendendo à evolução dos Mercados Financeiros, nomeadamente ao comportamento das taxas de juro. A Política Financeira, aprovada pelo Comité Financeiro, visa dar resposta à instabilidade dos Mercados, estabelecendo ratings mínimos de Investimento.

Relativamente ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006			Total
	Dólares Norte Americanos	Libras Estrelinas	Euros	
<b>Activo</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	638	-	65 071	65 709
Outros activos financeiros e não financeiros	-	-	1 367 562	1 367 562
<b>Total do Activo</b>	<b>638</b>	<b>-</b>	<b>1 432 633</b>	<b>1 433 271</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1 161 040)</b>	<b>(1 161 040)</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>638</b>	<b>-</b>	<b>271 593</b>	<b>272 231</b>

(milhares de euros)

	2005			Total
	Dólares Norte Americanos	Libras Estrelinas	Euros	
<b>Activo</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	123	9	124 021	124 153
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	79	84 550	84 629
Activos financeiros disponíveis para venda	434	-	233 094	233 528
Outros activos financeiros e não financeiros	-	-	461 220	461 220
<b>Total do Activo</b>	<b>557</b>	<b>88</b>	<b>902 885</b>	<b>903 530</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(698 111)</b>	<b>(698 111)</b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b>557</b>	<b>88</b>	<b>204 774</b>	<b>205 419</b>

- Risco de Crédito – deriva de poderem ocorrer perdas financeiras, por incumprimento em relação às obrigações contratuais estabelecidas com a Seguradora.

A publicação, no final de 2005, da nova Lei das Cobranças, veio reduzir significativamente este factor de risco, na actividade operacional das seguradoras e, em particular da Tranquilidade.

Na selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de rating, efectuando a Tranquilidade um acompanhamento regular da sua evolução.

- Risco de Liquidez – possibilidade dos activos da Seguradora não terem a liquidez necessária para satisfazer os fluxos monetários inerentes ao cumprimento das obrigações.

A Tranquilidade elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

- Risco Operacional – possibilidade de perdas por inadequação ou falha nos procedimentos internos.

O encaminhamento de pedidos recepcionados nas áreas de atendimento para as áreas de suporte, a subscrição nas situações de aceitação condicionada, as devoluções de produção, conferência e regularização de movimentos de co-seguro e gestão das reclamações constituem exemplos de processos devidamente regulamentados na Tranquilidade, suportados em ferramentas de workflow. A utilização deste tipo de ferramentas permite identificar, analisar, monitorizar e controlar situações que, em alguns casos, poderão traduzir-se em perdas para a Companhia

No caso concreto do processo de reclamações, de clientes (internos ou externos), fornecedores ou outras entidades que se relacionem com a Tranquilidade, importa salientar a particular importância que a gestão deste processo assume dado que permite:

- Tomar conhecimento de casos de deficiente atendimento, atrasos, erros de processamento, (manual ou informático), etc., normalmente decorrentes do incumprimento dos procedimentos definidos em Normativo Interno;
- Responder de imediato ao reclamante, assegurando-lhe o tratamento rápido da questão colocada;
- Resolução do assunto;
- Identificar oportunidades de melhorias a concretizar de forma a evitar potenciais reclamações.

## Controlo Interno

A missão da nova Direcção de Risco Global e Controlo Interno é dar cumprimento aos requisitos da Norma 14/2005-R. A responsabilidade principal deste órgão será assim assegurar a Gestão Global do Risco na Companhia, bem como gerir o Sistema de Controlo Interno. A Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na dependência directa da Comissão Executiva, irá assegurar, entre outras, as seguintes funções:

### i) No âmbito da gestão do Risco Global:

- Antecipar e identificar riscos relevantes e respectivos impactos.
- Analisar os riscos identificados e seus impactos.
- Elaborar planos para evitar/limitar/mitigar/aceitar riscos e implementar soluções de contingência.
- Agregar avaliações de risco de todas as unidades de negócio de modo a identificar exposições de um ponto de vista integrado (risco de subscrição, risco de provisões, risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de reputação, etc.).
- Desenvolver metodologias que introduzam considerações sobre risco nos processos chave de planeamento, orçamentação e “forecasting”.
- Providenciar apoio às áreas de negócio no que concerne a técnicas e instrumentos de identificação e quantificação de riscos.
- Colaborar na elaboração de KPIs relacionados com a gestão de risco para as Unidades de Negócio.

### ii) No âmbito da gestão do Sistema de Controlo Interno (SCI):

- Manter e coordenar a evolução do Sistema de Controlo Interno da Companhia.
- Adequar o Sistema de Controlo Interno a alterações decorrentes de reorganizações internas, mudanças em sistemas de informação, compliance, mudanças de negócio.
- Avaliar continuamente o Sistema de Controlo Interno nomeadamente quanto ao desenho e eficácia dos controlos, propondo melhorias e eventuais alterações ao perfil de risco dos processos.
- Coordenar com os responsáveis pelos processos e com os responsáveis pelos controlos ao nível das Unidades de Negócio e articular com a Auditoria Interna e Auditores Externos.
- Elaborar e monitorizar o plano anual de revisão e melhoria do Sistema de Controlo Interno.

O Responsável pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno irá ainda assumir a função de “Money Laundering Reporting Officer”. Esta função específica torna-o responsável pela coordenação e divulgação dos procedimentos de Controlo Interno, em matéria de branqueamento de capitais e, em especial, pela respectiva comunicação, às autori-

dades competentes, de operações consideradas suspeitas, bem como pela centralização da informação respeitante a estes factos.

No âmbito das alterações estruturais de acompanhamento do Risco Interno, irá também ser criado, no início de 2007, o Comité de Auditoria e Gestão do Risco, com a finalidade de analisar e debater as questões identificadas como relevantes em termos de Risco Interno para a Companhia. Este Comité tem como membros permanentes elementos pertencentes à Direcção de Risco Global e Controlo Interno, à Direcção de Auditoria, à Direcção Financeira e Administrativa, à Direcção Técnica e à Direcção de Qualidade e Organização.

Em 2006 foram criados Comités específicos para Aceitação de Negócio, com responsabilidade na avaliação e definição das condições para a aceitação de riscos que ultrapassem a política de subscrição aprovada. As decisões ficam reflectidas em aplicação própria, com identificação dos inter venientes.

Estes comités têm adicionalmente como responsabilidade:

- A apreciação da rentabilidade da carteira da companhia;
- O acompanhamento da evolução da performance comercial e técnica da Tranquilidade;
- A preparação de propostas de alteração ao nível da oferta.

## Concentração de riscos

A repartição de outros activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	2006			
	Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		Activos Financeiros Detidos para Venda	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Industrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	2 522	-
Papel e Indústrias Gráficas	-	-	351	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	3 126	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	13 391	-
Electricidade, Gás e Água	-	-	11 277	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	13 568	-
Turismo	-	-	203	-
Transportes e Comunicações	-	-	75 700	-
Actividades Financeiras	47 580	-	538 593	(1 020)
Administração e Serviços Públicos	-	-	51 338	-
Outros	97 332	-	78 278	(949)
<b>TOTAL</b>	<b>144 912</b>	<b>-</b>	<b>788 347</b>	<b>(1 969)</b>

(milhares de euros)

	2005			
	Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		Activos Financeiros Detidos para Venda	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	958	-
Industrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	5 190	(239)
Têxteis e Vestuário	-	-	1 913	-
Produtos Químicos e de Borracha	-	-	31	-
Industrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	-	-	524	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	1 704	(316)
Outras Industrias Transformadoras	-	-	7 331	(45)
Electricidade, Gás e Água	-	-	12 524	(1 392)
Construção e Obras Públicas	-	-	1 403	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	1 040	(6)
Turismo	-	-	323	-
Transportes e Comunicações	-	-	17 305	(482)
Actividades Financeiras	84 629	-	100 745	-
Serviços prestados às Empresas	-	-	10 571	-
Administração e Serviços Públicos	-	-	68 946	-
Outros	-	-	5 557	(57)
<b>TOTAL</b>	<b>84 629</b>	<b>-</b>	<b>236 065</b>	<b>(2 537)</b>

## Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2006		2005	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e equivalentes	720	720	801	801
Disponibilidades em instituições de crédito	65 709	65 709	124 153	124 153
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	84 203	84 203	80 691	80 691
<b>Activos financeiros</b>	<b>150 632</b>	<b>150 632</b>	<b>205 645</b>	<b>205 645</b>
Outros empréstimos	1 196	1 196	-	-
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	61 781	61 781	56 123	56 123
Passivos por contratos de investimento	47 437	47 505	-	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>110 414</b>	<b>110 482</b>	<b>56 123</b>	<b>56 123</b>

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

### Caixa, disponibilidades em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

### Outros empréstimos

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

### Contratos de investimento

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

### Devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## Nota 43 – Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

Actualmente o Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda completado a sua análise.

### IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e Emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005, o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos da IAS 32 Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.



## IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 8.

## IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006. Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 9.

## IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da data primeira data de adopção da IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 10.

## IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;  
b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.

2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção do IFRIC 11.

## IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8-segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a

informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos. Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

# Relatório dos Auditores

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 1.433.271 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Companhia de 268.500 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Companhia de 168.011 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados consolidados por natureza, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a verificação, numa base de amostragem, das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 30 de Abril de 2007

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores**

**Oficiais de Contas, S.A.**

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado

(ROC N° 1011)









VIDA







# 01'

ÓRGÃOS SOCIAIS

INOVAÇÃO E COMPETÊNCIA.  
O COMPROMISSO NUMA GESTÃO EFICAZ.

**T-VIDA'06**

# 1.0 Órgãos Sociais

## **Assembleia Geral**

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (Presidente)

João Afonso Pereira Gomes da Silva (Secretário)

## **Conselho de Administração**

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto (Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno (Vogal)

João Carlos Neves Ribeiro (Vogal)

## **Fiscal Único**

José Manuel Macedo Pereira - (ROC)

## Conselho de Administração



Peter de Brito e Cunha



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



João Ribeiro



# 02'

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UM CAMINHO DINÂMICO E  
CONSOLIDADO QUE GERA CONFIANÇA.

**T-VIDA'06**

## 2.0 Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. respeitantes ao exercício de 2006.

### 2.1 Breve Apresentação da Companhia

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., nova Seguradora do Grupo Espírito Santo, foi constituída a 28 de Julho de 2006, e tem como objectivo desenvolver a sua actividade no Ramo Vida, a qual se iniciou em 1 de Agosto de 2006, com vista à Comercialização de Seguros de Vida, através da rede de Mediadores, Delegações e outros canais da Companhia de Seguros Tranquilidade.

Esta empresa resultou da separação do negócio da Tranquilidade-Vida por canal de distribuição, passando esta entidade a designar-se por BES-Vida e a comercializar exclusivamente os seus produtos na rede bancária do BES.

Assim, toda a oferta anteriormente disponibilizada pela Tranquilidade-Vida (actual BES-Vida), junto da rede de distribuição de Delegações e Mediadores da Tranquilidade, foi agora transferida para esta nova Companhia T-Vida, que passou a gerir todas as apólices do Ramo Vida, cujas garantias e características técnicas anteriormente consideradas continuam em vigor.

A T-Vida ambiciona obter um posicionamento mais competitivo e com dinamismo sustentado, num ambiente em constante evolução e mudança como aquele que caracteriza o Mercado Segurador Português. Estas são as premissas de excelência que suportam o desenvolvimento desta nova Companhia, e que se completam com três pontos fundamentais que sustentam a sua Missão:

- Construir soluções únicas, inovadoras e adaptadas às exigências dos clientes Tranquilidade;
- Dar respostas totalmente orientadas para as necessidades da Rede Comercial Tranquilidade;
- Imprimir um maior dinamismo e crescimento nesta linha de negócio, que permita a fidelização de clientes.

## 2.2 Enquadramento Económico

### 2.2.1 Situação Económica Nacional

Em termos macroeconómicos, e de acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, verificou-se em 2006 uma recuperação da economia portuguesa face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,4% para 1,3%. O maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das Exportações de bens e serviços, com uma variação real ligeiramente acima dos 8% (0,9% em 2005). Para além da manutenção de um crescimento do PIB elevado em Espanha, parceiro comercial privilegiado, Portugal beneficiou da recuperação da actividade observada no conjunto da zona Euro, em particular na Alemanha. Registaram-se também fortes crescimentos das Exportações para destinos menos tradicionais, com destaque para Angola. Neste contexto, o contributo das Exportações Líquidas para o crescimento aumentou, em 2006, de -0,3 p.p para cerca de 1,1 p.p..

A Procura Interna, por seu lado, viu o seu contributo para o crescimento diminuir de 0,7 p.p. para 0,2 p.p.. O Consumo Privado acentuou a tendência de desaceleração observada desde 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,1% em 2005 para 1,2% em 2006. Com um rendimento disponível inferior à expansão do Consumo Privado, a Taxa de Poupança das famílias deverá ter registado uma ligeira descida, de 9,2% para cerca de 8,5% do rendimento disponível.

A Formação Bruta de Capital Fixo voltou a registar o comportamento mais negativo entre as componentes da Procura Interna, embora com uma queda real inferior à observada em 2005 (-2,1% contra -3,8%).

A melhoria do sentimento económico nas empresas traduziu-se, contudo, numa evolução favorável no mercado de trabalho, com a taxa média anual de Desemprego a descer de 7,6% para 7,5% da população activa.

O Consumo Público caiu 0,1%, devido à diminuição das despesas com o pessoal e das despesas em bens e serviços. Em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais, contribuiu para uma diminuição do défice global das Administrações Públicas, de 6% para 4.6% do PIB, um valor em linha com o previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento.

A moderação do crescimento da Procura Interna e o forte dinamismo das exportações de bens e serviços resultaram numa melhoria do Saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital, com as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa a reduzirem-se de 8,1% para 7,6% do PIB.

A Taxa de Inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3%. Este valor encontra-se afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do IPC, com impacto apenas em 2006. Sem esta alteração, a Taxa de Inflação média teria subido para 2,5%. A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento dos preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos.

O Mercado de Capitais em 2006 apresentou um desempenho positivo, tendo acompanhado a tendência verificada nas principais praças europeias, com o índice PSI-20 a registar uma valorização de 29,8% contra 13,4% em 2005.

### 2.2.2 Mercado Segurador

No ano 2006, o mercado segurador foi envolvido directamente por uma intensa actividade político-legislativa. Além de alguns importantes diplomas, muitas outras iniciativas, ainda em fase de projecto ou simples reflexão, justificaram uma atenta preocupação do sector dadas as repercussões que delas se antevêem para o mercado segurador.

Numa fase em que o sector está, portanto, empenhado em lidar com todos estes desafios, o ano de 2006 veio, em paralelo, revelar evidências de uma inversão do ciclo económico da actividade, nomeadamente o declínio da produção e o agravamento ou, pelo menos, a estagnação da taxa de sinistralidade.

A evolução da produção de seguro directo foi ligeiramente negativa em 2006 (-2,5%) face a 2005, devido em especial à influência do Ramo Vida. De notar, porém, que em 2005, esta área da actividade seguradora teve uma expansão próxima dos 50%, contribuindo para que o volume de negócios do sector no seu conjunto crescesse, de forma singularmente elevada (28,4%). De qualquer modo o segmento Vida registou, em 2006, um volume de receita de prémios superior em 40% à processada em 2004.

Também no Ramo Vida, cabe ainda realçar o crescimento das contribuições para produtos PPR's e PPR/E e para operações de Capitalização, o que demonstra a importância que estes produtos têm no aforo de longo prazo das famílias portuguesas e a sua adequação à cobertura de complementos de reforma.

O mercado segurador Vida apresenta assim uma variação homóloga negativa no final do ano 2006. Os prémios sofreram um decréscimo de

4,1%, tendo os produtos PPR um crescimento de 15,2% e os Tradicionais de 4,7%. Os produtos de Capitalização sofreram um decréscimo de 11,7%.

Em termos gerais é esperada para o sector segurador uma melhoria nos seus resultados globais face ao ano anterior, derivada não só da melhoria do Mercado de Capitais, mas também efeito dos processos de reestruturação levados a cabo por várias Companhias nestes últimos anos com o objectivo de redução e contenção de custos.

## 2.3 Objectivos Estratégicos

O ano de 2007 é decisivo na infra-estruturação e consolidação da T-Vida, devendo esta constituir-se como um dos eixos da oferta financeira global do Grupo Segurador Tranquilidade.

Os próximos tempos serão de investimento, para crescimentos relevantes no triénio 2007/2009 – duplicação da sua carteira – mas a T-Vida deverá assegurar, desde logo, um importante reforço de quota de mercado, entre as seguradoras sem canal bancário.

Ao nível do negócio, temos como particular destaque a:

- Criação de novos produtos e revitalização do actual portfólio, com especial atenção, na competitividade e na articulação com não-vida e produtos bancários;
- Garantia de níveis de serviço adequados para Clientes e Mediadores;
- Consolidação do respectivo modelo de negócio, criando dinâmicas comerciais próprias;
- Potenciação dos Canais de Distribuição, pelo alargamento da base de produtores Vida na Rede de Mediação Tranquilidade e alavancagem nas próprias Delegações e Canais Directos.

Ao nível dos prémios, a T-Vida terá uma particular atenção nos produtos Tradicionais (Risco e Mistos), não descurando a aposta nos PPR – um produto de fidelização por excelência e, na oferta para Grupos, através das duas estruturas dedicadas da Tranquilidade: Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private e Direcção de Exploração de Médias Empresas.

## 2.4 Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

(milhares de euros)

BALANÇO	
Investimentos	395 961
Activo Líquido	476 966
Capital Próprio	71 110
Provisões Matemáticas	386 802
Outros Passivos	19 053

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	
Prémios Brutos SD	28 759
Rendimentos Financeiros	7 242
Custos com Sinistros SD	23 514
Provisões Matemáticas SD (variação)	2 271
Participação nos Resultados	1 249
Resultado Líquido do Exercício	1 029

INDICADORES DA ACTIVIDADE	
Saldo Técnico / Prémios	9,7%
Saldo Técnico / Despesas Gerais	116,6%
Despesas Gerais / Provisões Matemáticas	1,5%

## 2.5 A Actividade da T-VIDA

### 2.5.1 Prémios

Os produtos PPR no seu todo, registaram um bom comportamento em 2006, com principal enfoque para o desempenho do PPR Unit Linked que fechou o ano com 4 798 milhares de euros.

Os produtos associados ao crédito habitação atingiram os 979 milhares de euros.

Os produtos de Capitalização, menos relevantes no portfólio da T-Vida, têm vindo a sofrer uma redução, em particular as novas emissões de produtos a prémio único de taxa fixa e com margem financeira reduzida.

No final do ano os prémios T-Vida totalizaram 28 759 milhares de euros, sendo relevante salientar o peso dos produtos PPR e Risco/Tradicional, de 60% e 29%, respectivamente – produtos estratégicos para a Companhia em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

(milhares de euros)

Prémios		Ano 2006
<b>PPR/E + P.P.R.</b>		<b>17 248</b>
Garantido		12 450
Unit Link		4 798
<b>Capitalização</b>		<b>3 134</b>
Garantido		3 011
Unit Link		123
<b>Risco / Tradicional</b>		<b>8 377</b>
Risco		2 763
Mistos		2 312
Rendas		2 099
Outros		1 203
<b>TOTAL T-VIDA</b>		<b>28 759</b>

### 2.5.2 Indemnizações

(milhares de euros)

Indemnizações		Ano 2006
<b>PPR/E + P.P.R.</b>		<b>14 581</b>
Garantido		14 268
Unit Link		314
<b>Capitalização</b>		<b>2 619</b>
Garantido		2 183
Unit Link		436
<b>Risco / Tradicional</b>		<b>6 313</b>
Risco		700
Mistos		2 111
Rendas		3 201
Outros		302
<b>TOTAL T-VIDA</b>		<b>23 514</b>

Os custos com indemnizações ocorridos nos produtos PPR justifica-se pelo elevado vencimento das apólices durante o ano 2006.

O montante de indemnizações nos produtos Tradicionais deve-se essencialmente a rendas e produtos mistos, resultado do elevado volume de vencimentos e de uma carteira de rendas significativa.

É de realçar ainda que o valor de sinistros por morte em produtos Risco/Tradicional é substancialmente baixo face ao volume que geraram de prémios.

O total de custos com indemnizações ascendeu os 23 365 milhares de euros.



### 2.5.3 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

A evolução verificada na provisão matemática está directamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência directa com o valor registado na provisão matemática. É de salientar o esforço dos canais de distribuição na canalização da produção para contratos com taxas técnicas mais baixas, o que permitiu uma redução das taxas mínimas garantidas de produtos PPR e dos produtos de Capitalização.

(milhares de euros)	
Ano 2006	
<b>Provisões Matemáticas</b>	
<b>PPR/E + P.P.R.</b>	<b>217 575</b>
Garantido	202 731
Unit Link	14 844
<b>Capitalização</b>	<b>57 859</b>
Garantido	56 301
Unit Link	1 558
<b>Risco / Tradicional</b>	<b>111 368</b>
Risco	1 476
Mistos	47 374
Rendas	49 344
Outros	13 175
<b>TOTAL</b>	<b><u>386 802</u></b>

Será relevante assinalar que a estratégia seguida na Companhia, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 56% do total das provisões matemáticas a 31/12/2006. Essa orientação permitiu à Companhia a liderança do mercado, no segmento de seguradoras que não exploram o Canal Bancário.

### 2.5.4 Custos Operacionais

O montante dos custos operacionais referente ao exercício de 2006 foi o seguinte:

(milhares de euros)	
Ano 2006	
<b>Custos Operacionais</b>	
Custos de Aquisição	1 489
Custos Administrativos	1 567
Custos com Gestão de Investimentos	137
Outros Custos	(120)
<b>TOTAL</b>	<b><u>3 073</u></b>

Os reduzidos custos operacionais, incluindo custos com pessoal devem-se ao facto de a Companhia no seu modelo de funcionamento ter subcontratado tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira e Sinistros na BES-Vida.

No que diz respeito ao custos com pessoal, no final do exercício ocorreu a contratação de 4 recursos afectos à área de negócio da Companhia.

### 2.5.5 Actividade Financeira

A estrutura da carteira de Investimentos resume-se da seguinte forma:

(milhares de euros)		
Activos sob Gestão	31.12.2006	%
Acções	3 262	0,8
Fundos Investimento	1 857	0,5
Títulos Rendimento Fixo	392 360	96,6
Liquidez	6 205	1,5
Outros	2 496	0,6
<b>Total</b>	<b><u>406 180</u></b>	<b><u>100,0</u></b>

- A política financeira em 2006 teve como enfoque uma postura conservadora face à evolução do mercado de taxa de juro e de expectativa face a possíveis subidas que poderiam ser penalizadoras de uma “entrada” antecipada em taxa fixa.

- Numa primeira fase, foi decidido aplicar a verba resultante da transferência dos activos, cerca de 386 milhões de euros, em obrigações de taxa variável com uma taxa de juro média de Euribor + 42 bps. Posteriormente, o objectivo primordial foi o de continuamente melhorar a rentabilidade média da carteira e simultaneamente manter o rating médio da carteira de A3 (Moody's) / A – (S&P).
- Devido ao ciclo de taxas de juro verificado durante 2006, sobretudo no último semestre, no qual era expectável que o Banco Central Europeu continuasse a subir as taxas de juro, foi decidido não efectuar qualquer investimento em obrigações de taxa fixa em Euros para não penalizar a rentabilidade futura. Assim, durante o último trimestre do ano, apenas se efectuaram alguns investimentos em taxa fixa em USD, com cobertura cambial do valor investido. No final do ano, estas posições foram alienadas.
- Sobre o mercado accionista procedeu-se à constituição de dois portfólios com diferentes perfis de risco, no entanto de reduzida dimensão face ao valor global da carteira.

Tendo em consideração um risco, potencial, que pudesse existir no final do ano devido à subida acentuada de alguns índices ao longo de 2006, o investimento nesta classe de Activos foi sempre realizado com base em regras prudenciais.

(milhares de euros)

Resultado Financeiro		Ano 2006
Rendimentos		6 707
Mais e Menos Valias Realizadas		485
Mais e Menos Valias Não Realizadas		50
<b>Total</b>		<b>7 242</b>

- A rentabilidade da carteira global de activos, com a anualização dos rendimentos provenientes dos títulos de rendimento fixo, situou-se nos 3,92%. A rentabilidade efectiva dos títulos de rendimento variável foi de 8,90%.

(milhares de euros)

Classe de Activos a 31.12.2006	Resultado Financeiro	Rentabilidade
Títulos de Rendimento Variável	499	8,90%
Títulos de Rendimento Fixo	6 743	3,85%
<b>Total</b>	<b>7 242</b>	<b>3,92%</b>

## 2.5.6 Capital Próprio

Os Capitais Próprios da Companhia, inicialmente com valor de 20.000 milhares de euros, ascenderam no final do exercício a 71 110 milhares de euros.

As variações ocorridas resultaram da criação de uma Reserva de Reavaliação no montante de 81 milhares de euros, Prestações Acessórias de Capital de 50 000 milhares de euros, e um Resultado Líquido positivo de 1 029 milhares de euros.

(milhares de euros)

Capital Próprio		Ano 2006
Capital Social		20 000
Reservas de Reavaliação		81
Outras Reservas		50 000
Resultado Líquido		1 029
<b>Total</b>		<b>71 110</b>

## 2.5.7 Proposta de Aplicação de Resultados

Assim, nos termos da alínea b) do Art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 10% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 102 920,40 euros para Reserva Legal;
- o restante à disposição da Assembleia Geral para efeitos e nos termos previstos no Contrato de Sociedade e o remanescente para Resultados Transitados.

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a Reserva Legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

## 2.6 Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento desta nova Companhia.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Fiscal único Sr. Dr. José Manuel Macedo Pereira, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2007.

### **O Conselho de Administração**

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

João Carlos Neves Ribeiro



Colecção BESart • Hannah Collins  
\*True Stories (Lisbon 3), 2006 • Fotografia em impressão digital • 175 x 235cm • Edição: 1/3 • Courtesy the Artist



# 03'

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

RESULTADO.  
OBJECTIVO ALCANÇADO PELA QUALIDADE  
DO SERVIÇO E ESPELHADO NA SATISFAÇÃO.

**T-VIDA'06**

## 3.0 Demonstrações Financeiras

Balanco em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Activo	Exercício			Exercício Anterior
	Activo Bruto	Amortização e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>50 081 128,00</b>	<b>1 351 043,00</b>	<b>48 730 085,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Investimentos</b>	<b>395 961 362,00</b>		<b>395 961 362,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Terrenos e edifícios</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
De serviço próprio			0,00	
De rendimento			0,00	
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta			0,00	
<b>Investimentos em empresas do grupo e associadas</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
Partes de capital em empresas do grupo			0,00	
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo			0,00	
Partes de capital em empresas associadas			0,00	
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas			0,00	
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>395 961 362,00</b>		<b>395 961 362,00</b>	<b>N/A</b>
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidade de participação em fundos de investimento	3 561 164,00		3 561 164,00	N/A
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	392 359 761,00		392 359 761,00	N/A
Empréstimos hipotecários			0,00	
Outros empréstimos	40 437,00		40 437,00	N/A
Depósitos em instituições de crédito			0,00	
Outros			0,00	
<b>Depósitos junto de empresas cedentes</b>			<b>0,00</b>	
<b>Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro</b>	<b>3 076 726,00</b>		<b>3 076 726,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>14 770 656,00</b>		<b>14 770 656,00</b>	<b>N/A</b>
Provisão para prémios não adquiridos				
Provisão matemática do ramo vida	237 336,00		237 336,00	N/A
Provisão para sinistros	201 508,00		201 508,00	N/A
Provisão para participação nos resultados	512 460,00		512 460,00	N/A
Outras provisões técnicas			0,00	
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	13 819 352,00		13 819 352,00	N/A
<b>Devedores</b>	<b>4 490 061,00</b>	<b>123 074,00</b>	<b>4 366 987,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Por operações de seguro directo</b>				
Empresas do grupo			0,00	
Empresas participadas e participantes			0,00	
Outros devedores	1 468 403,00	123 074,00	1 345 329,00	N/A
<b>Por operações de resseguro</b>				
Empresas do grupo			0,00	
Empresas participadas e participantes			0,00	
Outros devedores	174 904,00		174 904,00	
<b>Por outras operações</b>				
Empresas do grupo	1 606 142,00		1 606 142,00	N/A
Empresas participadas e participantes			0,00	
Outros devedores	1 240 612,00		1 240 612,00	N/A
<b>Subscritores de capital</b>			<b>0,00</b>	
<b>Outros elementos do activo</b>	<b>7 086 484,00</b>	<b>34 010,00</b>	<b>7 052 474,00</b>	<b>N/A</b>
Imobilizações corpóreas e existências	102 131,00	34 010,00	68,121,00	N/A
Depósitos bancários e caixa	6 984 353,00		6 984 353,00	N/A
Outros		0,00		
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>3 007 463,00</b>		<b>3 007 463,00</b>	<b>N/A</b>
Juros a receber	2 490 678,00		2 490 678,00	N/A
Outros acréscimos e diferimentos	516 785,00		516 785,00	N/A
<b>Total do Activo</b>	<b>478 473 880,00</b>	<b>1 508 127,00</b>	<b>476 965 753,00</b>	<b>N/A</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Jorge Rosa

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro

## Balço em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Passivo	Exercício	Exercício Anterior
<b>Capital próprio</b>	<b>71 110 171,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Capital</b>	<b>20 000 000,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Prémios de emissão</b>		
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reavaliação regulamentar	80 967,00	N/A
Reavaliação legal		
<b>Reservas</b>		
Reserva legal		
Reserva estatutária		
Outras reservas	50 000 000,00	N/A
<b>Resultados transitados</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1 029 204,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Passivos subordinados</b>		
<b>Fundo para dotações futuras</b>	<b>35 396,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>385 246 136,00</b>	<b>N/A</b>
Provisão para prémios não adquiridos		
Provisão matemática do ramo vida	370 400 475,00	N/A
<b>Provisão para sinistros</b>		
De vida	10 856 080,00	N/A
De acidentes de trabalho		
De outros ramos		
Provisão para participação nos resultados	3 989 581,00	N/A
Provisão para desvios de sinistralidade		
Outras provisões técnicas		
<b>Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro</b>	<b>16 401 812,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Outras Provisões</b>	<b>0,00</b>	
Provisões para pensões		
Provisões para impostos		
Outras provisões		
<b>Depósitos recebidos de resseguradores</b>		
<b>Credores</b>	<b>2 833 067,00</b>	<b>N/A</b>
Por operações de seguro directo		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	689 169,00	N/A
<b>Por operações de resseguro</b>		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	308 070,00	N/A
<b>Empréstimos bancários</b>		
De empresas do grupo		
De empresas participadas e participantes		
Outros credores		
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1 079 131,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Credores diversos</b>		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	756 697,00	N/A
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>1 339 171,00</b>	<b>N/A</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>476 965 753,00</b>	<b>N/A</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, João Carlos Neves Ribeiro

## Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício		Exercício Anterior		
<b>Conta técnica do seguro de vida</b>					
<b>Prémios líquidos de resseguro</b>					
Prémios brutos emitidos	28 758 522,00				N/A
Prémios de resseguro cedido	-4 357 547,00	24 400 975,00			N/A
<b>Proveitos dos investimentos</b>					
<b>Rendimentos de partes de capital</b>					
Relativos a empresas do grupo					
Outros	0,00				
<b>Rendimentos de outros investimentos</b>					
Relativos a empresas do grupo					
Outros	6 415 582,00	6 415 582,00		N/A	N/A
<b>Ganhos realizados em investimentos</b>	<b>1 987 815,00</b>	<b>8 403 397,00</b>			<b>N/A</b>
Mais-valias não realizadas de investimentos		87 749,00			N/A
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		5 343,00			
<b>Proveitos técnicos</b>		<b>32 897 464,00</b>			<b>N/A</b>
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>					
<b>Montantes pagos</b>					
Montantes brutos	19 038 061,00			N/A	
Parte dos resseguradores	-653 531,00	18 384 530,00		N/A	N/A
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>					
Montante bruto	4 475 525,00			N/A	
Parte dos resseguradores	59 372,00	4 534 897,00	22 919 427,00	N/A	N/A
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)					
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>					
Montante bruto	1 610 031,00			N/A	
Parte dos resseguradores	390 668,00	2 000 699,00		N/A	N/A
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		661 256,00	2 661 955,00		N/A
Participação nos resultados, líquida de resseguro			1 248 645,00		N/A
<b>Custos de exploração líquidos</b>					
Custos de aquisição	1 461 363,00				N/A
Custos de aquisição diferidos (variação)	28 274,00				N/A
Custos administrativos	1 567 309,00				N/A
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-119 983,00	2 936 963,00			N/A
<b>Custos com investimentos</b>					
Custos de gestão de investimentos	130 459,00				N/A
Perdas realizadas em investimentos	1 828 868,00	1 959 327,00			N/A
Menos-valias não realizadas de investimentos		3 104,00			N/A
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro		2 998,00			
Dotação ou utilização do fundo para dotações futuras		35 396,00			N/A
<b>Custos técnicos</b>		<b>31 767 815,00</b>			<b>N/A</b>
<b>Resultado da conta técnica do seguro de vida</b>		<b>1 129 649,00</b>			<b>N/A</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Jorge Rosa

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE  
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Luís Ribeiro



## Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2006

(em euros)

Conta de Ganhos e Perdas		Exercício		Exercício Anterior	
<b>Conta não técnica</b>					
Resultado da conta técnica do seguro de vida			1 129 649,00		N/A
<b>Resultado da conta técnica</b>			<b>1 129 649,00</b>		<b>N/A</b>
<b>Proveitos dos investimentos</b>					
<b>Rendimentos de partes de capital</b>					
Relativos a empresas do grupo					
Outros		0,00			
<b>Rendimentos de outros investimentos</b>					
Relativos a empresas do grupo					
Outros	291 779,00	291 779,00		N/A	N/A
<b>Ganhos realizados em investimentos</b>		<b>386 571,00</b>	<b>678 350,00</b>		<b>N/A</b>
Mais-valias não realizadas de investimentos			87 891,00		N/A
Outros proveitos			21 067,00		
<b>Proveitos não técnicos</b>			<b>787 308,00</b>		<b>N/A</b>
<b>Custos com investimentos</b>					
Custos de gestão de investimentos		6 521,00			N/A
Perdas realizadas em investimentos		59 954,00	66 475,00		N/A
Menos-valias não realizadas de investimentos			6 924,00		N/A
Outros custos, incluindo ajustamentos			83 755,00		N/A
<b>Custos não técnicos</b>			<b>157 154,00</b>		<b>N/A</b>
<b>Resultado da actividade corrente</b>			<b>1 759 803,00</b>		<b>N/A</b>
Proveitos e ganhos extraordinários			243 484,00		N/A
Custos e perdas extraordinários			5,00		N/A
<b>Resultado extraordinário</b>			<b>243 479,00</b>		<b>N/A</b>
Dotação ou utilização da reserva de reavaliação regulamentar			-80 967,00		N/A
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos					
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>1 922 315,00</b>		<b>N/A</b>
Imposto sobre o rendimento			893 111,00		N/A
<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>1 029 204,00</b>		<b>N/A</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, João Carlos Neves Ribeiro



Colecção BESart • Bill Henson

"Untitled", 2005/2006 • Type c color • photograph • CL SH483 N32 • 135 x 183cm • Edição: 2/5 • Courtesy of the artist and Roslyn Oxley9 Gallery, Sydney



# 04'

ANEXO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

A SOLIDEZ ALCANÇADA  
NA PERMANÊNCIA DOS VALORES.

**T-VIDA'06**

## 4.0 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006

(Valores expressos em euros)

### Introdução

A T-Vida - Companhia de Seguros, SA (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de Julho de 2006 tendo como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, com início em 1 de Agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, SA.

Em 1 de Agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES Vida.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para o Sector Segurador, sendo de referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação, por inexistência de valores ou de situações a reportar.

### 1 Valores Comparativos

Não existem valores comparativos dado a Companhia ter sido constituída durante o exercício de 2006.

### 3 Forma de Apresentação, Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

#### 1) Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para o Sector Segurador e com as normas e princípios contabilísticos estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

#### 2) Principais princípios contabilísticos critérios valorimétricos

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, são realizadas no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

##### i Provisão matemática

As provisões matemáticas para o ramo vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2006, o montante da Zillmerização ascendia a 270 587 euros.

##### ii Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como se segue:

- a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) pela provisão genérica de 1% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício.

##### iii Provisão matemática para o resseguro cedido

A provisão matemática para o resseguro cedido é determinada aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

#### iv Comissões de mediação

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos.

#### b) Provisão para recibos por cobrar

A provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. O cálculo desta provisão é efectuado com base no valor dos prémios de seguro de risco emitidos há mais de 90 dias e não pagos, segundo percentagens definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

#### c) Provisão para participação nos resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos.

#### d) Investimentos financeiros

##### i Valorimetria

Os títulos de rendimento variável, para os quais existam cotações na Bolsa de Valores, são valorizados pelo seu valor de mercado. Os títulos não cotados na Bolsa de Valores encontram-se valorizados pelo montante que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios, de acordo com o último balanço aprovado.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que constitui o prémio ou o desconto verificado aquando da compra, é amortizada de forma escalonada pelo período que decorre até à data de reembolso dos títulos, por contrapartida de resultados.

Os Activos (rendimento fixo ou rendimento variável) dos Produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro são valorizados pelo seu valor de mercado. Os títulos não cotados são valorizados através de modelos de avaliação que permitem determinar o seu justo valor.

##### ii Rendimentos

Os rendimentos dos títulos de rendimento variável são contabilizados quando recebidos. Relativamente às obrigações e outros títulos, procede-se à sua especialização no final de cada exercício.

#### iii Mais e menos-valias não realizadas

As mais e menos-valias dos títulos de rendimento variável resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor apurado segundo o critério valorimétrico citado em (i), são registadas da seguinte forma:

Títulos a representar provisões técnicas do seguro de vida com participação nos resultados:

As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.

Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a sub conta relativa à respectiva carteira de investimentos do “Fundo para dotações futuras”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser compensada pela utilização do saldo da conta “Fundo para dotações futuras” afectada à respectiva modalidade, até à sua concorrência.

O “Fundo para dotações futuras” pode ser utilizado para outros fins, de acordo com as seguintes condições:

- Apenas poderão ser retirados os montantes, para efeitos de cálculo da participação nos resultados, quando cada uma das sub contas do “Fundo para dotações futuras” não for, antes dessa retirada, e não resultar após a mesma, inferior a 5% do valor da respectiva carteira de investimentos.
- Serão retirados os montantes necessários para que o saldo de cada uma das sub contas do “Fundo para dotações futuras” não seja superior a 25% do valor da respectiva carteira de investimentos.

Títulos a representar provisões técnicas do seguro de vida sem participação nos resultados:

As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.

Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a conta “Reserva de reavaliação regulamentar”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser com pensada pela utilização do saldo da conta acima referida, até à sua concorrência.

Títulos não representativos de provisões técnicas

As mais e menos-valias são contabilizadas na conta não técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.

Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a conta “Reserva de reavaliação regulamentar”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser com pensada pela utilização do saldo da conta acima referida, até à sua concorrência.

A “Reserva de reavaliação regulamentar” apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que a seguir se indicam:

- 1º - Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos;
- 2º - Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída;
- 3º - Registo das mais-valias realizadas de investimentos na rubrica da conta não técnica “Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos” ou incorporação no capital social.

Títulos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro:

As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”.

#### **iv Mais e menos valias efectivas**

As mais e menos valias efectivas que resultaram da venda de títulos de rendimento variável e rendimento fixo, são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.

#### **e) Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) constituição e instalação e ii) valor do negócio adquirido, sendo amortizadas de acordo com a sua vida útil.

#### **f) Imobilizações corpóreas**

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo de aquisição e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento informático 33 %

#### **g) Responsabilidade por férias e subsídio de férias**

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e encargos resultantes, baseados nos valores do respectivo exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de 2006 perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

#### **h) Responsabilidade por pensões complementares de reforma**

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector Segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma. Estas prestações serão concedidas conforme o estipulado nas cláusulas 51.<sup>a</sup> a 60.<sup>a</sup> do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de acordo com a revisão de 1995, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego, 1.<sup>a</sup> série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995.

A Companhia solicitou ao ISP a sua inclusão como associada do Fundo de Pensões da Tranquilidade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela Companhia de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

#### I) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos contado a partir dos exercícios a que respeitam. Contudo, quando existem prejuízos fiscais a reportar, o período de inspecção estende-se até aos 6 anos.

#### j) Operações de fixação de taxa de juro a prazo e outros

##### Instrumentos derivados

Estas operações, quando realizadas para cobertura dos riscos de taxa de juro inerentes aos activos e passivos que não sejam valorizados a preço de mercado, não são avaliados ao preço de mercado. Os ganhos ou perdas são reconhecidos à medida que vão sendo gerados.

No entanto, quando estas operações sejam efectuadas em produtos em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro, a valorimetria corresponde ao seu valor de mercado ou, na sua ausência pela determinação do justo valor desse contractos através da aplicação de modelos de avaliação.

#### I) Contratos cambiais a prazo

Estas operações, efectuadas para cobertura do risco de câmbio de activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidas para euros, utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre a taxa de câmbio contratada e a vigente na data do balanço são registadas nos resultados correntes do exercício.

## 4 Transacções em Moeda Estrangeira

Os valores de activos e passivos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

## 7 Número Médio de Pessoal

O número médio de empregados ao serviço da Companhia no exercício de 2006, ventilado por categorias profissionais, foi o seguinte:

Categorias Profissionais	2006
Quadro Técnico	4
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

## 8 Custo com o Pessoal

O montante dos custos com o pessoal referente ao exercício de 2006 foi o seguinte:

Rubricas	2006	
<b>Remunerações</b>		
6800	- dos órgãos sociais	6 050
6801	- do pessoal	59 203
6802	<b>Encargos sobre remunerações</b>	14 217
<b>Custos com pensões</b>		
6803	- Pensões e respectivos encargos	0
6804	- Prémios e contribuições para pensões	0

## 10 Imobilizações Incorpóreas

Os valores líquidos das imobilizações incorpóreas encontram-se detalhados da seguinte forma:

Descrição	2006
I. Despesas de constituição e instalação	54 085
II. Despesas de investigação e desenvolvimento	
III. Despesas em edifícios arrendados	
IV. Trespases	
V. Outras imobilizações incorpóreas*	48 676 000
VI. Imobilizações em curso	
<b>TOTAL</b>	<b>48 730 085</b>

\* Valor referente a aquisição de Carteira de Seguros

## 12 Dívidas de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Devedores - Por operações de seguro directo - Outros devedores” é 515 766 euros, correspondente ao valor dos prémios em cobrança relativos a seguros de risco.

## 15 Decomposição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2006, a totalidade do capital da Companhia está representada por 20 000 000 acções nominativas de valor nominal de 1 euros.

## 22 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Conforme Anexo 1.

## 22-A Avaliação de Determinados Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

Tipo de Instrumento Financeiro	Valor de Balanço	Justo Valor
Participações em empresas do grupo e associadas	0	0
Acções e outros títulos de rendimento variável	5 118 331	5 118 331
Títulos de rendimento fixo	392 359 761	392 591 994
Instrumentos derivados	0	0
<b>Total</b>	<b>397 478 092</b>	<b>397 710 325</b>
<b>Diferença entre o valor de balanço e o justo valor</b>		<b>232 233</b>

O justo valor dos activos foi determinado utilizando, para títulos de rendimento fixo ou variável listados em mercado organizado, a última cotação disponível dos mercados considerados mais representativos para a correcta formação do preço desse Activo. No caso de Activos não listados utilizou-se, na medida do possível, modelos de avaliação usualmente utilizados pelo mercado para a valorização desses Activos.

No caso especial de títulos de rendimento variável não listados utilizou-se o valor dos capitais próprios correspondentes apropriáveis em função da participação detida e no caso de títulos de rendimento fixo utilizou-se o valor expectável de reembolso desse Activo.



## 23 Imobilizações e Outros Investimentos Financeiros

Discriminação dos movimentos ocorridos em rubricas de imobilizações (corpóreas e incorpóreas) e em várias rubricas de investimentos.

### 23.1 Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas

Rubricas	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>									
Despesas de constituição e instalação			81 128				27 043		54 085
Despesas de investigação e desenvolvimento									
Despesas em edifícios arrendados									
Trespases									
Outras imobilizações incorpóreas			50 000 000				1 324 000		48 676 000
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta									
<b>subtotal</b>			<b>50 081 128</b>				<b>1 351 043</b>		<b>48 730 085</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>									
Equipamento administrativo									
Máquinas e ferramentas									
Equipamento informático			102 131				34 010		68 121
Instalações interiores									
Material de transporte									
Equipamento hospitalar									
Outras imobilizações corpóreas									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta									
<b>subtotal</b>			<b>102 131</b>				<b>34 010</b>		<b>68 121</b>
<b>Total</b>			<b>50 183 259</b>				<b>1 385 053</b>		<b>48 798 206</b>

### 23.2 Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos)

Rubricas	Saldo Inicial (1)	Aumentos (2)	Diminuições de Valor (3)	Alienações ou Reembolsos (4)	Saldo Final (5)
<b>Investimentos em empresas do grupo e associadas</b>					
Empréstimos a empresas do grupo					
Empréstimos a empresas associadas					
<b>Outros investimentos financeiros</b>					
Empréstimos hipotecários					
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices		40 437			40 437
Empréstimos sobre títulos					
Outros					
Depósitos em instituições de crédito					
Outros					
<b>Depósitos junto de empresas cedentes</b>					
<b>Total</b>		<b>40 437</b>			<b>40 437</b>

## 24 Movimentos Ocorridos na Reserva de Reavaliação

Rubricas	Imobilizações Corpóreas	Investimentos	Total
Reserva de reavaliação			
Início do exercício			
Aumentos		80 967	80 967
Outras			
Diminuições			
Incorporação capital social			
Recuperação de mais/menos valias realizadas			
Outras			
Fim do exercício		80 967	80 967
Custos históricos	106 505 555		106 505 555
Reavaliações		80 967	80 967
Valores contabilísticos reavaliados	106 586 522		106 586 522

## 25 Tratamento Fiscal da “Reserva de Reavaliação”

Na reserva de reavaliação são contabilizadas as reavaliações legais e as regulamentares da actividade seguradora. As mais e menos valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 43º do CIRC, resultam da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda.

As reavaliações regulamentares são efectuadas de acordo com os critérios de valorimetria dos investimentos e do seu cálculo resultam mais e menos valias não realizadas, contabilizadas em rubricas específicas do plano, não constituindo os montantes apurados, matéria tributável em sede de IRC, conforme alínea b) do artigo 21º do CIRC.

## 26 Ajustamentos e Outras Provisões

Desdobramentos das contas de Ajustamentos e Outras Provisões.

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490-Ajustamentos de recibos por cobrar				
4903 - De outros tomadores de seguro	0	123 074	0	123 074
491-Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
4913 - De outros devedores	0	0	0	0
492- Outras Provisões	0	0	0	0

## 28 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas		Exercício 2006	Proveitos e Ganhos		Exercício 2006
69100 – Donativos			79100 – Restituição de impostos		
69101 – Mecenato			79101 – Recuperação de dívidas		
69102 – Despesas confidenciais			79102 – Redução de amortizações e provisões		243 232
69103 – Perdas em immobilizações corpóreas			79103 – Ganhos em immobilizações corpóreas		
69104 – Ofertas a clientes		127	79107 – Correções relativas a exercícios anteriores		
69105 – Dívidas incobráveis			79108 – Outros proveitos e ganhos extraordinários		252
69106 – Multas e penalidades		-100			
69107 – Quotizações diversas					
69108 – Correções relativas a exercícios anteriores					
69109 – Outros custos e perdas extraordinários		-22			
83 Resultados extraordinários		<u>243 479</u>			
		<u><b>243 484</b></u>			<u><b>243 484</b></u>

## 33 Provisões Técnicas

Rubricas	Montante Calculado	Custos de Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2006
<b>Provisão matemática</b>			
De seguro directo	387 072 874	270 587	386 802 287
De resseguro cedido	(237 336)	0	(237 336)
<b>Provisão para participação nos resultados</b>			
De seguro directo	3 989 581	0	3 989 581
De resseguro cedido	(512 460)	0	(512 460)

## 34 Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

### 34.1 Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

Dado a aquisição da carteira ter sido efectuada em 01 de Agosto de 2006, não é aplicável a construção deste quadro.

## 35 Reajustamentos da Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

O valor dos reajustamentos é resultante da gestão da função sinistros.

## 36 Métodos de Valorimetria dos Investimentos

Ver Nota 3 - alíneas d) e e).

## 38 Pressupostos Considerados no Cálculo da Provisão Matemática

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

## 41 Relato por Segmentos

a) Relato por segmento de negócio:

Contas a Considerar	Rubricas	2006
70	Prémios brutos emitidos	28 758 522
71	Prémios de resseguro cedido	4 357 547
74+75+76-64-65-66	Resultado dos investimentos	7 221 557
600+601+602+603	Custos com sinistros brutos	23 513 586
63	Custos de exploração brutos	3 056 946
800/801	Resultado Técnico	1 129 649
	Provisões técnicas	401 647 948

## 42 Informações Relativas ao Seguro Vida

Rubricas	2006
Prémios brutos emitidos de seguro directo	28 758 522
Relativos a contratos individuais	26 240 753
Relativos a contratos de grupo	<u>2 517 769</u>
Periódicos	7 388 724
Não periódicos	<u>21 369 798</u>
De contratos sem participação nos resultados	0
De contratos com participação nos resultados	23 837 572
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	<u>4 920 950</u>
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	0
<b>Saldo de resseguro</b>	<b><u>-244 681</u></b>

## 43 Comissões de Seguro Directo

O montante total das comissões relativas ao seguro directo foi de 737 538 euros.

## 44 Investimentos Afectos e Não Afectos

Rubricas	Seguro Vida 2006	Não Afectos 2006
Terrenos e edifícios	0	0
Investimentos em empresas grupo e associadas	0	0
Outros investimentos financeiros	379 094 393	19 943 695
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0
<b>Total</b>	<b><u>379 094 393</u></b>	<b><u>19 943 695</u></b>

## 45 Outras Informações Consideradas Relevantes

### 45.1 - Capital próprio

Rubricas	2006
Capital (ver nota 14 e 15)	20 000 000
Reserva de reavaliação regulamentar (ver nota 3 e 24)	80 967
Reserva legal	0
Outras reservas	50 000 000
Resultados transitados	0
Resultado do exercício	<u>1 029 204</u>
	<u>71 110 171</u>

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a reserva legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### 45.2 - Responsabilidade com pensões

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, (i) as responsabilidades por serviços passados, determinadas em função dos salários projectados e apuradas com base em estudo actuarial, cobrindo a totalidade do pessoal activo, pré-reformado e reformado, (ii) a situação patrimonial do Fundo e (iii) a insuficiência/excesso líquido global de cobertura, resume-se como segue:

	2006
i) Responsabilidades totais por serviços passados	40 475
ii) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	40 475
iii) Insuficiência/excesso global de cobertura	0

### 45.3 - Provisões matemáticas, participação nos resultados e resultados distribuídos

Contratos de Seguros	Resultados Distribuídos em 2006	Participação nos Resultados Atribuída em 2006	Provisão Matemática 2006
PPR	59 047	308 097	150 429 552
Super PPR	0	0	52 301 302
PPR Unit Linked	0	0	14 844 159
Financeiros	95 532	27 212	56 301 403
Capitalização Unit Linked	0	0	1 557 653
PET	120 385	17 307	13 174 515
Risco	355 373	896 029	1 475 872
Mistos	0	0	47 373 514
Rendas	0	0	49 344 317
	<u>1 162 337</u>	<u>1 248 645</u>	<u>386 802 287</u>

### 45.4 - Activos e passivos adquiridos

Em 1 de Agosto de 2006, na sequência do processo de reestruturação do negócio segurador da ESFG - Espírito Santo Financial Group, a BES - Vida Companhia de Seguros, S.A., vendeu à T-Vida as posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações e mediadores da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, pelo preço de Euros 50 000 000.

Neste contexto, foram transferidos para a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., todos os activos e passivos associados aos contratos transferidos, apurados ao seu justo valor à data de 31 de Julho de 2006.

Os activos e passivos transferidos, em 1 de Agosto de 2006, são analisados como segue:

Rubricas	01 Ago. 2006
<b>Activos</b>	
Investimentos	40 437
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador do seguro	1 867 411
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 288 844
Devedores – Por operações de seguro directo	1 266 768
Imobilizado corpóreo	21 961
Numerário	385 744 908
Acréscimos e diferimentos	530 717
	<u><b>390 761 046</b></u>
<b>Passivos</b>	
Provisões técnicas de seguro directo	378 239 034
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador do seguro	11 951 149
Credores	
Por operações de seguro directo	112 745
Estado e outros entes públicos	14 579
Por outras operações	146 285
	<u>273 609</u>
Acréscimos e diferimentos	297 254
	<u><b>390 761 046</b></u>

## Anexo 1 – Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
<b>1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS</b>							
1.1 - Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.5 - Obrigações de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2 - Estrangeiras							
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.5 - Obrigações de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>subtotal</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	<b>total</b>	<b>0</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>2 - OUTROS TÍTULOS</b>							
2.1 - Nacionais							
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.1.1.1 - De dívida pública							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	<b>subtotal</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.1.3 - De outros emissores							
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	100,00		2 000 000,00		2 000 000,00
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	91,99		1 518 285,80		1 527 023,58
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1ºS		1 753 000,00	90,69		1 579 144,44		1 589 717,21
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	100,00		520 000,00		520 000,00
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		8 759 100,00	100,00		8 759 100,00		8 759 100,00
BESLEASING FACTORING 22/09/2007		79 030 000,00	100,00		79 030 000,00		79 030 000,00
BESLEASING FACTORING 22/09/2014		59 110 000,00	100,00		59 110 000,00		59 110 000,00
BESLEASING FACTORING 22/11/2010		13 000 000,00	100,00		13 000 000,00		13 000 000,00
CAIXA GER. DEPO29/09/2049		4 000 000,00	100,00		3 999 996,00		3 999 996,05
LUSITANO CLASSE C 04/18/10		6 000 000,00	100,14		6 009 000,00		6 008 539,00
MOD.CONT.03/08/2010		1 950 000,00	100,00		1 950 000,00		1 950 000,00
MONTP1 31012011		3 350 000,00	99,55		3 333 250,00		3 334 789,41
	<b>subtotal</b>				<b>180 808 776,24</b>		<b>180 829 165,25</b>
	<b>subtotal</b>				<b>180 808 776,24</b>		<b>180 829 165,25</b>

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.1.2.1 - Acções							
BCP	88 315			2,62	231 016,53	2,80	247 282,00
BRISA (PRIVATIZ)	18 259			8,53	155 678,80	9,45	172 547,55
CIMPOR 46,878	5,86				274 766,77	6,29	294862,62
IMPRESA, SGPS	22 835			4,40	100 369,16	4,68	106 867,80
PORTUCEL INDUST	146 262			2,25	329 686,24	2,40	351 028,80
SONAE SGPS	176 363			1,51	266 592,63	1,51	266 308,13
<b>subtotal</b>	<b>498 912</b>				<b>1 358 110,13</b>		<b>1 438 896,90</b>
2.1.2.2 - Títulos de participação							
<b>subtotal</b>	<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES - ACÇÕES EUROPA	29 682			11,71	347 685,51	12,86	381 709,62
ES - CAPITALIZAÇÃO	70 186			9,27	650 542,73	9,37	657 912,29
ES - OBRIGAÇÕES EUROPA	27 029			9,45	255 298,08	9,53	257 706,35
GESTÃO ACTIVA FF	41 837			6,08	254 391,38	6,21	259 838,50
<b>subtotal</b>	<b>168 733</b>				<b>1 507 917,70</b>		<b>1 557 166,76</b>
2.1.2.4 - Outros							
<b>subtotal</b>	<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>subtotal</b>	<b>667 645</b>				<b>2 866 027,83</b>		<b>2 996 063,66</b>
<b>total</b>	<b>667 645</b>				<b>183 674 804,07</b>		<b>183 825 228,91</b>
2.2 - Estrangeiros							
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.2.1.1 - De dívida pública							
<b>subtotal</b>					<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
<b>subtotal</b>					<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.2.1.3 - De outros emissores							
AB.SPINTAB 14/05/2013	1 500 000,00	100,00			1 499 998,50		1 499 998,51
AUTOSTRADE SPA 06/09/2011	11 500 000,00	100,44			11 554 880,00		11 551 110,85
BAT HOLDINGS BV 16/05/2010	2 500 000,00	100,39			2 510 250,00		2 509 728,82
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020	3 500 000,00	99,51			3 482 500,00		3 483 002,99
BEAR STEARNS CO 27/07/2005	4 000 000,00	100,12			4 005 080,00		4 004 920,42
BROOKLANDS 2004-1X A2 12/20/54	1 500 000,00	100,04			1 500 600,00		1 500 594,88
CAIXA GER. DEPO PARIS 29/12/2049	5 000 000,00	103,47			5 174 995,00		5 173 327,22
CAJA CASTILLA 02/11/2016	3 000 000,00	100,01			3 000 360,00		3 000 359,59
CAJA DE AHORROS MURCIA 03/15/14	2 000 000,00	100,95			2 020 100,00		2 019 009,01
CELF LOAN 06 1X C 01/11/2023	4 000 000,00	100,00			4 000 000,00		4 000 000,00
CREDIT SUISSE FIN PROD04/29/49	1 246 995,00	99,56			1 241 445,87		1 241 499,54
DAIMLER CHRYSLER 16/03/2010	3 000 000,00	99,93			2 997 900,00		2 997 969,37
DEKANIA EUROPE CDO C 27/09/37	4 000 000,00	100,00			4 000 000,00		4 000 000,00
EBS BUILDING SOCIETY 28/11/2016	5 000 000,00	99,86			4 993 150,00		4 993 211,88
EIRLES TWO 195 PERPETUAL	2 500 000,00	100,00			2 500 000,00		2 500 000,00
GE CAP EUR FUND 17/05/2021	7 500 000,00	99,15			7 434 750,00		7 436 503,38
GOLDMAN SACHS 04/02/2013	6 000 000,00	99,66			5 978 400,00		5 979 754,55
HALIFAX PLC PERPETUAL	9 500 000,00	100,89			9 585 250,00		9 584 432,01
JP MORGAN 12/10/2015	9 200 000,00	100,19			9 218 400,00		9 217 636,35
KONINKLIJKE KPN NV 07/21/2009	5 000 000,00	100,15			5 008 500,00		5 007 349,86
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016	10 000 000,00	99,48			9 945 250,00		9 947 531,24
LEV FIN CAP II 02/09/2016	2 000 000,00	100,96			2 020 000,00		2 019 180,22
MACQUARIE BANK 06/12/2016	1 500 000,00	99,86			1 497 945,00		1 497 962,41
MERRILL LYNCH 11/03/2008	1 054 000,00	99,69			1 050 047,50		1 050 771,80
MORGAN STANLEY 13/04/2016	10 000 000,00	99,69			9 968 000,00		9 969 346,91

(em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
NATEXIS BANQUES POP 26/01/2017		2 500 000,00	99,88		2 497 002,50		2 497 017,09
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	100,00		2 000 000,00		2 000 000,00
PANTHER CDO BV-X_C 20/03/2084		5 000 000,00	100,00		5 000 000,00		5 000 000,00
ROYAL BK SCOTLAND 49		10 000 000,00	100,79		10 080 000,00		10 079 239,46
SIRES CLN SIEME NESTLE 11/30/11		5 100 000,00	100,53		5 129 223,00		5 126 955,43
SIRES LTD04/11/2009		24 000 000,00	99,96		23 988 955,20		23 990 618,86
SLM CORPORATION 17/06/2013		5 000 000,00	99,90		4 994 800,00		4 995 137,13
SOLAR 19/09/2013		13 252 000,00	100,15		13 272 540,60		13 272 001,54
TELEFONICA EMIS 25/01/2010		10 000 000,00	100,01		10 001 000,00		10 000 882,68
VODAFONE 05/09/2013		8 500 000,00	99,95		8 495 270,00		8 495 447,36
VODAFONE 13/01/2012		9 900 000,00	99,88		9 887 130,00		9 888 094,61
		<b>subtotal</b>			<b>211 533 723,17</b>		<b>211 530 595,97</b>
		<b>subtotal</b>			<b>211 533 723,17</b>		<b>211 530 595,97</b>
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Acções							
ACCIONA	1 231			136,40	167 912,72	141,10	173 694,10
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	20 025			18,63	373 018,66	18,24	365 256,00
DJ ENERGY EX	4 871			42,11	205 115,75	41,87	203 948,77
GRIFOLS SA	8 879			9,93	88 209,31	10,10	89 677,90
INDRA SISTEM	6 582			18,42	121 218,38	18,61	122 491,02
PIAGGIO	22 338			2,52	56 247,70	3,14	70 051,97
SOGECABLE	9 437			26,24	247 637,08	27,00	254 799,00
SOL MELIA, S.A	13 519			15,06	203 593,04	15,01	202 920,19
TELECINCO	7 100			21,29	151 177,81	21,58	153 218,00
TELEFONICA, SA	11 594			15,42	178 785,98	16,12	186 895,28
		<b>subtotal</b>	<b>105 576</b>		<b>1 792 916,43</b>		<b>1 822 952,23</b>
2.2.2.2 - Títulos de participação							
		<b>subtotal</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AGF MULTI	80			1 197,63	95 508,48	1 231,44	98 204,88
CA-AM VAR 4	17			5 925,75	100 933,32	6 054,95	103 133,96
CA-AM VOLAT	8			12 119,63	97 332,72	12 199,73	97 976,03
		<b>subtotal</b>	<b>105</b>		<b>293 774,52</b>		<b>299 314,87</b>
2.2.2.4 - Outros							
		<b>subtotal</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
		<b>subtotal</b>	<b>105 681</b>		<b>2 086 690,95</b>		<b>2 122 267,10</b>
		<b>total</b>	<b>105 681</b>		<b>213 620 414,12</b>		<b>213 652 863,07</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>		<b>773 326</b>			<b>397 295 218,19</b>		<b>397 478 091,98</b>









Colecção BIESART • Stand Douglas  
"Las Ciervas de Nuestro Señor" Convent Chapel/Manuel Bisbe secondary School Library, Miramar, 2004 • C-print mounted on inch honeycomb aluminium • 78,7x 98,4cm • Edição: 3/7 • Courtesy David Zwirner, New York



# 05'

CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS E RELATÓRIO  
E PARECER DO  
FISCAL ÚNICO

RIGOR. UM PRINCÍPIO FEITO QUOTIDIANO.

T-VIDA'06

## 5.0 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único

### 5.1 Certificação Legal das Contas

#### Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 476 965 753 euros e um total de capital próprio de 71 110 171 euros, incluindo um resultado líquido de 1 029 204 euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 09 de Março de 2007

José Manuel Macedo Pereira

## 5.2 Relatório e Parecer Fiscal Único

### 1. Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, venho apresentar o meu Relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2006, que me foram apresentados pelo Conselho de Administração.

A Companhia foi constituída em 28 de Julho de 2006, tendo iniciado a sua actividade em 01 de Agosto de 2006, como resultado da reestruturação havida no âmbito do sector segurador do Grupo Espírito Santo, com o objectivo de explorar o ramo vida.

### 2. Relatório

- 2.1 Acompanhei durante esse período, a actividade da Companhia, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizei também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.
- 2.2 O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-me todos os esclarecimentos e informações solicitados.
- 2.3 Analisei o Relatório de Gestão, que refere os principais factos ocorridos no exercício e analisei também o Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e respectivo Anexo, tendo verificado que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos normalmente aceites, obedecem aos preceitos legais e estatutários e exprimem a situação patrimonial da empresa.
- 2.4 O Relatório Anual de Revisão Legal, por mim subscrito, refere os principais trabalhos executados e as conclusões e a minha Certificação Legal das Contas exprime a minha opinião sobre as demonstrações financeiras mencionadas.
- 2.5 Em face do que antecede emito o seguinte:

### 3. Parecer

Sou de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) aprove o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício de 2006 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 09 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

José Manuel Macedo Pereira



**TRANQUILIDADE / T-VIDA'06**  
RELATÓRIO E CONTAS

**Fotografias:**  
Colecção Banco Espírito Santo

**BE/**  
**art**  
Colecção  
Banco  
Espírito Santo

**Design e desenvolvimento:**  
Linha 21 Marketing e Publicidade

**Linha** 21



TRANQUILIDADE



VIDA

**Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.**

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 • 1250 - 149 Lisboa - Portugal

Capital Social: 135 000 000 euros • Mat. Cons. Reg. Com Lisboa n° 640 • NIPC 500 940 231

**T- Vida, Companhia de Seguros, S.A.**

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 • 1250 - 149 Lisboa - Portugal

Capital Social: 20 000 000 euros • Registo C.R.C. de Lisboa e NIPC 507 684 486